

PDI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2015/2019

**Porto Alegre - RS
V.02 – Atualizada em março 2018**

Equipe responsável

Diretor Geral

Fábio Roque Sbardellotto

Diretor Executivo

Gerceí Carlos da Silveira

Coordenador do Curso de Graduação em Direito

Luis Augusto Stumpf Luz

Coordenador da Pós Graduação *Stricto Sensu*

Anizio Pires Gavião Filho

Coordenador Geral da Pós Graduação *Lato Sensu*

Guilherme Tanger Jardim

Coordenador de Pesquisa

Handel Martins Fias

Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica

Thaís Teixeira Rodrigues

Gestora Pedagógica

Mariana Christofoli Ramos

Gestora Acadêmica

Rosângela Rocho Berg

Gestora do Núcleo de Educação à Distância

Joyce Munarski Pernigotti

Supervisora Financeira

Dirlene Silva

Apresentação

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, transcorridos 05 anos do Plano de Desenvolvimento Institucional anterior (PDI 2010-2014), retoma seu planejamento para apresentar objetivos e metas, para os anos vindouros, que sustentem a qualidade que vem destacando a Faculdade no cenário da educação superior.

Importante observar que o Plano de Desenvolvimento Institucional, apresentado por ocasião do credenciamento institucional, apresentava metas e estratégias que foram, em sua grande maioria, realizadas. Algumas, no entanto, que necessitam de mais tempo ou novas condições para sua execução, voltam a fazer parte das estratégias apontadas nesta nova edição, com exceção da Editora, que foi constatado que deve ser constituída como pessoa jurídica específica. Aos ajustes do PDI anterior foram acrescentadas novas estratégias que serão implantadas no decorrer deste novo período.

Ao realizar as discussões para este PDI 2015-2019, foi constatado, através do resultado do ENADE e das avaliações institucionais, que o curso de graduação em Direito oferecido pela Faculdade é um dos melhores no Rio Grande do Sul, demonstrando que o esforço institucional na busca de qualidade foi bem sucedido. Foi significativo o resultado da renovação do Reconhecimento do Curso e da participação de todos na análise crítica dos parâmetros adotados pela comissão externa de avaliação e do grau de satisfação produzido durante o período da Avaliação Institucional. Da mesma forma, os resultados alcançados no índice de aprovação nos Exames de Ordem da OAB destacaram a Faculdade, com o maior índice de aprovados, na média dos últimos dez anos entre as IES particulares do Estado do RS.

Este PDI pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido até este momento, criando condições para que os dois grandes eixos estratégicos apontados no PDI anterior permaneçam iluminando as realizações da Faculdade. São esses: 1 - Alcançar patamar de

excelência em educação jurídica continuada, investindo na preparação profissional, ética e humanista, capaz de viabilizar a resolução de problemas sociais; 2 - Colaborar, de forma teórica e prática, na melhoria dos indicadores sociais, buscando a efetivação de direitos fundamentais e propondo alternativas em nível de políticas públicas.

O PDI 2015-2019 foi elaborado tendo por base o PDI anterior e as disposições do Decreto 5.733, de 09 de maio de 2006, bem como orientações extraídas do portal do MEC.

Me. Fábio Roque Sbardellotto
Diretor da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL	9
1.1. IDENTIFICAÇÃO	9
1.1.1. Mantenedora: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul	9
1.1.2. IES Mantida	9
1.2. BREVE HISTÓRICO	10
1.3. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL	15
1.3.1. Caracterização do território	17
1.3.2. Indicadores econômicos e sociais	19
1.3.3 A região polarizada - Aspectos Econômicos, Sociais, Demográficos e Educacionais	24
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	26
2.1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO	26
2.1.1. Princípios Filosóficos	26
2.1.2. Princípios Metodológicos	27
2.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES	28
2.3. O PERFIL DO EGRESSO DA FMP	29
2.4. OBJETIVOS PERMANENTES	30
2.4.1. Objetivo geral	30
2.4.2. Objetivos específicos	30
2.5. DIRETRIZES GERAIS, OPÇÃO METODOLÓGICA E ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	32
2.5.1. Diretrizes gerais	32
2.5.2. Opção Metodológica	34
2.5.3. Áreas de atuação Acadêmica	35
2.5.4. Programas, Projetos e Ações Comunitárias/Socioassistenciais	39
2.6. POLÍTICAS RELATIVAS ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO	40
2.6.1. Políticas de Ensino	40
2.6.2. Políticas de Extensão	48
2.6.3. Políticas de Pesquisa/Iniciação Científica	50
2.6.4. Políticas de Estágio	52
2.6.5. Políticas de Trabalho de Conclusão de Curso	54
2.6.6. Políticas de Atividades Complementares	55
2.6.7. Políticas de Flexibilização Curricular	56
2.6.8. Políticas de EaD	57
2.7. POLÍTICAS RELATIVAS ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	58
2.7.1. Pós-Graduação lato sensu	59
2.7.2. Pós-Graduação stricto-sensu	63
2.8. POLÍTICAS DE GESTÃO	64
2.9. POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	66
2.9.1. Referenciais legais	68

2.9.2. Políticas de Acessibilidade	70
2.10. POLÍTICAS GERAIS DE AVALIAÇÃO	74
3. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	77
3.1. RELAÇÕES DE PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS.....	78
4. POLÍTICAS DE PESSOAL DO CORPO DOCENTE, TUTORES E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	86
4.1. CORPO DOCENTE	86
4.1.1. Políticas de contratação	89
4.1.2. Substituição Eventual.....	89
4.1.3. Políticas de Plano de Carreira Docente	90
4.1.4. Políticas de Qualificação Docente e de Capacitação Pedagógica	90
4.1.5. Cronograma de Expansão do Corpo Docente	93
4.2. CORPO DE TUTORES.....	93
4.2.1. Política de Contratação.....	93
4.2.2. Critérios de seleção e contratação	95
4.2.3. Políticas de plano de carreira do corpo de tutores e regime de trabalho	96
4.2.4. Políticas de Capacitação e Qualificação do corpo de tutores	96
4.2.5. Procedimentos de acompanhamento e avaliação do desempenho dos tutores	97
4.2.6. Cronograma de Expansão do Corpo de Tutores.....	97
4.3. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	97
4.3.1. Política de Contratação.....	98
4.3.2. Recrutamento e Seleção, Plano de Carreira e Regime de Trabalho.....	98
4.3.3. Políticas de Qualificação	99
4.3.4. Políticas de Benefícios.....	101
4.3.5. Composição do Corpo Técnico-administrativo.....	104
4.3.6. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-administrativo	105
5. CORPO DISCENTE	106
5.1. FORMAS DE INGRESSO.....	106
5.2. PROGRAMAS DE APOIO AO ALUNO	107
5.2.1. Programa de Apoio Psicopedagógico	107
5.2.2. Programas de Apoio Financeiro.....	108
5.2.3. Programa de Nivelamento	109
5.2.4. Programa de Monitoria	111
5.2.5. Política de acompanhamento de egressos	112
5.2.6. Curso Preparatório para o Exame de Ordem	114
5.2.7. Apoio à Participação em Eventos e à Produção Científica.....	114
5.2.8. Mobilidade Acadêmica	114
5.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	115
6. PLANO DE METAS E AÇÕES	116
6.1. OBJETIVO ESTRATÉGICO EXPANSÃO, PLANEJAMENTO E APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAIS	116
6.1.1. Estratégia: Novos Cursos	116

6.1.2. Estratégia: Oferecimento de Educação a Distância – EaD.....	117
6.1.3. Estratégia: Projetos Multidisciplinares com Envolvimento da Sociedade.....	119
6.1.4. Estratégia: Captação e Manutenção de Alunos.....	121
6.1.5. Estratégia: Espaço para o Planejamento Institucional	122
6.1.6. Estratégia: Captação de Recursos	122
6.1.7. Estratégia: Aperfeiçoamento da Gestão Institucional	123
6.1.8. Estratégia: Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Infraestrutura	124
6.2. OBJETIVO ESTRATÉGICO: DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO	125
6.2.1. Estratégia: Desenvolvimento da Graduação	125
6.2.2. Estratégia: Desenvolvimento da Pós-Graduação Stricto Sensu	126
6.2.3. Estratégia: Desenvolvimento da Pós-Graduação Lato Sensu	127
6.3. OBJETIVO ESTRATÉGICO: QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	130
6.4. OBJETIVO ESTRATÉGICO: INSERÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	132
6.4.1. Estratégia: Comunicação e Relação com a Comunidade/Sociedade	132
6.5. OBJETIVO ESTRATÉGICO: INTEGRAÇÃO DO CORPO DISCENTE	134
6.5.1. Estratégia: Apoio às Atividades Estudantis.....	134
6.5.2. Estratégia: Apoio às Pessoas com Deficiência	135
6.6. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS	135
6.6.1. Programação de oferta de novos cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia) presencial.....	135
6.6.2. Programação de oferta de novos cursos de Pós-graduação Lato Sensu, na modalidade presencial.....	135
6.6.3. Programação de oferta de novos cursos de Pós-graduação Lato Sensu, na modalidade EaD	135
6.6.4. Programação de oferta de novos cursos de Pós-graduação Stricto Sensu	136
6.7. PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS NA GRADUAÇÃO EM DIREITO.....	136
6.7.1. Orientações para seleção de conteúdos e princípios metodológicos em função do perfil do egresso	137
6.7.2. Orientações sobre o processo de avaliação do ensino e da aprendizagem em disciplinas.....	140
6.7.3. Orientações para as Atividades Complementares	141
6.7.4. Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	142
6.7.5. Orientações para Estágios	143
6.7.6. Atividades de Pesquisa/iniciação científica e Pós-graduação.....	144
6.8. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS PARA INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS	145
6.9. AVANÇOS TECNOLÓGICOS NOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM E AVA	146
6.10. CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA NAS DISCIPLINAS DOS CURSOS.....	147
6.10.1. Atividades Práticas Supervisionadas.....	147
7. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	149
7.1. METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	151
7.1.1. Avaliação da Instituição pelos Discentes - Quesitos	152
7.1.2. Avaliação do Desempenho dos Alunos nas Atividades de Ensino e de Aprendizagem Quesitos	152
7.1.3. Avaliação Docente sobre a Instituição e sobre o Corpo Discente - Quesitos	153
7.1.4. Avaliação Institucional sob a Ótica do Egresso.....	153
7.1.5. Avaliação dos Sistemas e Processos Administrativos	154
7.2. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	154

7.3. RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	155
7.3.1. <i>Apuração e Análise dos Dados</i>	155
7.3.2. <i>Utilização dos Resultados das Avaliações</i>	155
7.3.3. <i>Divulgação dos Resultados</i>	155
7.4. ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	156
7.4.1. <i>Planejamento e Preparação Coletiva</i>	156
7.4.2. <i>Desenvolvimento do Projeto Proposto</i>	156
7.4.3. <i>Consolidação do Processo e Programação de Redirecionamento</i>	156
7.5. MONITORAMENTO E REVISÃO DO PDI	157
8. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	158
8.1. ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA COMUNICAÇÃO EXTERNA	158
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA	163
9.1. INFRAESTRUTURA GERAL	163
9.2. LABORATÓRIOS	165
9.3. ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	168
9.4. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM / TICS	170
9.5. BIBLIOTECA	172
9.5.1. <i>Acervo</i>	173
9.5.2. <i>Espaço físico</i>	174
9.5.3. <i>Políticas de atualização e expansão do acervo</i>	174
9.5.4. <i>Funcionamento e serviços prestados</i>	175
9.5.5. <i>Informatização</i>	176
9.5.6. <i>Acessos</i>	177
9.5.7. <i>Serviço de Empréstimo e consulta</i>	177
9.6. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	179
10. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	180
11. DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	188
11.1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E ECONÔMICO-FINANCEIRA	188
11.2. POLÍTICAS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS E PLANOS DE INVESTIMENTO	188
11.3. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PDI	189
12. OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	191
12.1. ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	191
12.2. RELAÇÃO DE POLOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PREVISTOS PARA A VIGÊNCIA DO PDI	191
12.3. INFRAESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E DE PESSOAL PROJETADA PARA A SEDE E PARA OS POLOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, EM CONSONÂNCIA COM OS CURSOS A SEREM OFERTADOS	193
12.4. DESCRIÇÃO DAS METODOLOGIAS E DAS TECNOLOGIAS ADOTADAS E SUA CORRELAÇÃO COM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS PREVISTOS.	193

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Identificação

1.1.1. Mantenedora: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Natureza: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e devidamente constituída pela escritura pública lavrada no 1º Tabelionato de Porto Alegre – RS, sob nº. 098/22299, em data de 30 de novembro de 1983.

CNPJ: 90.090.762.0001-19

Inscrição Estadual:

Endereço: Rua Coronel Genuíno nº 421, 6º 7º, 8º e 12º andares Centro, Porto Alegre – RS

Fone: (51) 3027.6565

Site: <https://www.fmp.edu.br/>

1.1.2. IES Mantida

Nome: Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público

Ato legal: Recredenciada pela Portaria MEC nº 130, de 27 de fevereiro de 2013 - D.O.U. de 28/02/2013 p. 32

Ato legal EaD: Credenciada para oferta de programas de pós-graduação Lato Sensu, na modalidade à distância. Portaria Nº 191 de 3/2/2017 publicada no DOU em 6/2/2017

Diretor Geral: Me. Fábio Roque Sbardellotto

Fone: (51) 3027.6542

E-mail: diretor@fmp.com.br

1.2. Breve Histórico

A Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP), mantenedora da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP, foi instituída em 1983 pela Associação do Ministério Público do RS.

A FMP iniciou suas atividades no ensino com o oferecimento de cursos de preparação à carreira no Ministério Público, aperfeiçoando profissionais para atuação nas carreiras públicas, obtendo através destes o reconhecimento como instituição qualificada para o desenvolvimento de cursos na área do Direito. A partir dessa constatação, a FMP buscou seu credenciamento junto ao Ministério da Educação para o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, que passaram a ser oferecidos com validade acadêmica nacional dos seus certificados. Essa caminhada oportunizou um amadurecimento institucional aproximando a FMP das finalidades do ensino superior, motivo pelo qual buscou, em 2003, o credenciamento como instituição de ensino superior, passando a oferecer, a partir de 2006, o curso de graduação em Direito. Inicialmente foi credenciada como Escola Superior do Ministério Público – ESMP e, em 2010, solicitou a alteração de sua denominação, aprovada pela Portaria SESu/MEC nº 738, de 17 de junho de 2010, passando a denominar-se Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público.

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público oferece ensino de qualidade, apoiada na experiência da sua Mantenedora que, além da realização de cursos de extensão e de pós-graduação *lato sensu*, orientou sua trajetória com atividades de pesquisa, edição de publicações, implemento de Convênios, articulação com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, visando ao cumprimento de sua missão. Essas atividades foram e são o esteio da Faculdade que segue a trajetória de sucesso de sua Mantenedora, através do oferecimento de ensino, pesquisa e extensão articulados para a formação de profissionais éticos, competentes, críticos e humanistas que dignifiquem a carreira que escolherem para sua atuação.

Em 2011, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público alcançou uma importante etapa em sua trajetória, pois sua graduação em Direito obteve reconhecimento com Conceito de Curso 5 nas três dimensões avaliadas pela Comissão do INEP-MEC. Em 2011, foi publicada a Portaria SERES/MEC nº 444/2011, de 1º de novembro, DOU de 03 de novembro de 2011, que concedeu o reconhecimento ao curso.

Salienta-se, ainda, que o credenciamento da Faculdade pela Portaria MEC nº 130, de 27 de fevereiro de 2013, DOU de 28 de fevereiro de 2013, consolidou o trabalho que vem sendo realizado pela Instituição, projetando-se como um espaço privilegiado e de alta qualificação no ensino superior na área do Direito.

No ENADE 2012, avaliação oficial realizada pelo MEC-INEP, o curso de Direito da Faculdade foi avaliado, alcançando Conceito 4 no Exame e no CPC, com um contínuo de 3,61, que o posicionou na liderança entre os cursos da região metropolitana de Porto Alegre. No ENADE 2015, a Faculdade manteve o conceito 4 tanto no Exame quanto no CPC, com um contínuo de 3,3817 no ENADE e 3,0663.

No processo de Renovação de Reconhecimento de Curso, cuja visita *in loco* ocorreu no período 14/12/2014 a 17/12/2014, a Comissão de Avaliadores *in loco* atribuiu o conceito final 5, indicando um perfil excelente de qualidade. Em 2017, ocorreu a renovação de reconhecimento, de ofício, após a publicação do resultado do ENADE 2015, conforme disposto na Nota Técnica nº 13/2017/CGARCES/DIREG/SERES/MEC, publicada em 14 de março de 2017 (O processo de renovação de reconhecimento será aberto, de ofício, pelo Ministério da Educação e o ato será expedido, em sequência, sem necessidade de manifestação por parte da IES, dispensada qualquer formalidade). A Portaria de renovação de reconhecimento ficou sob o nº. 268 de 3 de abril de 2017 – DOU 4/4/2017.

No ano de 2011, a Fundação Escola Superior do Ministério Público colocou em prática o Programa de Inovação Tecnológica apresentando à comunidade acadêmica seu primeiro projeto: a disponibilização de materiais didáticos em um *I-Pad*. Até o ano de 2014, 464 acadêmicos do Curso de Direito - Bacharelado foram beneficiadas com o programa.

Para acompanhar esta proposta, em 2013, a FMP criou seu segundo projeto, oferecendo aos professores, docentes do curso de Direito - Bacharelado, a aquisição de aparelho *I-Pad*, subsidiando 50% do valor real. Foram beneficiados 74% dos docentes da Graduação. Nessa perspectiva foram organizados cursos de capacitação docente na modalidade de grupo de estudos. Semestralmente os professores são convidados para uma capacitação, que visa a melhor utilização dos recursos tecnológicos, de comunicação e de atualização das ferramentas, a partir da demanda dos envolvidos, acadêmicos e docentes.

Como a FMP é uma instituição de ensino de referência nacional desde 1983, em 2013 lançou o desafio de utilizar-se dessa experiência e qualidade também em ambiente virtual. Lançou o primeiro Curso Preparatório em EaD, utilizando equipamentos de ponta para a filmagem e transmissão das aulas presenciais, em tempo real e oportunizando o acesso posterior às videoaulas, através da plataforma Moodle, onde até agora 118 alunos concluíram, e 129 estão cursando. Além disso, há tutor responsável pelo acompanhamento das aulas, apresentando os questionamentos dos alunos conectados, em tempo real, além de dirimir dúvidas em fóruns no ambiente virtual de aprendizagem.

Em 2014, foram implementados os novos projetos: FMP DOBLE, PLUS e GOLD. Por meio do Moodle, são disponibilizadas videoaulas gravadas dos Cursos Preparatórios, aulas previamente selecionadas da Graduação e Projetos Extensionistas, seminários, sessões didáticas e cursos de nivelamento aos 900 alunos da Graduação, Pós-Graduação e Preparatório, bem como aos egressos. O modelo de ensino-aprendizagem baseia-se em tecnologia avançada, sendo os conteúdos disponibilizados nessa plataforma. O ambiente virtual de estudos é personalizado e disponível 24 horas. Além desses, foi criado o Programa de Inovação Tecnológica para acadêmicos com deficiência visual que, além de atender às prerrogativas legais da educação inclusiva no nível superior, apoia a aprendizagem do discente, facilita o acesso às informações e a comunicação com a IES. O programa, desenvolvido por meio de regulamento próprio, visa a oferecer acesso ao uso do *tablet* pelo discente com deficiência visual.

Cabe salientar que os acadêmicos do Curso de Bacharelado em Direito, na modalidade presencial (curso já reconhecido), têm alternativa de cumprir parte da carga horária das atividades do curso, na modalidade a distância, conforme preconiza a Portaria MEC 4.059/2004 e, para o próximo semestre, estuda-se a possibilidade de oferta de algumas disciplinas da matriz curricular, na forma de atividade semipresencial.

Além da graduação, a Faculdade atua com expressiva demanda nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, tendo nos últimos 04 anos aproximadamente 800 alunos matriculados. Na extensão oferece eventos permanentes, cursos, palestras, seminários, etc. que são realizados com o objetivo de qualificar a comunidade acadêmica e a comunidade em geral. São exemplos de eventos permanentes: Carreiras Jurídicas, onde anualmente são apresentadas as carreiras públicas jurídicas para os alunos, e o Fronteiras Jurídicas que apresenta debates sobre acontecimentos sociais e suas implicações jurídicas. Estes programas têm diversas edições em cada ano, sempre com novo tema e novos palestrantes. No último ano, a Faculdade ofereceu 53 atividades de extensão, dentre estas os programas permanentes, cursos e palestras.

A Faculdade submeteu, em 2015, o projeto para oferta do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Mestrado em Direito. Seu foco se volta aos Direitos de Cidadania. Sob esta perspectiva desenvolverá pesquisas, eventos, discussões que contribuirão com o engrandecimento desta área de conhecimento e que se pretende sejam portadoras de futuro para a sociedade em geral. Os eixos estratégicos do Programa e Mestrado são: a) alcançar patamar de excelência em educação jurídica continuada, investindo na preparação profissional, ética e humanista, capaz de formar pesquisadores e viabilizar a resolução de problemas sociais; b) desenvolver a capacidade analítica dos(as) mestrandos(as) e incentivar a produção científica capaz de colaborar, de forma teórica e prática, na efetivação de direitos fundamentais. Obteve aprovação na 161ª Reunião CTC-ES, que ocorreu entre os dias 7 e 11 de dezembro de 2015 e o seu reconhecimento ocorreu em através da Portaria MEC n.º 256, de 15 de Fevereiro de 2017 – DOU de 16/02/2017.

Em março de 2018, a Faculdade contou com 15 Grupos de Pesquisa e no último ano mobilizou 141 estudantes engajados na iniciação científica. Estes grupos vêm apresentando trabalhos para o aperfeiçoamento jurídico. Assim, busca-se formar profissionais teórico-práticos com espírito criativo e inovador, humanistas e éticos, para atuar com excelência em órgãos públicos, empresas privadas, organizações não governamentais, espaços de atuação para que os egressos possam oferecer a prestação de serviços na área do Direito de forma a satisfazer as demandas por uma sociedade mais justa.

Considerando que os acadêmicos do Curso de Bacharelado em Direito, na modalidade presencial, já tinham a alternativa de cumprir parte da carga horária das atividades complementares do curso, na modalidade a distância, conforme preconiza a Portaria MEC 4.059/2004 e oferta de algumas disciplinas da matriz curricular, na forma de atividade semipresencial, em 2015 foi estruturado o NEAD (núcleo de educação à distância), que tem como objetivo a coordenação das atividades, processos e competências referentes à modalidade EaD. Com a experiência adquirida nos cursos de extensão, a FMP desenvolveu uma cultura interna no desenvolvimento de cursos na modalidade EaD, e as consequentes diferenciações na estruturação de cursos, no design instrucional e capacitação da sua equipe, propiciando o credenciamento da Faculdade para oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, na modalidade à Distância. O credenciamento da FMP foi concedido em 2017 sob a Portaria nº. 191 de 3 fevereiro de 2017 – D.O.U. de 6/2/2017.

A FMP possui um dos maiores índices de aprovação no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e foi a única faculdade privada de Direito, de Porto Alegre e Região Metropolitana, a receber o Selo OAB Recomenda na Gestão 2013-2016.

Conclui-se, pelo exposto, que a Faculdade é uma Instituição sólida, que contribui para o aperfeiçoamento de profissionais tecnicamente preparados, com espírito criativo e inovador, humanistas e éticos. Estes, por sua vez, oportunizam que os órgãos públicos, empresas privadas, Organizações Não Governamentais, espaços de atuação dos egressos da FMP, possam oferecer a prestação de serviços na área do Direito de forma a satisfazer as demandas por uma sociedade mais justa. Com isto, o eixo estratégico proposto no Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI) anterior, de “Alcançar patamar de excelência em educação jurídica continuada, investindo na preparação profissional, ética e humanista, capaz de viabilizar a resolução de problemas sociais” é hoje uma realidade na Faculdade, que a partir do avanço no Mestrado poderá alcançar novos patamares de excelência.

1.3. Contexto Socioeconômico e Educacional

O projeto institucional da FMP está consubstanciado não apenas na necessidade social, que é demonstrada pelos critérios estatísticos do Município de Porto Alegre e Região Metropolitana (incremento nos níveis de ensino fundamental e médio e crescimento econômico), mas também pela importância cultural que a área do Direito possui para toda a região na qual se encontra Porto Alegre.

O Estado do Rio Grande do Sul está inserido num contexto de profundas modificações sofridas pelo planeta no último século. Nos umbrais do século XXI, assistimos a um conjunto de profundas rupturas colocadas dentro dos processos de globalização. São rupturas de várias ordens, devido aos aspectos positivos e negativos do desenvolvimento tecnológico. Assim, o mundo torna-se cada vez mais global. Da globalização econômica muitos partem para a crítica à ordem neoliberal, entendendo que nesta não fica clara uma sintonia entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Da globalização cultural tenta-se extrair também a possibilidade de socialização de uma cultura crítica, face à dissolução da cultura erudita e da própria capacidade de pensar criticamente.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Tal processo social tem implicado a integração de amplos setores urbanos, visando à melhoria das condições de vida para setores rurais integrados ao sistema industrial. Todavia, os efeitos danosos ganham corpo, mormente no Brasil, que padece de abismal concentração de renda e vivência do verdadeiro apartheid social, com amplos setores da população urbana confinados a áreas degradadas, sequer convivendo no mesmo espaço físico. Nesse ambiente ético e crítico em relação ao processo de integração, nos anos de 2002, 2003 e 2005, Porto Alegre tornou-se uma Capital do Mundo ao sediar o FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, momento

em que dezenas de países, por meio de abalizados representantes, tiveram oportunidade de analisar, discutir e apresentar soluções-alternativas voltadas à eliminação desse abismo – “Outro mundo é possível!”.

O panorama socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente da Região Metropolitana de Porto Alegre, apresenta características favoráveis à implementação de cursos – graduação e pós-graduação – na área do Direito. A Capital do Estado tem situações comerciais e de serviços em pleno desenvolvimento, tendência também verificada em toda a Região Metropolitana de Porto Alegre, composta de 28 municípios, onde, também, o setor industrial é marcante pelo seu atual processo de crescimento. O entorno econômico, então, de certa vitalidade na área privada, aponta para as oportunidades abertas com alianças estratégicas entre o setor público, o setor privado e o terceiro setor, indicadas, por exemplo, na parceria público-privada.

Além disso, algumas informações complementares merecem registro, tais como:

- **Tecnologia.** Porto Alegre tem 204 quilômetros de fibra óptica, oferecendo mais velocidade e qualidade de comunicação na telefonia fixa e na conexão com a Internet. A cidade também se prepara para abrigar o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), o primeiro laboratório de chips da América do Sul.
- **Comércio.** A expansão de centros de compras reforça a ideia de que ainda há mercado para ser explorado. Nos últimos anos, surgiram novos empreendimentos de porte: os shoppings Moinhos, Total, Bourbon Assis Brasil, Bourbon Ipiranga, Bourbon Country, Lindoia Center e Barra Sul, os centros comerciais: Nova Olaria, Jardim do Sol Strip Center, Zona Sul Strip Center, Boulevard Strip Center e Bella Vista Plaza, o supermercado Zaffari, na Zona Sul e no Menino Deus, o Big Cristal e o hipermercado Carrefour Passo d’Areia, entre outros. De acordo com a Associação Gaúcha de Supermercados, Porto Alegre é a capital com maior quantidade de metros quadrados desses estabelecimentos por habitante do País.

- **Escolaridade.** Com 91% dos moradores alfabetizados, a cidade é Capital de um dos Estados com uma das maiores taxas de alfabetização do país. O índice de aprovação na rede municipal de ensino é de 87%, ante a média nacional de 73,4%, e a evasão escolar não chega a 2% na Capital, menos da metade do índice registrado no Brasil.
- **Posição geográfica.** Porto Alegre localiza-se em posição estratégica entre os países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Está na rota de ligação de importantes capitais brasileiras, como Florianópolis, Curitiba e São Paulo, bem como da Argentina, do Uruguai e do Chile.

1.3.1. Caracterização do território

Município sede: Porto Alegre

IDHM 2010: 0,805

Faixa de IDHM: Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1)

População (IBGE Estimativa 2017): 1.484.941 hab.

Densidade demográfica (2010): 2.837,53 hab/km²

PIB per capita (2015): R\$ 46.122,79

Porto Alegre é um município brasileiro e a capital do estado mais meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul. Possui uma geografia diversificada, com morros, baixadas e um grande lago, o Guaíba. Dista 2 027 quilômetros de Brasília.

A cidade constituiu-se a partir da chegada de casais açorianos em meados do século XVIII. No século XIX contou com o influxo de muitos imigrantes alemães e italianos, recebendo também espanhóis, africanos, poloneses e libaneses. Sede da maior concentração urbana da região Sul e quinta mais populosa do Brasil, desenvolveu-se com rapidez e hoje abriga mais de 1,4 milhão de habitantes dentro dos limites municipais¹ e cerca de 4.276.475 habitantes na região metropolitana. Com 37,7% da população vivendo em

apartamentos, é a segunda capital mais verticalizada do país. A cidade enfrenta muitos desafios, entre eles o fato de parte da população viver em condições de sub-habitação, alto custo de vida, alta incidência de obesidade e tabagismo, deficiências sérias no quesito poluição, degradação de ecossistemas originais, índices de crime elevados^l e crescentes problemas de trânsito.^l

Por outro lado, ostenta mais de 80 prêmios e títulos que a distinguem como uma das melhores capitais brasileiras para morar, trabalhar, fazer negócios, estudar e se divertir. Foi destacada em 2010 também pela ONU como a *Metrópole nº 1 em qualidade de vida* do Brasil por três vezes; como possuindo um dos 40 melhores modelos de gestão pública democrática pelo seu Orçamento Participativo e por ter o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as metrópoles nacionais. Dados do IBGE a apontaram em 2009 como a capital brasileira com a menor taxa de desemprego, a empresa de consultoria britânica Jones Lang LaSalle a incluiu em 2004 entre as 24 cidades com maior potencial para atrair investimentos no mundo e figura na lista da Pricewaterhouse Coopers entre as cem cidades mais ricas do mundo. Porto Alegre recebeu a classificação de cidade autossuficiente, por parte do *Globalization and World Cities Study Group & Network* (GaWC).

Além disso, Porto Alegre é uma das cidades mais arborizadas^l e alfabetizadas do país, é um polo regional de atração de migrantes em busca de melhores condições de vida, trabalho e estudo^l e tem uma infraestrutura em vários aspectos superior à das demais capitais do Brasil. Foi manchete internacional quando sediou as primeiras edições do Fórum Social Mundial^l e foi escolhida como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Também tem uma cultura qualificada e diversificada, com intensa atividade em praticamente todas as áreas das artes, esportes e das ciências, muitas vezes com projeção nacional, além de possuir ricas tradições folclóricas e um significativo patrimônio histórico em edificações centenárias e numerosos museus.

1.3.2. Indicadores econômicos e sociais

Desenvolvimento Humano	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,494	0,612	0,702
IDHM Longevidade	0,748	0,811	0,857
IDHM Renda	0,779	0,830	0,867
IDMH	0,660	0,744	0,805

Fonte: PNUD, Ipea e FJP - 2013

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Porto Alegre é 0,805, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Renda, com índice de 0,867, seguida de Longevidade, com índice de 0,857, e de Educação, com índice de 0,702.

Observa-se grande defasagem entre O IDHM Renda e Longevidade com o de Educação indicando necessidade de investimentos e melhorias profundas.

- **Composição dos Indicadores**

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes >> Porto Alegre			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,494	0,612	0,702
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	57,33	64,54	74,78
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	37,63	60,84	77,71
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR	65,97	75,46	86,84

SERIADO ou com fundamental completo			
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	44,07	57,96	59,30
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	35,65	44,25	48,18
IDHM Longevidade	0,748	0,811	0,857
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,87	73,65	76,42
IDHM Renda	0,779	0,830	0,867
Renda per capita (em R\$)	1.021,93	1.399,50	1.758,27

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Evolução - entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,660, em 1991, para 0,805, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 21,97% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 57,35% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,208), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Ranking

Porto Alegre ocupa a 28ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Trabalho e Rendimento

Ocupação da população de 18 anos ou mais – Porto Alegre		
	2000	2010
Taxa de atividade	69,20	69,24
Taxa de desocupação	13,09	5,12

Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	69,09	73,48
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	72,26	80,76
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	56,07	64,53
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	20,22	8,66
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	49,72	48,98
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo - 18 anos ou mais	76,54	76,78

Fonte: PNUD, Ipea e FJP - 2013

Entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 69,20% em 2000 para 69,24% em 2010. Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,09% em 2000 para 5,12% em 2010. No entanto, a crise recente deverá indicar valores maiores de desocupação entre a população de 18 anos ou mais.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 0,72% trabalhavam no setor agropecuário, 0,10% na indústria extrativa, 6,25% na indústria de transformação, 5,98% no setor de construção, 1,13% nos setores de utilidade pública, 15,99% no comércio e 63,04% no setor de serviços.

Renda, Pobreza e Desigualdade – Porto Alegre			
	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	1.021,93	1.399,50	1.758,27
% de extremamente pobres	2,37	2,37	0,92
% de pobres	9,78	8,49	3,82
Índice de Gini	0,57	0,60	0,60

Fonte: PNUD, Ipea e FJP — 2013

O que é Índice de Gini?

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

A renda per capita média de Porto Alegre cresceu 72,05% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 1.021,93, em 1991, para R\$ 1.399,50, em 2000, e para R\$ 1.758,27, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,90%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,56%, entre 1991 e 2000, e 2,31%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 9,78%, em 1991, para 8,49%, em 2000, e para 3,82%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,57, em 1991, para 0,60, em 2000, e para 0,60, em 2010. Não se espera evolução no índice de Gini considerando-se na última década a manutenção do grau de concentração de renda.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Porto Alegre	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,9	73,7	76,4
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	21,1	16,0	11,6
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	24,7	18,6	13,1
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,0	1,8	1,5

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 16,0 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 11,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 21,1. Já na UF, a taxa era de 12,4, em 2010, de 16,7, em 2000 e 22,5, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 2,8 anos na última década, passando de 73,7 anos, em 2000, para 76,4 anos, em 2010. Em 1991, era de 69,9 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

Vulnerabilidade Social

Crianças e Jovens - Porto Alegre	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	21,12	16,04	11,60
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	74,81	59,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	13,43	5,27	3,37
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	7,69	4,93
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,22	3,19	2,29
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	4,07	3,98
Família	1991	2000	2010
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	9,76	12,84	12,53
% de vulneráveis e dependentes de idosos	1,31	0,95	0,77
% de crianças extremamente pobres	4,70	5,66	2,56
Trabalho e Renda	1991	2000	2010
% de vulneráveis à pobreza	24,35	20,41	12,51
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	25,70	17,34
Condição de Moradia	1991	2000	2010
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	90,81	95,19	97,39

Fonte: PNUD, Ipea e FJP - 2013

Habitação – Saúde ambiental

Indicadores de Habitação - Porto Alegre	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	95,29	97,39	99,55
% da população em domicílios com energia elétrica	99,46	99,84	99,91
% da população em domicílios com coleta de lixo. (Somente para população urbana)	96,96	99,32	99,64

Fonte: PNUD, Ipea e FJP - 2013

Território e Ambiente

Porto Alegre apresenta 93% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 82.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 69.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 12 de 497, 265 de 497 e 11 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 290 de 5570, 2201 de 5570 e 98 de 5570, respectivamente

1.3.3 A região polarizada - Aspectos Econômicos, Sociais, Demográficos e Educacionais

A região de abrangência da IES conta com a participação do município de município e outros municípios ao redor sendo mais expressivos os que se seguem:

Censo	Sede	Região polarizada				
	Porto Alegre	Canoas	Guaíba	Viamão	Gravataí	Cachoeirinha
População estimada (2017)	1.484.941	343.853	99.334	253.717	275.146	127.318
Área (km²)	496,682	131,096	376,947	1.497,09	463,499	44,018
Densidade demográfica (2010) (hab/km²)	2.837,53	2.470,15	252,57	159,91	551,59	2.687,04
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010	0,805	0,75	0,73	0,717	0,736	0,757
Estabelecimentos de Saúde SUS (2010)	201	42	6	34	42	32
Matrículas Ensino	47.255	12.365	3.601	8.321	9.025	5.188

Médio (2015)						
Matrículas Ensino Fundamental (2015)	159.162	46.022	12.651	35.944	36.221	16.883
Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes (mil reais) (2013)	6.539.035,53	1.499.492,30	420.125,63	898.709,59	1.096.162	558.077
Valor adicionado bruto da Agropecuária, a preços correntes (mil reais) (2013)	23.477,09	5.861,91	51.159,01	128.352,28	13.354	886
Valor adicionado bruto da Indústria, a preços correntes (mil reais) (2013)	6.669.846,88	5.487.395,08	1.181.321,50	466.748,37	3.532.773	1.047.008,32
Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social (mil reais) (2013)	45.009.063,71	7.130.077,23	1.953.015,69	1.451.447,25	3.106.587,58	2.291.203,22
PIB, per capita (reais)	46.122,79	47.588,56	53.974,61	12.853,56	35.740,51	47.494,00
Salário Médio (salário mínimo)	4,20	3,30	3,60	2,30	3,1	2,5

Fonte: IBGE

A região polarizada apresenta uma população estimada em 2.584.309 hab., com 85.755 alunos matriculados no Ensino Médio (2015) e 147.721 alunos matriculados no Ensino Fundamental (2015). Possuía, em 2010, 357 Estabelecimentos de Saúde SUS.

O PIB, per capita médio em (reais), (2015) era de 40.619.

O Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social (mil reais) (2013) apresenta preponderância em relação aos outros indicadores econômicos com expressivo resultado de 60.941.395.

É nesse contexto que a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, insere seus cursos de graduação e pós-graduação em Direito, proporcionando, assim, condições de ampliação das possibilidades de desenvolvimento, pela oferta de melhores condições de acesso ao ensino superior e do incremento de todas as potencialidades do Município-Capital e região sob sua influência.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1. Princípios filosóficos e metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição.

2.1.1. Princípios Filosóficos

Os cursos e atividades pedagógicas desenvolvidos na instituição devem contribuir para a construção e produção de saberes significativos na área das Ciências Jurídicas e para a consolidação do desenvolvimento humano, econômico e social através da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A FMP observará os seguintes princípios filosóficos e teórico-metodológicos na organização das suas práticas acadêmicas:

- Respeito à pluralidade de ideias.
- Desenvolvimento contínuo da Responsabilidade Social.
- Diálogo permanente com as partes interessadas.
- Estímulo à articulação entre produção do conhecimento e sociedade.
- Fomento à cooperação institucional.
- Estímulo à inovação pedagógica e tecnológica.
- Estímulo à pesquisa interdisciplinar.
- Estímulo à qualificação do corpo docente.
- Estímulo à qualificação do corpo técnico-administrativo.

- Gestão Institucional apoiada na ética e na transparência.
- Qualidade na Infraestrutura e prestação de serviços.
- Gerenciamento autossustentável, com autonomia administrativo-financeira.
- Compromisso com os ideais do Ministério Público.

2.1.2. Princípios Metodológicos

Os princípios metodológicos que estão presentes no fazer institucional são:

- Respeito à pluralidade, alteridade e flexibilização de ideias na construção da relação ensino aprendizagem e compreensão que as relações institucionais são construídas a partir de sujeitos históricos e portadores de valores e da dignidade humana.
- Estímulo para que a Metodologia de Ensino se dê a partir da articulação entre a produção do conhecimento e a sociedade, a inovação pedagógica e tecnológica e a produção científica, pois se entende indissociável o Ensino, a Pesquisa e a Extensão para a emancipação integral do sujeito.
- Estímulo ao diálogo permanente com todos os interessados fomentando a qualificação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, pois compreende que a educação superior envolve a comunidade acadêmica e se constrói a partir de uma postura de abertura, realização e entendimento.
- Desenvolvimento contínuo da Responsabilidade Social fomentando a cooperação institucional a compreensão e a construção do conhecimento, como auxílio na edificação de alternativas para a solução de problemas sociais cruciais na atualidade.
- Primazia pela qualidade na Infraestrutura e na prestação de serviços buscando uma Gestão Institucional apoiada na ética, na transparência e no gerenciamento autossustentável, com autonomia administrativo-financeira.

2.2. Missão, Visão e Valores

MISSÃO

“Promover a educação e a cultura sociojurídica, preparando cidadãos e profissionais éticos para atuarem como agentes de transformação social, fundamentados numa visão interdisciplinar e humanista das questões jurídicas, no âmbito do Brasil e de suas relações internacionais”

VISÃO

Ser reconhecido como excelente opção educacional focada na formação de juristas diferenciados: profissionais éticos, humanistas, resolutivos e prontos para os desafios do Estado contemporâneo no mundo globalizado, capazes de enfrentar, como lideranças institucionais, as questões jurídicas de modo interdisciplinar.

VALORES

Os valores do Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, assim entendidos como o conjunto de ideias, crenças, sentimentos e atitudes que orientam a sua essência, remetem à:

- excelência,
- competência,
- efetividade,
- pluralidade,
- interdisciplinaridade,
- ética e
- justiça.

2.3. O perfil do egresso da FMP

O egresso da FMP deverá apresentar autonomia intelectual, capacidade de aprendizagem continuada, sólida base científica, humanística e cultural, atuação crítica e ética sintonizada com as necessidades do país e da região.

Para a consecução do perfil desejado devem ser desenvolvidas as seguintes habilidades e competências gerais que habilitem o egresso a interpretar e propor a melhor solução para os casos reais na vida profissional:

- Conhecimento da realidade social e dos problemas jurídicos da Região de atuação;
- Capacidade de leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos;
- Correta utilização da linguagem usando-a com clareza, precisão e propriedade apresentando fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário;
- Capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação, de análise crítica de dados e informações e compreensão das dimensões sociocultural, humanística e crítica do Direito;
- Habilidade de entender o alcance das normas jurídicas e sua aplicabilidade, visando dotar o futuro profissional do Direito de condições suficientes para equacionar problemas e levar harmonia às exigências sociais regionais e nacionais;
- Capacidade de compreender o Direito dentro de uma visão crítica e aplicá-lo na solução dos conflitos de interesses;
- Desenvolvimento do senso ético-profissional, associado à responsabilidade em relação ao papel social do acadêmico e do profissional do Direito;
- Capacidade para compreender e desenvolver métodos extrajudiciais de prevenção e soluções de conflitos individuais e coletivos;
- Conhecimento interdisciplinar do Direito que contribua para a solução mais viável para o caso apresentado, com base nos valores sociais estampados na Constituição Federal;

- Capacidade de análise crítica acerca do sistema jurídico e entendimento das dimensões da legalidade e da constitucionalidade das normas jurídicas;
- Domínio na mediação e de aproximação de pessoas;
- Capacidade de pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para a aplicação e produção criativa do Direito;
- Percepção clara, pelo egresso, de seu papel de agente jurídico comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e solidária;
- Capacidade de compreender a necessidade de contínuo processo de aperfeiçoamento.

2.4. Objetivos Permanentes

De acordo com seu Projeto Pedagógico Institucional e com a Missão e a Visão, já descritas anteriormente, a IES tem por objetivos permanentes:

2.4.1. Objetivo geral

Criar, instalar, desenvolver e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e a comunidade local e regional, promovendo a Educação Superior, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

2.4.2. Objetivos específicos

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; (LDB, art. 43, I)
- Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes;
- Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; (LDB, art. 43, II)
- Incentivar o trabalho de pesquisa/iniciação científica e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da

cultura, desenvolvendo, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive; (LDB, art. 43, III)

- Incentivar o diálogo interdisciplinar, a integração entre os diversos ramos do saber, a reflexão crítica sobre problemas humanos, a investigação da verdade;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, comunicando o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação; (LDB, art. 43, IV)
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; (LDB, art. 43, V)
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; (LDB, art. 43, VI)
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa/iniciação científica e tecnológica geradas na Instituição; (LDB, art. 43, VII)
- Cooperar no desenvolvimento social, econômico, cultural da região e/ou país;
- Cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, na realização de pesquisas, na elaboração de projetos e na prestação de serviços, assegurando-lhes, segundo as suas possibilidades, assistência técnica;
- Proporcionar ao Corpo Docente oportunidades de participação em programas de desenvolvimento comunitário e regional, favorecendo-lhes meios para realização de atividades culturais, artísticas e desportivas, dentro de suas disponibilidades financeiras;
- Manter intercâmbio de informações e de pessoal com Instituições congêneres, nacionais e estrangeiras; e
- Ampliar a oferta de cursos e conteúdos na modalidade a distância.

2.5. Diretrizes gerais, opção metodológica e áreas de atuação acadêmica

2.5.1. Diretrizes gerais

Para a realização dos objetivos propostos acima, a FMP assume as seguintes diretrizes gerais:

- Aprofundar a integração entre a graduação e a pós - graduação;
- Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, em torno de eixos temáticos institucionais, estabelecendo um processo educativo voltado para a participação efetiva da IES no desenvolvimento regional, através da ampliação de parcerias com diferentes agentes públicos e privados;
- Consolidar sua atuação na área jurídica, com foco na afirmação da excelência acadêmica e administrativa da FMP, promovendo expansões apenas incrementais em áreas estratégicas;
- Incentivar a construção de projetos inovadores que possibilitem a ampliação das fronteiras e a diversidade do conhecimento, combatendo a fragmentação entre os diferentes saberes e favorecendo a formação de profissionais dotados de conhecimento científico, capacidade crítica, visão empreendedora e autonomia intelectual;
- Aperfeiçoar a política de comunicação interna e externa;
- Promover a autonomia discente efetiva;
- Avançar na consolidação da cultura de reflexão, planejamento e avaliação;
- Atualizar constantemente os Projetos Pedagógicos, para que os cursos, efetivamente, concretizem a articulação entre Ensino, Pesquisa/iniciação científica e Extensão, e a relação entre teoria e prática nas ações pedagógicas;

- Aperfeiçoar, continuamente, as ações de Atividades Complementares e de Estágio Supervisionado;
- Manter o incentivo à Pesquisa/Iniciação Científica na Graduação, com a criação de grupos de pesquisa inter e a transdisciplinares e a consolidação dos já existentes;
- Manter e aperfeiçoar a política de Extensão com o objetivo de integrar as ações desenvolvidas;
- Fortalecer a Pós-graduação;
- Firmar parcerias com outras Instituições, visando à proposição de políticas, tanto para o setor público como o privado, de interesse para a região;
- Estabelecer novos programas, cursos e ações que venham a atender às demandas mais emergentes;
- Manter os programas de formação continuada para docência e gestão, tendo como referência os perfis de qualidade desejados pela FMP;
- Fortalecer a gestão participativa, incentivando o compromisso da comunidade interna na implementação de políticas institucionais;
- Intensificar as políticas de acesso, permanência e atendimento ao aluno, com aperfeiçoamento dos processos de seleção, acompanhamento da vida acadêmica e apoio nos aspectos acadêmicos e sociais, ampliando espaços de convivência solidária;
- Intensificar a relação com os egressos, para troca de ideias e experiências com os alunos em curso;
- Consolidar a cultura da utilização eficiente das novas tecnologias da comunicação e da informação;
- Implementar gradativamente os recursos de EaD na Graduação em Direito conforme possibilita a legislação vigente, a fim de possibilitar ao estudante o acesso

a recursos de informação baseado em novas tecnologias e metodologias de aprendizagem;

- Elaborar projetos para ofertar e promover ações formativas para a operacionalização da modalidade EaD nas Atividades Complementares e de Extensão;
- Aprimorar o processo de gestão econômico-financeiro, ampliar a capacidade de desenvolvimento autossustentável e a viabilidade operacional e funcional da FMP;
- Reestruturar, modernizar e garantir a qualidade na prestação dos serviços, na comunicação e na infraestrutura institucional e acessibilidade;
- Assegurar o acompanhamento do egresso bem como sua integração em atividades diversas propostas pela Instituição.

2.5.2. Opção Metodológica

O trabalho pedagógico, desenvolvido pela FMP busca permanentemente a interação do discente com o conhecimento, o diálogo com o contexto social e cultural, a busca da autonomia intelectual, o desafio à solução de problemas da realidade vivenciada e o incentivo à criatividade e à responsabilidade. O planejamento do processo ensino-aprendizagem prioriza o estímulo à (re)elaboração contínua de conhecimentos assimilados, de modo a adequá-los à realidade em constante mutação tecnológica, social, econômica e política.

Afeito a uma concepção dialógica e interativa de aprendizagem, a FMP tem discutido e promovido a utilização de estratégias que priorizem espaços de inovação, investigação e troca de saberes, dentro e além da sala de aula.

A metodologia didática é orientada no sentido de proporcionar ao discente o desenvolvimento de competências para intervir no contexto em que vive; o que exige diálogo constante e troca de experiências entre os atores do processo (professores e

alunos). Constituem estratégias comumente utilizadas no campo didático-pedagógico: os Projetos de Iniciação Científica e de Extensão, os Grupos de Estudo e de Pesquisa, Seminários e Jornadas Interdisciplinares. Acrescente-se, ainda, o caráter indispensável do aprendizado em serviço, vivenciado nos estágios internos e externos a Instituição, que promovem a estreita vinculação entre teoria e prática e provocam questionamentos e reflexões nos percursos curriculares.

A metodologia proposta na FMP acompanha a concepção de aprendizagem centrada na relação docente/orientador e aluno/orientando numa relação dialógica e contínua focada no protagonismo do estudante. Suas características deverão atender às previstas por MASETTO para o professor universitário:

Um professor que, com seus alunos, forme um grupo de trabalho com objetivos comuns, que incentive a aprendizagem de uns com os outros, estimule o trabalho em equipe, a busca de solução para problemas em parceria, que seja um motivador para o aluno realizar suas pesquisas e seus relatórios, que crie condições contínuas de 'feedback' entre aluno e professor. (MASSETTO, 1998).

A relação ensino-aprendizagem proposta é mediada por recursos tecnológicos e estratégias diferenciadas que favoreçam a autonomia discente efetiva sendo o professor o orientador e mediador do processo.

A Educação centrada na autoaprendizagem faz com que as funções docentes se voltem para a diversificação e a complementaridade, derivadas das novas situações propostas e atividades que surgirão ao longo do processo. Estas irão exigir do professor pesquisa, formação continuada, criatividade e adaptabilidade maiores do que as requeridas por sua atuação na aula tradicional e trazem à tona a necessidade de atuação coletiva e integradora dos docentes.

2.5.3. Áreas de atuação Acadêmica

a) Quanto à graduação:

Quadro 1: Curso de Graduação

CURSO/HABILITAÇÃO	RA	CHT	TP	VAGAS			ALUNOS MATRICULADOS		
				M	T	N	M	T	N
Direito	SS	3703	5	230 vagas anuais			588	-	352

Fonte: Secretaria 2018

Legenda:

>> **RA** é o regime acadêmico do curso; seriado anual (SA); seriado semestral (SS); sistema de créditos (SC), sistema modular (SM), disciplina isolada (DI)

>> **CHT** é a carga horária total do curso (em horas);

>> **TP** é o tempo previsto de integralização curricular do curso, em anos;

>> **M** é o número de vagas oferecidas e de alunos matriculados no turno da manhã;

>> **T** é o número de vagas oferecidas e de alunos matriculados no turno da tarde;

>> **N** é o número de vagas oferecidas e de alunos matriculados no turno da noite.

Quadro 02: Situação legal do curso de graduação

CURSO/ HABILITAÇÃO	Último ato legal	Especificação	Conceito
Direito	Renovação de Reconhecimento	Portaria Nº 268, de 3 de abril de 2017	5

Fonte: Secretaria 2017

Quadro 03: ENADE

CURSO	Ano	ENADE	CPC
Direito	2012	4	4
	2015	4	4

Fonte: MEC 2017

Quadro 04: Avaliação Institucional

	Conceito	Ano
CI: Conceito Institucional	4	2010

IGC: Índice Geral de Cursos	4	2016
IGC Contínuo	3.0914	2016

Fonte: MEC 2017

b) Quanto à pós – graduação *lato sensu*

b.1) presencial:

NOME DO CURSO	CHT	M	V	AM	DOCENTES		CV
					TOT	IES	
Direito Constitucional e Direito Administrativo	390	x	100	49	19	2	Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso
Direito Administrativo e Gestão Pública: uma abordagem interdisciplinar	390	x	50	24	20	5	
Direito Processual Civil: o Novo Código de Processo Civil em Debate	390	x	50	18	18	8	
Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Seguridade Social	390	x	100	79	29	1	Fundação Escola de Magistratura do Trabalho/RS
Direito Administrativo e Gestão da Qualidade	390	x	100	77	18	1	Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso
Direito de Família e Sucessões	390	x	50	64*	31	5	
Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	360	x	100	20	29	1	Fundação Escola de Magistratura do Trabalho/RS
Direito Processual Civil: Teoria e Prática do novo CPC	390	x	100	137*	15	1	Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso
Direito Público	390	x	100	109*	6	6	
Direito da Criança e do Adolescente	390	x	50	14	12	2	
Direito Civil e Processual Civil	390	x	50	42	14	6	
Direito Penal e Processual Penal	390	x	100	175**	21	2	Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso
* 7 turmas em andamento							

Fonte: Secretaria 2017

b.2) EaD:

NOME DO CURSO	CHT	M	V	AM	DOCENTES	
					TOT	IES
Direito Penal	390	x	100	39	14	3
Ciências Criminais	390	x	100	80	17	3
Direito Processual Civil: o Novo Código de Processo Civil em perspectiva e as tutelas coletivas como instrumento de defesa da cidadania	390	x	50	40	8	6
Direito de Família e Sucessões	390	x	100	74	31	5
Direito Processual Penal	390	x	100	29	12	3
Direito Eleitoral – Princípios e Práticas	390	x	200	92	43	3
Direito Administrativo e Gestão Pública: uma abordagem interdisciplinar	390	x	100	41	20	5
Direitos Difusos e Coletivos	390	x	100	69	18	9
Direito Processual Civil: o Novo Código de Processo Civil em Debate	390	x	100	75	18	8
Direito Social do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social	420	x	100	19	34	4

Fonte: Secretaria 2017

Legenda:

- >> CHT é a carga horária total do curso
- >> M assinalar com X se o curso exige monografia
- >> E assinalar com X quando o curso segue a Resolução 001/CNE de 08 de Junho de 2007.
- >> V é o total de vagas oferecidas
- >> AM é o total de alunos matriculados
- >> TOT é o número de professores que integram ou integraram o corpo docente do curso
- >> IES é o número de professores da IES que integram o corpo docente do curso
- >> CV assinalar se o curso é dado em convênio com outra instituição. Nesse caso, relacionar como observações o nome da instituição/instituições conveniada/conveniadas.

d) Quanto à pós – graduação *stricto sensu*:

Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado (Conceito Capes 3)

Área de Concentração: Tutelas à efetivação de Direitos Indisponíveis

Linhas de Pesquisa:

1. Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados
2. Tutelas à Efetivação de Direitos Transindividuais

Mestrado: 25 vagas anuais

2.5.4. Programas, Projetos e Ações Comunitárias/Socioassistenciais

As Ações Comunitárias/Socioassistenciais na FMP compreendem Programas, Projetos e Ações pontuais direcionadas ao público socialmente vulnerável, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8742/1993 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Tais ações são de caráter complementar ao poder público, amparadas na legislação institucional e social vigente e visam contribuir na consolidação do caráter comunitário e no cumprimento da Missão da FMP.

A responsabilidade social é parte integrante dos princípios e diretrizes da FMP. Seu compromisso social se manifesta não apenas dentro do *campus*, através do ensino, da pesquisa, extensão e atividades comunitárias, mas também, e cada vez mais, mediante sua presença e atuação nas comunidades necessitadas que a circundam através de projetos e programas de ação comunitária, voltados para inclusão social, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural.

As ações organizadas nessa dimensão têm como eixos os programas e projetos de ação comunitária e prestação de serviços que possibilitam a produção de respostas eficazes, inovadoras e criativas diante das múltiplas determinações da questão social. Estas ações são direcionadas à população de baixo poder aquisitivo, de forma complementar ao poder público e estão em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, no intuito de possibilitar àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social o acesso a programas, projetos e serviços que propiciem melhoria na qualidade de vida.

Além dos programas e projetos de ação comunitária e prestação de serviços, a FMP desenvolve também Programas de Bolsas para os alunos que comprovem a precariedade da sua condição socioeconômica, como uma forma de lhes possibilitar o acesso e a permanência na Instituição. Neste sentido, abarca inúmeras atitudes individuais que,

voltadas para o bem comum, têm o poder de transformar a realidade de comunidades inteiras.

Ações de Extensão

- Assessoria Jurídica em entidades de cunho social.
- Assessoria jurídica à comunidade de baixa renda através das ações do Núcleo de Prática Jurídica.
- Organização e Manutenção do Programa de Valorização à Vida.
- Organização do Projeto Diversidade, com diferentes temáticas e eventos.
- Palestras e cursos.
- Evento Prata da Casa: palestras de professores da FMP (<http://www.fmp.com.br/faculdade/extensao/prata-da-casa/3/>).
- Semana da Consciência Negra na FMP.
- Ciclos de Conferências sobre questões de gênero.
- Ciclo de eventos de extensão.

2.6. Políticas Relativas às Atividades Acadêmicas do curso de Graduação em Direito

2.6.1. Políticas de Ensino

As políticas de ensino proporcionam ações que articulam a proposição das diretrizes de ensino de graduação, estimulando inovações e melhoria do ensino, incluindo a qualificação pedagógica dos docentes, a atuação do núcleo de apoio pedagógico, os espaços de partilha de experiências, os ambientes de estudo para professores e estudantes, os recursos para projetos de ensino inovadores e a preparação de atividades de ensino.

A Instituição tem como compromisso qualificar os Projetos Pedagógicos de seus cursos visando construir atitudes de sensibilidade e compromisso social com seus egressos, ao mesmo tempo em que lhes provê sólida formação científica e profissional, capacitando-os para atuar nas mais diversas carreiras da área de conhecimento do curso.

O Projeto Pedagógico de Curso observa tanto o aspecto do desenvolvimento social quanto da competência científica e tecnológica, permitindo aos profissionais a atuação crítica e criativa na identificação e solução de problemas, considerando as dimensões políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanista, em atendimento às demandas da sociedade.

A sociedade e o universo acadêmico têm crescentemente usufruído das inovações tecnológicas. O uso dessas novas tecnologias se tornou uma realidade em sala de aula permitindo ser apoio a realização de um projeto educacional onde a FMP lança desafios, propõe objetivos para qualificar a estrutura curricular e enriquecer a formação do seu acadêmico.

A organização didático-pedagógica do curso de graduação deve abranger o regime de oferta, os componentes curriculares, o estágio supervisionado, as atividades complementares, a monografia, o sistema de avaliação, o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o pedagógico da graduação e da pós-graduação, que por sua vez, abrangerá, sem prejuízo de outros os seguintes elementos estruturais:

- Objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucionais, política, geográfica, ambiental e social.
- Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso.
- Formas de realização da interdisciplinaridade.
- Modos de integração entre teoria e prática.
- Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem.

- Modos da integração entre graduação e pós-graduação.
- Políticas de integração entre a extensão, pesquisa e iniciação científica.
- Atividades que permitam a flexibilidade curricular.
- Metodologias inovadoras.

A Instituição adota formas específicas e alternativas de avaliação, internas, externas, sistemáticas, envolvendo diferentes atores do processo de curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Com base numa visão da graduação que enfatiza o desenvolvimento da autonomia, por meio de um currículo amplo e flexível que proporcione uma formação científica sólida e um desenvolvimento humanístico, o Projeto Pedagógico do bacharelado em Direito, para atender à concepção filosófica da organização didático-pedagógica, deve apresentar:

- Concepção da estrutura curricular, fundamentada em metodologia de ensino que articule o ensino, a pesquisa/iniciação científica e a extensão;
- Estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais através de processos interdisciplinares;
- Estímulo a metodologias ativas de aprendizagem;
- Inserção de tecnologias da informação na relação ensino-aprendizagem;
- Priorização do desenvolvimento de competências e habilidades;
- Desenvolvimento do espírito crítico e analítico, preparando os acadêmicos para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional;
- Estímulo à educação continuada considerando a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento.
- Estreitamento do relacionamento com os egressos a fim de obtenção de melhoria de qualidade no ensino.

Assim, em decorrência de seus objetivos e diretrizes a FMP define as seguintes políticas de ensino a serem adotadas em seu curso de graduação:

- Construção coletiva de projetos pedagógicos **centrados no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador** do processo ensino-aprendizagem;
- Elaboração de projeto pedagógico que demonstre claramente como o **conjunto das atividades previstas** garantirá o perfil desejado de seu egresso e o **desenvolvimento das competências e habilidades** esperadas;
- Avaliação e atualização constante do Projeto Pedagógico do Curso;
- Promoção da interdisciplinaridade e da flexibilidade curricular;
- Promoção da autonomia discente efetiva;
- Estímulo à permanência dos estudantes através de apoio pedagógico e financeiro;
- Apoio ao desenvolvimento pedagógico dos docentes.

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizados os seguintes mecanismos:

- Todas as disciplinas terão suas aulas previamente preparadas pelos docentes. Os professores poderão usar diferentes metodologias e recursos no processo ensino-aprendizagem.
- Em todas as disciplinas serão propostas atividades práticas de aprendizagem a serem realizadas pelos estudantes.
- As atividades de cada disciplina serão acompanhadas e avaliadas regularmente por docentes, pelo NDE e pela coordenação de curso.
- Durante os semestres letivos, ao longo do curso, com o apoio dos docentes, os alunos elaborarão atividades interdisciplinares para a integração dos conteúdos e competências desenvolvidos ao longo do curso.
- A avaliação do processo ensino/aprendizagem será realizada por meio de procedimentos de avaliação variados.

- Proposição de eventos relacionados às questões de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental da cidade e região polarizada pela FMP.

2.6.1.1. Seleção de conteúdos

O bacharelado em Direito, em seu Projeto Pedagógico, apresentará conteúdos específicos dos eixos curriculares de formação do aluno, de acordo com a legislação em vigor e as diretrizes curriculares. A seleção de conteúdos deverá considerar o seu significado para o professor e para o aluno no contexto curricular institucional em que se insere.

De um modo geral serão enfocados:

- **Conteúdos de Formação Básica** que terão, por objetivo, integrar os conteúdos específicos a outras áreas do saber.
- **Conteúdos de Formação Profissional** que envolverão o conhecimento específico da área de formação e a sua aplicação.
- **Conteúdos de Formação Prática** que objetivarão a integração da teoria com a prática.

A seleção de conteúdos será realizada em conjunto por docentes da área, sob a supervisão de um Coordenador de Curso e do NDE, e em consonância com o conteúdo dos demais componentes curriculares que comporão a matriz curricular e com o perfil do egresso. A seleção dos conteúdos deverá requerer significação dos mesmos dentro do enfoque do curso e do componente curricular.

A seleção e compatibilização de conteúdos será realizada no período de planejamento do período letivo. O curso, de acordo com suas peculiaridades, dará aos conteúdos enfoques específicos, quer quanto à direção teórico-quantitativa, quer histórica, dogmática, tecnológica, ou social.

2.6.1.2. Estrutura do Plano de Ensino Aprendizagem e do Plano de Curso

PLANO ENSINO APRENDIZAGEM

CURSO	Direito	DISCIPLINA			
CARGA HORÁRIA	 h	PERÍODO	P	PPC ANO	
OBJETIVOS DO CURSO	Conforme PPC. Discutir os objetivos do curso auxilia na contextualização da disciplina em relação ao curso.				
EMENTA					
OBJETIVOS DE ENSINO	O que o professor pretende fazer no processo de orientação de aprendizagem.				
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	O que o aluno deve alcançar.				
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS (Art. 4º da Resolução CNE/CES 9, de 29 de setembro de 2004)	I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; II - interpretação e aplicação do Direito; III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; VII - julgamento e tomada de decisões; VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito; IX - compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; X - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica; XI - compreensão e inter-relacionamento dos fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito com sua aplicação prática.				
CONTRIBUIÇÃO PARA O PERFIL DO EGRESSO	Mostrar como as atividades a serem desenvolvidas agregam as habilidades e competências necessárias ao profissional do curso.				
CONTEÚDO	Quanto mais específico, melhor.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	3 títulos e de preferência existentes também na biblioteca virtual.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Contendo pelo menos 5 títulos físicos e virtuais.
LEITURAS COMPLEMENTARES	Legislações, artigos da base de periódicos e vídeos que complementem o material de aprendizagem do aluno.
ARTICULAÇÃO COM OUTRAS DISCIPLINAS	Mostrar as articulações entre os conteúdos previstos na disciplina e o que será estudado em outras disciplinas.

Núcleo Docente Estruturante:	ASSINATURA:	DATA:
COORDENADOR:	ASSINATURA:	DATA:

PLANO DE CURSO – Bacharelado em Direito

Disciplina			
Turma		Ano/semestre	
Docente			
Forma de avaliação	A estratégia de avaliação precisa ser coerente com os objetivos de aprendizagem		

Data/ aulas	Unidade /tema de estudo	Objetivos de Aprendizagem	Estratégia de Ensino/Aprendizagem	CH
	Obedecer ao conteúdo previsto no Plano de Ensino Aprendizagem	Dissecar objetivos para cada unidade ou tema de estudo	Descrever os procedimentos metodológicos e atividades a serem desenvolvidas no estudo da unidade ou tema. Evidenciar as fontes de estudo envolvendo a bibliografia básica, complementar, artigos e vídeos	

ATIVIDADES PRÁTICAS DE APRENDIZAGEM

Nº	Tema de Estudo	Objetivos de Aprendizagem	Leituras Sugeridas	Atividades Associadas

PROFESSOR:	ASSINATURA:	DATA:
COORDENADOR/NDE:	ASSINATURA:	DATA:

Proposta de Atividade de Aprendizagem – Modelo de Construção

Curso: Direito.

Disciplina (áreas do Conhecimento):

Tema:

Perfil do egresso previsto nas DCN do curso:

.....

Competência(s) e Habilidade(s) prevista(s) nas DCN do curso:

.....

Processo cognitivo/operação mental:

Relembrar	Entender	Aplicar	Analisar	Avaliar	Criar
-----------	----------	---------	----------	---------	-------

Objetivos de aprendizagem:

Sugestões de leitura:

Atividades de aprendizagem proposta:

Padrão de resposta:

2.6.2. Políticas de Extensão

A extensão acadêmica é um processo educativo, cultural e científico que se articula ao ensino e à pesquisa buscando fortalecer o vínculo entre a instituição e a sociedade em geral.

As políticas de extensão consideram o ensino, a inclusão, o desenvolvimento social, econômico e de sustentabilidade ambiental.

A Faculdade interage diretamente com a comunidade acadêmica, através da adoção de práticas responsáveis, priorizando ações que envolvam especialmente a inclusão social, o desenvolvimento econômico, social e o meio ambiente.

Desta forma, o desenvolvimento de ações, como inclusão social e acesso à justiça, contribuem ativamente no processo de melhoria da realidade de comunidades. Estas práticas são desenvolvidas por estudantes, sob a orientação de professores, com finalidade de criar um espaço em que os mesmos, através da participação em projetos sociais, ampliem sua consciência sobre o valor da cidadania e da importância de um papel cada vez mais atuante na sociedade em que estão inseridos.

As políticas de extensão da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público são efetivadas através de prestação de serviços à comunidade, de forma direta ou através de convênios com instituições públicas ou particulares. A Extensão articula-se com as linhas de pesquisa e com o ensino para, através de eventos, cursos e atividades,

contribuir com a inclusão social, a diversidade, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio, de forma ética, transparente e cidadã.

A FMP tem como Política de Extensão:

- Incentivo a articulação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa.
- Promoção da democratização do conhecimento acadêmico e da participação efetiva da FMP na comunidade de Porto Alegre e região de influência;
- Favorecimento ao processo dialético da relação teoria-prática;
- Promoção de trabalhos interdisciplinares que favoreçam o desenvolvimento regional;
- Atendimento às demandas sociais através da ação proativa do curso de Direito nas atividades de estágio;
- Estímulo ao desenvolvimento cultural como instrumento de construção da cidadania.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FMP para atender à Política de Extensão deve:

- Explicitar como diretriz a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, levando em consideração as características do curso e as necessidades de compreensão dos fenômenos sociais;
- Valorizar a participação dos alunos em diferentes ações de extensão contemplando-as nas Atividades Complementares;
- Considerar de forma objetiva atividades de extensão como relevante para o curso através de eventos organizados para a difusão, para a comunidade, de trabalhos científicos desenvolvidos na FMP;
- Prever o monitoramento, registro, avaliação das ações de extensão, apresentação e publicação dos resultados.

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizados os diversos espaços de formação que devem contemplar as práticas extensionistas:

- Projetos de Extensão;
- Atividades acadêmicas obrigatórias: disciplinas; trabalhos interdisciplinares; TCC – monografias e afins; seminários – cursos e eventos; práticas investigativas de iniciação científica; estudos de casos, etc...
- Atividades Complementares – com previsão de avaliação e de validação de práticas extensionistas de iniciativa de outras instâncias da FMP que não apenas o curso;
- Jornadas de Direito estruturadas em temas específicos;
- Assessoria Jurídica em entidade de cunho social;
- Atividades do Núcleo de Prática Jurídica;
- Estágios (obrigatórios e não obrigatórios) – “o estágio é uma forma e atividade de extensão e ação comunitária, mediante participação dos alunos em procedimentos e projetos de interesse social, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico”. (Lei 6.494-77, art. 2). Portanto, os estágios representam espaços destacados para a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

2.6.3. Políticas de Pesquisa/Iniciação Científica

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público desenvolve pesquisa como função indissociável do ensino, visando ao desenvolvimento da ciência e a construção de um mundo com cultura cidadã, mais humano e justo e à formação crítica do seu acadêmico.

São políticas de pesquisa investir em projetos voltados para alternativas dos problemas de:

- Efetividade dos Direitos Fundamentais.
- Distorções da Globalização e Direito Privado.
- Manifestações da Violência e Estrutura Social.

- Relações entre o Direito, a cidadania e o acesso à Justiça.

O estímulo às atividades de pesquisa/iniciação científica, visando à produção institucionalizada, consiste principalmente em:

- Concessão de auxílio para o desenvolvimento da pesquisa/iniciação científica.
- Formação de pessoal docente em cursos de pós-graduação na própria Faculdade ou em outras instituições nacionais ou estrangeiras.
- Concessão de auxílio para projetos específicos.
- Realização de convênios e intercâmbios com instituições nacionais e estrangeiras, vinculadas à pesquisa.
- Incentivo aos contatos entre professores (pesquisadores) e o desenvolvimento de projetos comuns.
- Ampliação e atualização do acervo bibliográfico.
- Divulgação dos resultados das pesquisas realizadas pela Faculdade.
- Realização de eventos destinados ao debate de temas científicos.
- Articulação com a extensão para a disseminação das pesquisas realizadas.
- Apoio aos docentes e discentes para a apresentação dos resultados das pesquisas em eventos científicos.
- Inclusão da pesquisa nas publicações e espaços de disseminação de informações da IES nas relações interinstitucionais, convênios, cooperações e intercâmbios e/ou parcerias com os movimentos sociais, setores produtivos, agências governamentais e sistemas de ensino.

Para dar visibilidade a estas políticas, a Faculdade terá professores envolvidos com a pesquisa, que contarão com carga horária para esta finalidade, apoio institucional para apresentações em eventos, regulamentação para a seleção de alunos para a iniciação

científica, espaços na Faculdade para a realização das atividades, aquisição de bibliografia pertinente ao tema.

2.6.4. Políticas de Estágio

O Estágio Curricular Supervisionado em Direito é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, acadêmico e/ou profissional, que visa proporcionar ao discente regularmente matriculado o aprendizado de competências próprias da atividade profissional do Curso e a contextualização curricular, com vista ao seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

O estágio supervisionado obrigatório e não-obrigatório, objeto da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

A FMP tem como Política de Estágio:

- Propiciar a observação de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmicos e empíricos;
- Trabalhar a formação de competências próprias à atividade profissional e à contextualização do currículo;
- Instrumentalizar o processo dialético entre teoria/prática da formação profissional;
- Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficie a visão integrada do social; formando o cidadão, o profissional e a pessoa;
- Desenvolver parcerias e convênios com Instituições, identificando e atendendo às demandas sociais, articuladas com as políticas e as prioridades institucionais;

- Acompanhar o desenvolvimento dos Estágios, de acordo com regulamento estabelecido pela FMP;
- Programar a integração instituição de ensino/instituições concedentes de estágio, tendo em vista permitir a realização de trabalhos conjuntos e, a consequente troca de conhecimentos e experiências entre os agentes envolvidos;
- Envolver as Instituições parceiras no processo de avaliação das atividades de curso e no processo de atualização do PPC de Direito;
- Favorecer o diálogo, o questionamento, a interação entre os pares bem como a criatividade;
- Favorecer o desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante e de sua criticidade.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito para viabilizar execução do estágio deve:

- Organizar estágio curricular com previsão de carga horária na estrutura curricular do curso, no atendimento ao que estabelece o Art. 7º das DCN do curso;
- Descrever a forma de apresentação, orientação e supervisão;
- Designar coordenação para acompanhamento do estágio;
- Descrever as formas de registro e controle das atividades;
- Estabelecer convênios com empresas particulares e públicas para a execução do estágio;
- Prever a condição para a realização do estágio extracurricular e seu aproveitamento;
- Elaborar regulamento próprio com as regras a serem observadas.

Para fins de integralização curricular a FMP reconhecerá apenas os estágios curriculares que possuam todas as seguintes características:

- Acesso por matrícula;
- Supervisão das atividades do estágio exercida por professor e/ou profissional contratado para esse fim;
- Especificação do “componente curricular” conforme especificidade do curso;
- Verificação do rendimento do aluno.

O estágio curricular desenvolvido junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado deverá ser objeto de instrumento jurídico apropriado, firmado pela entidade concedente do estágio e pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Toda documentação dos alunos deve ficar arquivada junto coordenação de estágio e ao final do semestre letivo, junto ao setor de escrituração e registro acadêmico para fins de comprovação de realização da atividade.

O cômputo das horas realizadas no estágio extracurricular obedecerá a normatização das Atividades Complementares.

2.6.5. Políticas de Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo aferir o desempenho do estudante durante o curso e oportunizar o exercício da integração do conhecimento interdisciplinar adquirido, visando qualificar sua preparação à atuação concreta como operador de Direito, dentro das inúmeras opções que o mercado de trabalho oferece. Tal objetivo deve ser alcançado através de um trabalho escrito, desenvolvido sob a orientação de um professor, devendo seu conteúdo harmonizar-se com o Projeto Pedagógico e com os eixos de formação fundamental, profissional e prática, além das atividades complementares.

Na Graduação, o Trabalho de Conclusão de Curso obedecerá ao que estabelece o Art. 10 das DCN de Direito e na Especialização observará o disposto na Resolução n. 01/2018 do CNE. Será sempre desenvolvido individualmente e sob orientação docente.

A FMP tem como Política de Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso:

- Acompanhar o aluno, orientando-o na elaboração do trabalho acadêmico, garantindo a abordagem acadêmico-científica;
- Propiciar orientação aos discentes sobre o processo de elaboração do trabalho, indicando bibliografia fundamental e procedimentos de investigação;
- Propiciar diferentes modalidades de Trabalho de Conclusão de Curso, deixando a monografia como uma das formas possíveis;
- Elaborar os trabalhos acadêmicos de acordo com o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos Institucional;

Os Trabalhos de Conclusão de Curso obedecem ainda a critérios específicos, estabelecidos nos Regulamentos de TCC, seja da graduação, seja da especialização, em consonância com as políticas institucionais da FMP.

Os temas dos Trabalhos de Conclusão de Curso serão de livre escolha do aluno sob a responsabilidade do Coordenador do TCC e professores orientadores.

A orientação de TCC deverá ser feita por um professor orientador escolhido de acordo com os critérios estabelecidos pela Coordenação de TCC.

2.6.6. Políticas de Atividades Complementares

São consideradas atividades complementares as atividades de livre escolha dos acadêmicos, atendidos os requisitos expressos no Regulamento Institucional. O estudante deve, ao longo dos dez semestres realizar atividades em três áreas: pesquisa, ensino e extensão.

As atividades complementares têm as seguintes finalidades:

- Enriquecer o processo ensino-aprendizagem.
- Complementar e sintonizar a proposta do Curso às realidades emergentes.
- Ampliar os horizontes do conhecimento, bem como de sua prática para além da sala de aula.
- Abrir perspectivas nos contextos socioeconômico, técnico e cultural da área profissional escolhida.
- Ampliar, essencialmente, o conhecimento teórico/prático do acadêmico.
- Favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais.
- Favorecer e valorizar a iniciativa dos acadêmicos na construção de suas competências.
- Incentivar a iniciativa e o espírito empreendedor dos acadêmicos.
- Favorecer o desenvolvimento da competência de crítica e de iniciação à pesquisa.
- Ter uma ampla Formação Geral.

2.6.7. Políticas de Flexibilização Curricular

A organização curricular como um aspecto basilar do Projeto Pedagógico deve possibilitar uma dinâmica curricular ancorada em uma relativa liberdade e flexibilidade. Essa organização inclui a permeabilidade em relação às transformações que ocorrem no mundo científico e nos processos sociais, a interdisciplinaridade, a formação sintonizada com a realidade social, a perspectiva de uma formação continuada ao longo da vida, a articulação teoria-prática presente na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para este PDI, propõem-se as seguintes ações:

- Ofertar atividades integradoras a fim de favorecer a multi e a inter profissionalidade na formação, envolvendo disciplinas cujo objetivo seja o desenvolvimento de competências comuns;
- oferecer até 20% da matriz curricular na modalidade à distância. Essa prerrogativa pode ser utilizada, desde que sejam cumpridas as exigências legais e esteja prevista no Projeto Pedagógico, acompanhada por um planejamento específico das atividades a distância a serem desenvolvidas na disciplina.
- ampliar o leque de disciplinas optativas nos cursos de graduação;
- ofertar disciplinas e atividades em horários diferenciados de modo a permitir ao aluno adequar melhor seu tempo de estudo;
- ampliar a oferta de Atividades Complementares disponibilizando para o estudante a oportunidade de participação em atividades de Iniciação Científica, Grupos de Estudo e de Pesquisa, Estágio não curriculares associados aos Projetos de intervenção social da FMP, entre outros.

2.6.8. Políticas de EaD

A FMP entende a Educação a Distância como um processo capaz de possibilitar ao estudante maior flexibilidade na organização e otimização do seu tempo de estudo sem perda de qualidade em relação ao ensino presencial e estabelece as seguintes políticas:

- Implementar gradativamente até 20%, de forma integral ou parcial, disciplinas na modalidade EaD em cursos de bacharelado em Direito;
- Ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade EaD.

Na Implementação da EaD, de forma parcial ou integral, no curso de graduação, a instituição deverá:

- Constituir equipe de tutores ou docentes/tutores:

- Aptos a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais;
- Com domínio do conteúdo, de práticas pedagógicas e dos materiais didáticos a serem utilizados no curso.
- Aptos a fazerem o acompanhamento dos discentes no processo formativo.
- Com pleno conhecimento do PPC, domínio das competências comunicacionais e domínio das tecnologias digitais a serem empregadas no curso;
- Implantar Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que assegure a execução do projeto pedagógico do curso, mediante utilização de materiais didáticos, fóruns, estudos dirigidos, simulados, avaliações, áudios e vídeos, garantindo a acessibilidade (digital e comunicacional) e interatividade entre docentes, tutores e discentes e permita estimular discentes para se tornarem corresponsáveis pela construção do próprio AVA;
- Disponibilizar no AVA todo o material didático para download no formato PDF, ou para estudo online de forma responsiva, possibilitando o aluno a estudar em computadores, tablets ou smartphones;
- Formar equipe multidisciplinar constituída por um conjunto de profissionais de diferentes áreas de conhecimento; ser responsável pelo desenvolvimento e/ou pela validação dos materiais didáticos; estar claramente definida no PDI;

2.7. Políticas Relativas às Atividades Acadêmicas de Pós-graduação

Os cursos de pós-graduação são, para a FMP, essenciais ao complemento da qualificação e construção de exitosas carreiras profissionais. A pós-graduação especializa, atualiza, aprofunda conhecimentos, proporciona novos contatos profissionais, favorece a troca de experiências e oportuniza a geração de novos conhecimentos.

Como critério orientador, são traçados os objetivos gerais da Política de Pós-graduação da FMP, quais sejam:

- Especializar e aperfeiçoar profissionais para melhor desempenho no mercado de trabalho;
- Atualizar profissionais sobre os mais recentes desenvolvimentos científicos e tecnológicos;
- Manter os conteúdos pedagógicos e as metodologias de ensino dos cursos atualizados e em sintonia com as principais demandas do mercado;
- Estimular a geração de trabalhos de pesquisas aplicadas e relevantes, que contribuam para o desenvolvimento da comunidade regional;
- Estimular práticas acadêmicas que proporcionem maior intercâmbio de conhecimentos dos cursos de pós-graduação com as empresas, outras organizações e a comunidade regional;
- Manter e aperfeiçoar as atividades de acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação;
- Aperfeiçoar os conteúdos e as metodologias dos cursos existentes e planejar novos cursos de especialização e Mestrado.

A Pós-Graduação da FMP, destinada a portadores de diploma de cursos de graduação, está estruturada em duas modalidades: Pós-Graduação *lato-sensu* (especialização) e Pós-Graduação *stricto-sensu* (Mestrado).

2.7.1. Pós-Graduação *lato sensu*

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oportunizam a discussão dos temas jurídicos de interesse social, além de qualificar profissionais para atuação nos quadros da

administração pública, melhorando a efetividade das ações administrativas, o que redundará em uma melhor aplicação dos recursos públicos. São exemplos:

- **Gestão Pública:** Oportuniza uma visão focada em saberes jurídicos e de gestão para quem exerce função pública ou atua na iniciativa privada, mas se relaciona ou pretende se relacionar com a área pública, em uma perspectiva transdisciplinar.
- **Urbano e Ambiental:** Analisa os princípios e instrumentos do Direito Urbanístico e do Direito Ambiental aplicáveis à gestão pública, de modo a permitir a compreensão da competência e da responsabilidade do Município pela implantação de políticas públicas que possam garantir o desenvolvimento sustentável no meio ambiente urbano.
- **Direito Público:** Capacita operadores do Direito em conhecimentos técnicos, legal, jurisprudencial e doutrinário de matérias relevantes ao desenvolvimento das atividades públicas.
- **Direitos da Criança e do Adolescente:** Estimula a pesquisa científica na área da infância e da juventude e auxilia na aproximação e na integração pessoal e operacional dos profissionais com atuação na área da infância e da juventude. Esse curso, desde o seu início, é desenvolvido em aproximação com os órgãos da rede de atendimento à Infância e Juventude, tais como Conselhos de Defesa de Direitos da Infância e Juventude. O Curso tem se colocado como uma natural opção para as pessoas que trabalham na área como perspectiva de ampliação de competências específicas. É preciso salientar que a área da Infância é sensível e necessita, sobretudo, de uma mudança cultural que anteceda a mudança social e o Curso de Especialização foi concebido com essa finalidade.
- **Advocacia Corporativa:** Qualifica recursos humanos para o exercício profissional na advocacia, envolvendo as diversas matérias que dizem respeito ao cotidiano de uma grande empresa, oferecendo o aprofundamento técnico-jurídico em relação às matérias envolvidas.
- **Direito dos Seguros:** Promove o aprofundamento do estudo de temas centrais do Direito dos Seguros no tocante a sua ênfase da proteção da pessoa humana, assim

como a regulação jurídica das relações de mercado e criação de riqueza. Realiza exame crítico da jurisprudência dos tribunais nacionais em tema de direito privado e sua repercussão no contexto do mercado e da empresa, de modo a traçar a estratégia de atuação jurídica dos profissionais do direito nos diferentes campos de atuação.

- **Direito Civil e Processual Civil:** O curso justifica-se pela necessidade de uma continuada formação jurídica – técnica e reflexiva – que propicie ao profissional do Direito acompanhar a evolução dos institutos de Direito Civil e os mecanismos previstos na processualística moderna para a sua efetivação, capacitando-o ao enfrentamento dos desafios nos campos da teoria e prática, priorizando-se o contato com a experiência comparada e a via do debate ideologicamente aberto, desde que tolerado pelo paradigma do Estado Democrático e Constitucional de Direito.
- **Direito Administrativo e Gestão Pública:** Aprimora os conhecimentos na área de Gestão Pública, vinculados ao Direito Administrativo, a partir de uma didática multidisciplinar, não limitado às carreiras jurídicas, buscando combinar estratégia no que se refere ao conjunto de normas jurídicas de natureza pública, as funções e organizações de poderes do Estado e dos seus servidores.
- **Direito de Família e Sucessões:** Propicia ao profissional do Direito, Serviço Social e Psicologia acompanhar a evolução dos mecanismos previstos na processualística moderna e as teorias que os explicam, capacitando-o ao enfrentamento dos desafios nos campos da teoria e prática, priorizando-se o contato com a experiência comparada e a via do debate interdisciplinar.

Para a oferta de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade de Ensino a Distância, a FMP contará com atividades a distância através de recursos on-line apoiados por bibliotecas virtuais, videoaulas e atividades avaliativas. Os alunos acessarão o conteúdo no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que está permanentemente à disposição no portal do aluno. Neste ambiente, os alunos usufruirão de ferramentas de comunicação e de interação, onde

também desenvolverão atividades avaliativas à distância. Nesta modalidade, a tutoria a distância proporá e coordenará as atividades, zelando pela caminhada dos alunos através de relatórios e indicadores de desempenho que permitirá fazer o acompanhamento e as orientações necessárias para que o aluno, através do desenvolvimento da autonomia, construa seu conhecimento.

Os processos de ensino e aprendizagem dos cursos em EaD serão todos concebidos, coordenados e acompanhados pelo professor de cada disciplina, observando e cumprindo o modelo didático-pedagógico institucional definido pela Coordenação de Educação a Distância. Estas ações ocorrerão por meio dos conteúdos, através dos materiais didáticos, meios tecnológicos, videoaulas, acompanhamento docente e de tutoria, através da proposição de atividades previstas.

A construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Pós-graduação *lato sensu* atenderá a Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018 e às seguintes orientações:

- Os projetos pedagógicos serão produzidos nos colegiado de curso ou por proposta da Coordenadoria de Pós-graduação *Lato Sensu*;
- Os projetos serão avaliados pelo Colegiado Superior devendo ser instruídos entre outros com os seguintes itens:
 - Nome do Curso e Área do Conhecimento;
 - Justificativa e possibilidades de Inserção no Mercado;
 - Objetivos gerais e específicos;
 - Concepção do Programa;
 - Coordenação;
 - Conteúdo Programático e matriz curricular;
 - Corpo Docente;
 - Metodologia do processo de ensino e de aprendizagem;
 - Sistemas de avaliação;
 - Trabalho de Conclusão de Curso;
 - Público Alvo;

- Regime de funcionamento;
- Número de vagas ofertadas;
- Carga horária;
- Critérios de seleção;
- Infraestrutura física;
- Planejamento Orçamentário;
- Controle de Frequência;
- Certificação.

2.7.2. Pós-Graduação *stricto-sensu*

A FMP manterá a oferta de programa de Mestrado na área de concentração TUTELAS À EFETIVAÇÃO DE DIREITOS INDISPONÍVEIS, recomendado pela CAPES, com os seguintes objetivos:

- Desenvolver ensino de excelência, visando promover a formação e o aprimoramento de alto nível para o exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em instituições públicas e privadas e apoiar e construir conhecimento científico em sintonia com a cultura e com as necessidades da comunidade local, regional e mundial.
- Formar pesquisadores, docentes e operadores do sistema de justiça brasileiro para que atuem no âmbito da tutela dos Direitos Indisponíveis, Públicos e Transindividuais, a partir dos recortes temáticos que a área de concentração e as linhas de pesquisas formatam.
- Realizar e estimular a investigação científica em sua área de concentração e respectivas linhas de pesquisa;

A política do PPGD, voltada para a formação de pesquisadores, deve priorizar as atividades desenvolvidas nos Grupos de Pesquisa, registrados junto ao CNPq, envolvendo

todos os docentes e discentes do programa obrigatoriamente e os graduandos facultativamente. É papel desses grupos a manutenção de permanente debate acerca de metodologias científicas apropriadas às investigações realizadas bem como discussões acerca das principais bases teóricas adotadas no Programa.

2.8. Políticas de Gestão

As políticas de gestão consideram a independência e a autonomia dos órgãos colegiados na relação com a mantenedora, atendendo a critérios de representatividade e participação dos diferentes atores na gestão.

Considerando a missão, a filosofia e os valores institucionalmente estabelecidos, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público busca assegurar o cumprimento das suas finalidades e ocupar adequada e racionalmente seus recursos para a consolidação da Instituição, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade à distância, a partir das seguintes referências:

- Garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem, das atividades e dos serviços prestados.
- Promover a capacitação e atualização do corpo docente.
- Promover melhorias na atividade didática dos cursos.
- Aumentar a eficiência do trabalho dos professores, através da compatibilização entre o previsto no Projeto Pedagógico do Curso e as estratégias de ensino-aprendizagem e formas de avaliação.
- Consolidar o Plano de Carreira, objetivando o incentivo do desenvolvimento profissional como forma de ascensão aos variados níveis de categoria docente.
- Consolidar o Plano de Cargos e Salários do corpo técnico-administrativo, com a finalidade de estimular o desenvolvimento profissional e ascensão aos diferentes níveis no plano de carreira.

- Promover a melhoria constante da estrutura de trabalho do corpo técnico-administrativo.
- Promover permanentemente a atualização e reestruturação dos Cursos, visando à interdisciplinaridade e a ação integrada do ensino, pesquisa e extensão.
- Manter uma política de atualização e gestão do acervo bibliográfico de acordo com as necessidades do ensino, da pesquisa e da extensão.
- Atender o estudante através de setores qualificados, oferecendo atividades de nivelamento, de acompanhamento acadêmico e de carreira, acompanhamento psicopedagógico e apoio financeiro, nos casos que se justifiquem.
- Manter constante adequação da infraestrutura às necessidades dos cursos e comunidade acadêmica.
- Manter os programas de prestação de serviços junto à comunidade através de projetos de responsabilidade social.
- Realizar pesquisas com egressos a fim de traçar o perfil destes com o objetivo de obter elementos que possibilitem a atualização, reformulação e ampliação dos currículos dos cursos, bem como o oferecimento de cursos e ou atividades para a continuidade de estudos.
- Assumir o compromisso com a autoavaliação institucional.
- Efetivar a comunicação institucional com o público (interno e externo), através de espaços específicos e qualificados (*site* e *blog* institucional, revista científica, exposições, eventos permanentes de extensão, ouvidoria).
- Assumir a implantação e implementação dos objetivos estratégicos e respectivas estratégias institucionais previstas no PDI.
- Realizar os compromissos conveniados com instituições parceiras nacionais ou estrangeiras para o aperfeiçoamento docente, discente e técnico-administrativo.
- Comprometer-se com os registros das decisões institucionais (registros das reuniões colegiadas e de grupos institucionalmente constituídos) e das ações realizadas no decorrer do ano.

Para a consecução das políticas de gestão, a Faculdade atua através do atendimento às disposições legais, institucionais e da autoavaliação, dinamizando as ações que vão ao encontro da qualidade dos processos acadêmicos e administrativos.

2.9. Política de Responsabilidade Social

A responsabilidade social apesar de ser um conceito surgido e bastante difundido nas organizações empresariais, deve ser incorporada pelos gestores de instituições do ensino superior, vez que cabe às mesmas uma grande contribuição para a construção de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária. Nesta linha de pensamento, considera-se que um dos papéis das Instituições de Ensino Superior seja o de servir como exemplo no processo de formação de cidadãos mais responsáveis e preocupados com o mundo em que vivem.

Falar de responsabilidade social universitária também inclui falar dos deveres, das obrigações e especialmente das incumbências inerentes à natureza institucional das IES, inserindo-se a transparência e a ética nas suas relações, o respeito à diversidade, as boas condições de trabalho, o respeito às normas democraticamente estabelecidas em suas intenções.

Isto significa dizer que a IES deve adotar uma atitude ética em todas as suas ações e com todos os agentes com os quais interage, tanto interna como externamente, para além das “obrigações morais” que a sociedade atribui aos cidadãos e às organizações sociais. E assim extrapola a lei, pois constitui um conjunto de atitudes e práticas que, evidenciadas no seu contexto interno, especialmente no próprio “fazer pedagógico”, redundará em maior credibilidade, respeito, aceitação mais positiva e sustentabilidade.

Disso se extrai que o grande diferencial de uma IES socialmente responsável não está focado simplesmente nos projetos de extensão universitária, nos resultados das suas pesquisas acadêmicas, nos programas assistenciais que desenvolve, mas apoiado no conceito de educação, nas premissas adotadas e nos pressupostos éticos. A FMP busca a formação de alunos que tenham uma visão de mundo que propicie a superação das

desigualdades, que promova a preservação do mundo, seja no que tange às questões ambientais, seja no que tange às relações entre os homens e povos, que busque a paz, a democracia que se pautem nos direitos humanos. Propõe-se a transformar os alunos em protagonistas da sua história e construtores do seu tempo, detentores de atitude mais consciente, vigilante e crítica.

A FMP no quesito Responsabilidade Social busca promover:

- Ações que estimulem o Desenvolvimento Econômico e Social;
- A Defesa do Meio Ambiente, especialmente no âmbito institucional;
- O compromisso com as ações de inclusão social e respeito à diversidade;
- O respeito aos Direitos Humanos;
- A preservação e defesa de políticas étnico-raciais;
- A defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural; e,
- A garantia de acessibilidade no sentido amplo.

Considerando a **Missão**, a **Visão** e os **Valores Institucionais**, definem-se as seguintes políticas:

- Estruturar atividades de responsabilidade social, considerando os impactos administrativos, financeiros e socioculturais desse processo;
- Comprometer a comunidade acadêmica com a promoção da ética, do desenvolvimento sustentável, da inclusão social e defesa dos direitos humanos;
- Considerar a defesa do meio ambiente, da memória cultural e o patrimônio cultural como temas transversais a perpassar a construção do perfil do egresso da instituição e evidenciá-los na construção e operacionalização das atividades previstas para os cursos;
- Implementar ações que garantam acessibilidade no sentido amplo.

Para a efetiva aplicação desses princípios serão utilizadas as seguintes práticas:

- Oferta da disciplina de LIBRAS no currículo do curso de Direito conforme previsto na legislação vigente;
- Oferta dos conteúdos obrigatórios, conforme legislação em vigor, de temas que visem a desenvolver e disseminar a Educação Ambiental, a igualdade étnico-racial, a defesa dos Direitos Humanos fundamentais e temas outros que valorizem as políticas afirmativas de inclusão social;
- Garantia de acessibilidade ampla às pessoas com deficiência.

2.9.1. Referenciais legais

2.9.1.1. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Atendimento à Lei N° 11.645 de 10.03.2008 e Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004) com a inclusão como tema transversal da temática: Relações Étnicas e Raciais - diálogos com a cultura afro-brasileira e indígena.

2.9.1.2. Dec. N° 5.626/2005 - Disciplina de Libras

Os PPC's deverão contemplar a disciplina de Libras na estrutura curricular do curso como obrigatória nos cursos de formação de professores e da área da saúde e como optativa em todos os outros cursos da Educação Superior.

2.9.1.3. Políticas de Educação Ambiental

Atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 com integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente.

A Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002), que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental em seu Artigo 1º define que: *Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.* E em seu Artigo 2º: *A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal (Art. 9º, II – Educação Superior) e não formal.*

Desta forma estabelece-se como Política Institucional a inserção da disciplina Direito Ambiental, como obrigatória, no bacharelado em Direito com o especial cuidado de registrar na ementa e na prática educativa as questões relativas à educação ambiental além da inserção da temática em no Plano de Atividades Complementares.

2.9.1.4. Política de Educação em Direitos Humanos

Atendimento à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

2.9.1.5. Política Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme o disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

2.9.2. Políticas de Acessibilidade

A FMP entende a acessibilidade numa forma ampla que pode ser assim explicitada:

- **Acessibilidade Atitudinal** - São implantadas ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. São ações de caráter prioritário;
- **Acessibilidade Arquitetônica** - barreiras ambientais físicas eliminadas, com a existência de rampas, banheiros adaptados, piso antiderrapante, entre outras.
- **Acessibilidade Metodológica** - metodologias e técnicas de aprendizagem inclusivas são priorizadas, tal como a forma como os professores concebem conhecimento, avaliação e inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.
- **Acessibilidade Programática** - sensibilização das políticas de regulação e acesso facilitado às informações de direitos e deveres dos estudantes.
- **Acessibilidade Instrumental** - ferramentas de estudo devem superar barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena.
- **Acessibilidade nos Transportes** - elimina barreiras de locomoção, promovendo facilidade e segurança.
- **Acessibilidade nas Comunicações** - A comunicação interpessoal prevê eliminar barreiras, com disponibilização de outros meios, tais como multimídias e intérpretes.

- **Acessibilidade Digital** - utiliza-se de diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.

A instituição tem procurado observar os principais dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional, discriminados no quadro abaixo, que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior.

Dispositivos legais e normativos

DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS	TEOR
<i>Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208</i>	Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).
<i>LDB 9.394/96, cap. IV</i>	Institui o processo de avaliação das instituições de educação superior, assim como do rendimento escolar dos alunos do ensino básico e superior.
<i>Aviso Circular nº 277/96</i>	Apresenta sugestões voltadas para o processo seletivo para ingresso, recomendando que a instituição possibilite a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a permitir a permanência, com sucesso, de estudantes com deficiência nos cursos.
<i>Decreto nº 3.956/01</i>	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
<i>Lei nº 10.436/02</i>	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.
<i>Portaria nº 2.678/02</i>	Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão

	do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
Portaria nº 3.284/03	Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições de acessibilidade que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas.
Portaria nº 2.678/02	Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
ABNT NBR 9.050/04	Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Decreto nº 5.296/04	Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
Decreto nº 5.626/05	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.
Programa Acessibilidade ao Ensino Superior. Incluir/2005	Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006)	Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
Plano de Desenvolvimento da	O Governo Federal, por meio do MEC, lançou em 2007 o Plano de

Educação/2007	Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)	Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Decreto nº 6.949/09	Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.
Decreto nº 7.234/10	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu Art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º § 1º consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.
Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010	Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas.
Decreto nº 7.611/11	Dispõe sobre o AEE, que prevê, no art. 5º § 2º a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

<i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012</i>	Recomenda a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos. O Documento define como “princípios da educação em direitos”: a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental.
---	--

Constitui Política de Acessibilidade o atendimento na íntegra a todos os dispositivos legais e normativos no sentido de prover pleno apoio e acesso aos estudantes com deficiência

2.10. Políticas Gerais de Avaliação

A autoavaliação tem como objetivo geral a construção do conhecimento sobre a realidade da FMP, para compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhoria da qualidade da Educação, buscando maior relevância no seu contexto social e, como objetivos específicos:

- Produzir conhecimentos para melhor compreender a FMP, considerando seus objetivos e metas, e, a partir deles, tomar decisões.
- Avaliar a FMP de forma integrada, ressaltando a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente desenvolvidas.
- Formar um panorama dos processos pedagógicos, científicos e sociais da FMP identificando as possíveis causas de problemas e deficiências, assim como as suas potencialidades.
- Fomentar a participação e fortalecer as relações de cooperação entre os atores da comunidade acadêmica (gestores, professores, estudantes, pessoal técnico-administrativo) e membros da comunidade externa.

- Garantir a formação discente pautada na ética profissional e em valores humanísticos para uma intervenção consciente e responsável na sociedade.
- Instituir um sistema permanente de discussão do próprio processo de avaliação, incluindo os princípios norteadores, as estratégias e instrumentos utilizados.
- Aumentar a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, com vistas a garantir a qualidade das atividades e produtos oferecidos.
- Avaliar a relevância científica e social das atividades e produtos da FMP, vinculados à sua missão.
- Prestar contas à sociedade das ações desenvolvidas dentro do processo de avaliação institucional, divulgando e dando publicidade aos resultados e aos planos de medidas corretivas e de potencialização.

As ações autoavaliativas desenvolvidas pela FMP e seus respectivos processos e resultados, constituem referenciais constantes no âmbito do planejamento e da gestão da IES, posto que identificam suas potencialidades e fragilidades. A FMP procura inter-relacionar os resultados das avaliações internas e externas com as estratégias de ações expressas em seu planejamento, buscando a melhoria da qualidade de seus processos. O planejamento global é apresentado anualmente e expressa as diversas ações acadêmicas e gerenciais de incorporação gradual dos resultados da autoavaliação e da avaliação externa no planejamento e na gestão.

Busca-se, assim, consolidar a necessária articulação avaliação-planejamento, envolvendo os cursos, as unidades de ensino e as demais unidades de gestão, com objetivo de estruturar um processo global e unificado de gestão.

No que tange à sua operacionalização, a avaliação está prevista em vários órgãos institucionais, podendo ser assim dimensionada:

- Avaliação, via Comissão Própria de Avaliação - CPA, do cumprimento das metas e ações contidas no PDI;
- Avaliação da execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, pelos órgãos colegiados, Núcleo Docente Estruturante, comissões externas de avaliação, discentes e egressos;
- Avaliação das atividades institucionais sob a ótica dos discentes e dos docentes;
- Avaliação das atividades institucionais, por meio dos projetos de Extensão e intervenção social, sob o olhar dos parceiros e das comunidades envolvidas;
- Avaliação do desempenho institucional, pelos órgãos empregadores e entidades conveniadas;
- Avaliação de desempenho dos discentes, por meio do ENADE e Exame de Ordem;
- Avaliação dos projetos de Pesquisa/Iniciação Científica, pelos aceites para divulgação em encontros, conferências, congressos e publicações de artigos e resumos.

3. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A administração da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul será exercida pelos seguintes órgãos (**Art. 3º do Regimento Geral**):

- I. Órgãos Colegiados
 - a) Colegiado Superior;
 - b) Colegiado de Curso de Graduação;
 - c) Colegiado de Pós-graduação “Stricto Sensu”

- II. Órgão Deliberativo e Executivo
 - a) Direção Geral.

- III. Órgãos Executivos
 - a) Diretoria Executiva
 - 1. Área Administrativa
 - 2. Área Comercial
 - 3. Área de Gestão de Pessoas
 - 4. Área de Logística
 - 5. Área de Marketing
 - 6. Área de TI
 - b) Coordenadoria Geral de Graduação;
 - c) Coordenadoria Geral de Pós – graduação “Lato Sensu”
 - 1. Coordenação de curso de Pós - graduação “Lato sensu”
 - 2. Coordenação dos cursos preparatórios
 - d) Coordenadoria Geral de Pós – graduação “Stricto Sensu”
 - e) Coordenação de Ensino à Distância

- f) Coordenação de Apoio Psicopedagógico
- g) Coordenação de Mobilidade Acadêmica
- h) Coordenação de Pesquisa
- i) Coordenação de Extensão
- j) Coordenação de Responsabilidade Social e Projetos
- k) Núcleo Acadêmico - NAC
- l) Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP
- m) Núcleo de Educação à Distância - NEAD

IV. Órgãos Avaliativos e Propositivos:

- a) Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- b) Núcleo Docente Estruturante (NDE);

V. Órgãos Suplementares:

- a) Biblioteca
- b) Escrituração e Registro Acadêmico;
- c) Assessoria Acadêmica;
- d) Ouvidoria

3.1. Relações de Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas

A instituição tem, atualmente, parcerias e convênios com as seguintes Instituições públicas e privadas, empresas e escolas:

Empresas conveniadas para estágio
Facoltà di Giurisprudenza presso all’Università Degli Studi di Roma Tre
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – FDUL
Universidad Católica Argentina (UCA)
Universidad Finis Terrae – Chile

Empresas conveniadas para estágio
Abreu & Kessler Assessoria Jurídica S/C - estágio curricular obrigatório ou não.
ABRH - estágio curricular obrigatório ou não.
ADESC - estágio curricular obrigatório ou não.
Agência de Talentos do Sul - estágio curricular obrigatório
AGIEL – Agência de integração empresa escola - estágio curricular obrigatório ou não.
Alexandre Simões Sociedade Individual de Advocacia Eireli - estágio curricular obrigatório ou não.
Alexandretti, Comunello, Rohden & Advogados Associados estágio curricular obrigatório ou não.
Andora Construções LTDA - estágio curricular obrigatório ou não
ATD Engenharia e Construções Ltda - estágio curricular obrigatório
Banestágio Banco Nacional de Estágios - estágio curricular obrigatório ou não
Barcellos Advocacia Empresarial - estágio curricular obrigatório ou não
Bento Advogados - estágio curricular obrigatório ou não
Boccaccio & Moreno Advogados Associados – estágio curricular obrigatório ou não
Caliendo Estevez Advogados S/S - estágio curricular obrigatório ou não
Carlos Emílio Jung Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Carpina Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Carvalho, Machado e Timm advogados - estágio curricular obrigatório ou não
CEDEP - estágio curricular obrigatório
Cefor – RS (Centro de formação e treinamento regional) estágio curricular obrigatório ou não
Central Gaúcha de Estágios - estágio curricular obrigatório
CIEE - estágio curricular obrigatório ou não
Centro de Integração e capacitação em tecnologia da informação - estágio curricular obrigatório ou não
Comissão Estágio e Exame da Ordem – OAB/RS - estágio curricular obrigatório ou não
Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região - estágio curricular obrigatório ou não
Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - estágio curricular obrigatório ou não

Da Broi e Oliveira Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Daniel Fernando Nardão estágio curricular obrigatório ou não
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul - estágio curricular obrigatório ou não
DMAE - estágio curricular obrigatório ou não
DOC 9 Digitalização e gerenciamento de arquivos LTDA estágio curricular obrigatório ou não
Dra. Denise Kersting Puls - estágio curricular obrigatório ou não
Duquia Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Eliseu Gomes Torres - estágio curricular obrigatório ou não
Escritório de Advocacia Cabanellos Schuh Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Escritório de Advocacia Fabio Barrichello – Assessoria Jurídica estágio curricular obrigatório ou não
Escritório Estrella e Oliveira Advogados S.S - estágio curricular obrigatório ou não
Escritório Faraco de Azevedo Advogados - estágio curricular obrigatório ou não
Escritório Jaccottet, Jaccottet & Advogados - estágio curricular obrigatório ou não
Escritório Silveira & Casado Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Estagiar - estágio curricular obrigatório ou não
Estágio Sul - estágio curricular obrigatório ou não
Fábio Gomes Advogados - estágio curricular obrigatório ou não
Faraco de Azevedo Advogados - estágio curricular obrigatório ou não
FDRH - estágio curricular obrigatório ou não
FIJO - Fundação Irmão José Otão - estágio curricular não obrigatório
FULBRA - estágio curricular obrigatório ou não
Fundatec - estágio curricular obrigatório ou não
Futura Integrador Empresa Escola - estágio curricular obrigatório ou não
Gracioli Dadalt Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
GRP consultoria e serviços empresariais Ltda –EPP
Hábil – Gestão de pessoas - estágio curricular obrigatório ou não
IEL - estágio curricular obrigatório ou não
IGEPRO - estágio curricular obrigatório ou não
Inetec - estágio curricular obrigatório ou não
Inovar - estágio curricular obrigatório ou não

Instituto Brasileiro de Apoio a Modernização Administrativa- IBRAMA estágio curricular obrigatório ou não
Instituto Capacitare - estágio curricular obrigatório ou não
Instituto ECCOS - estágio curricular obrigatório ou não
Instituto Nacional de Qualificação e capacitação - estágio curricular obrigatório ou não
Integrar - estágio curricular obrigatório ou não
Ipiranga - estágio curricular obrigatório ou não
Holzmeier Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Klafke & Grinstein Advocacia - estágio curricular obrigatório ou não
Koch Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Kolb Quintana, Hilgert & Grechi Advogados - estágio curricular obrigatório ou não
Kras Borges & Duarte Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
LC Lopes Madeira-Advocacia - estágio curricular obrigatório ou não
Levenzon Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Lopes Neto Advocacia - estágio curricular obrigatório ou não
Lopes & Menna Barreto Advogados - estágio curricular obrigatório ou não
Maciel Pletz Advogados e Consultores - estágio curricular obrigatório ou não
Magadan e Maltz Advogados estágio curricular obrigatório ou não
Meister, Menke e Marder Advogados Associados - estágio curricular obrigatório
Metta - estágio curricular obrigatório ou não
Mincarone Advogados Sociedade Simples - estágio curricular obrigatório ou não
Ministério Público do Rio Grande do Sul - estágio curricular obrigatório ou não
Ministério Público do Trabalho da 4ª Região - estágio curricular obrigatório ou não
Ministério Público Federal - estágio curricular não obrigatório
Ministério Público Santa Catarina - estágio curricular não obrigatório
Mônica Fernandes Guazelli Advogadas - estágio curricular obrigatório ou não
Moscardini Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Mühlen & Garcia Advogadas Associadas S/S - estágio curricular obrigatório
Olinto Lopes Advogados Associados - estágio curricular obrigatório
Notabili Estagios e Recursos Humanos LTDA - estágio curricular não obrigatório
NUBE - estágio curricular obrigatório ou não
Nuncio Advogados Associados S/S estágio curricular obrigatório ou não

Paese, Ferreira & Advogados Associados – estágio curricular obrigatório ou não
Peopleware Administração de serviços temporários LTDA - estágio curricular obrigatório ou não
Petrobras Distribuidora S/A - estágio curricular obrigatório ou não
Plug Empregos - estágio curricular obrigatório ou não
Poder Judiciário Estadual – Fórum e Tribunal de Justiça - estágio curricular obrigatório ou não
Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul - estágio curricular não obrigatório
Prefeitura Municipal de Porto Alegre - estágio curricular obrigatório ou não
Proceconta Consultoria Contábil e Empresarial SS - estágio curricular obrigatório ou não
Rede Nacional de Aprendizagem, promoção social e integração- RENAPSI - estágio curricular obrigatório ou não
Registo de imóveis 3ª Zona de Porto Alegre - estágio curricular obrigatório ou não
Ricardo Breier Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Rizk Avogados - estágio curricular obrigatório ou não
Rodrigo Alves Nunes - estágio curricular obrigatório ou não
Rodrigues de Freitas Galvão Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Rosimeri Kulmann Advocacia Sociedade Individual de Advocacia Eireli - estágio curricular obrigatório ou não
Roveda, Spares e Berwanger Advocacia Empresarial - estágio curricular obrigatório ou não
Sampaio Advocacia – Sociedade Individual de Advocacia - estágio curricular obrigatório ou não
Seibras - estágio curricular obrigatório ou não
Sociedade Levandowski Belloli Sociedade Individual de advocacia - estágio curricular obrigatório ou não
Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados - estágio curricular obrigatório ou não
STAG - estágio curricular obrigatório ou não
STV – Segurança e transporte de valores Ltda - estágio curricular obrigatório ou não
Super Estágios - estágio curricular não obrigatório
Teiga Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Teixeira Ribeiro Advogados - estágio curricular obrigatório ou não
Terra, Vianna Advogados S/S - estágio curricular obrigatório ou não
Torelly Bastos Advogados Associados - estágio curricular não obrigatório
Tribunal Regional Federal 4ª Região - estágio curricular não obrigatório

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte - estágio curricular não obrigatório
Trindade & Mombelli Advogados Associados - estágio curricular obrigatório ou não
Usina de Talentos - estágio curricular obrigatório ou não
Verbo Educacional LTDA - estágio curricular obrigatório ou não
Villarinho, Sá, Lubisco e Prevedello Advogados - estágio curricular obrigatório ou não
VH Brasil Recursos Humanos Ltda. - estágio curricular obrigatório ou não

Empresas conveniadas para benefício de desconto
3º Tabelionato de Protestos da Cidade de POA
ABA - Associação Brasileira de Advogados
ADPERGS - Associação dos Defensores Públicos do Estado do RS
AFISVEC-Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais do RS
AJURIS
ALL SUL- Serviços Administrativos Empresariais Ltda
AMP/RS
ANABB-Associação Nacional dos Func. Banco do Brasil
APCEF/RS-Associação do Pessoal da Cx. Econ. Federal/RS
APCF- Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais
APERGS-Associação dos Procuradores do Estado RS
APMP - Associação Paranaense do Ministério Público
APMPA-Associação dos Procuradores do Município de POA
APROJUS
ASBAC - Associação dos Servidores do Banco Central
ASSEDI-Associação dos Secretários de Diligências do RS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA RS
ASTC-Associação dos Servidores do Trib. Contas do RS
BANRICOOP - COOPERATIVA DOS EMPREGADOS DO BANRISUL
BOMBEIROS - Corpo de Bombeiros Militar do RS
CAA- Caixa dos Advogados (OAB)
CEDICA-Conselho Est. Direitos da Criança e do Adolescente

CEEE - Cia Est. de Geração e Transm. Energia Elétrica
CLUBE DE BENEFÍCIOS ASA- ASACLUB
CMDCA-Conselho Mundial dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRESS-Conselho Regional de Serviço Social
FAMURS-Federação das Associações dos Municípios do RS
FASC-Fundação de Assistência Social e Cidadania
FASE-Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS
FBM-Fundação Brigada Militar
FESDM-Fundação Escola Superior de Direito Municipal
FPE-Fundação de Proteção Especial do RS
FUNDAPLUB- Fundação Aplub de Crédito Educativo
GBOEX
HCPA: Hospital de Clinicas de Poa
IAB/RS-Instituto dos Arquitetos do Brasil
IARGS-Instituto dos Advogados do RS
IBDFAM/RS - Instituto Brasileiro de Direito de Família - seção RS
INEJE- Instituto Nacional de Estudos Jurídicos e Empresarial
Infapa
LIFES- Consultoria, Ass. e Adm. de Seg. Pessoais LTDA (Correio do Povo)
Ministério Público do Rio Grande do Sul
Ministério Público de todos os Estados
PGE - Procuradoria-Geral do Estado do RS
POLÍCIA CIVIL DO RS
POLÍCIA FEDERAL DO RS
Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Administração Direta do Município de POA)
Registro de Imóveis da 1ª Zona de POA
SAERGS- Sindicato dos Arquitetos do Estado RGS
Schorr Advogados Associados
SINASEMPU-Sindicato Nacional dos Servidores do MPU
SINCOR -Sindicato dos Consultores de Seguros RS
SINDIFISCO Sind. dos Servidores Públicos da Adm. Trib do RS.

SINDIFISP e UNAFISCO SINDICAL
SINDIRECEITA-Sindicato Nac. da Carreira da Aud. Fed. RS
SINDISPGE/RS-Sindicato dos Serv. da Proc. Geral do RGS
SINDUSCON-Sindicato da Construção Civil RS
SINPEF/RS- Sindicato dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul.
SINPRF/RS-Sindicato da Polícia Rodoviária Federal RS
SINPRO-Sindicato dos professores
SINTRAJUFE-Sindicato dos trab. do Jud. Federal RS
SSP (Secretaria Seg. Púb, Brigada Militar, Pol.Civil, Inst.Geral de Pericias e Susepe)
TRE/MA (Maranhão)
TRE/RS (Rio Grande do Sul)
TRF4 - Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Tribunal de Justiça do RGS-Poder Judiciário
UNAFISCO NACIONAL-Associação Nacional da Receita Federal do Brasil
UVB- União dos Vereadores do Brasil

4. POLÍTICAS DE PESSOAL DO CORPO DOCENTE, TUTORES E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

4.1. Corpo Docente

O corpo docente da Faculdade é constituído por professores portadores de título de pós-graduação. Há, porém, a preocupação com a atualização e a qualificação dos professores para suas funções na Faculdade.

Além da titulação, a Faculdade contempla a experiência de magistério superior e a experiência profissional na área do Direito, onde diversos professores exercem ou exerceram atividades como promotores de justiça, juízes, procuradores, advogados, que com sua experiência enriquecem a formação oferecida nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como na pesquisa e na extensão.

A seleção de pessoal docente da Faculdade de Direito da FMP é realizada por processo criterioso, devidamente divulgado, que avalia os candidatos a partir da efetiva capacidade didática e técnica, bem como em função da titulação, nos termos do respectivo Edital aprovado pela Direção Superior da Faculdade de Direito da FMP, atendido o Plano de Carreira Docente.

A Faculdade tem expressivo percentual de docentes em tempo integral e parcial que se dedicam ao atendimento das atividades que demandam as finalidades institucionais, como:

- aulas na graduação, na pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e EaD e no programa de pós-graduação *stricto sensu*;
- orientação de trabalhos de conclusão de curso;
- atividades e eventos de extensão;

- desenvolvimento de pesquisa e de grupos de estudo e pesquisa, para inserção do aluno na iniciação científica e para fomentar a pós-graduação *stricto sensu*;
- participação no Núcleo Docente Estruturante, Colegiado Superior e no Colegiado de Curso, espaços institucionais que realizam discussões riquíssimas para a construção e a atualização dos temas que são foco de estudo na Faculdade.

A forma de contratação e os critérios de avaliação de desempenho são regulamentados pela Instituição no Plano de Carreira Docente.

Situação Atual

a) Titulação

Titulação	Quantidade	Percentual
Doutor	21	48,84%
Mestre	20	46,51%
Especialista	2	4,65%
TOTAL	43	100%

Fonte: Secretaria 2018

b) Regime de Trabalho

Para o desenvolvimento das atividades docentes a Faculdade de Direito da FMP adota os seguintes Regimes de Trabalho, de acordo com as normas do Ministério da Educação:

- Regime de Tempo Parcial - Docentes contratados para prestação de doze (12) ou mais horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas reservado, pelo menos, vinte e cinco por cento (25%) do tempo para estudos, gestão, extensão, pesquisa, planejamento, avaliação e orientação de alunos;

- b) Regime de Tempo Integral - Docentes contratados para prestação de quarenta (40) horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas reservado o tempo de, pelo menos, vinte (20) horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação;
- c) Horistas – Docentes contratados pela instituição, exclusivamente, para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem em outro regime de trabalho, nelas reservado, pelo menos, dez (10%) do tempo para atividades extraclasse.

As horas de trabalho não utilizadas como carga didática do docente serão cumpridas de acordo com o Plano de Ensino, observadas as seguintes atividades extra classe:

- Preparo de aulas;
- Trabalhos acadêmicos e complementares à docência;
- Desenvolvimento de estudos, pesquisa e atividades de extensão;
- Atendimento e orientação ao aluno;
- Preparação e correção de provas e exames;
- Administração acadêmica.

Regime de Trabalho		
Integral	21	48,84%
Parcial	19	44,19%
Horista	3	6,98%
Total:	43	100%

Fonte: Secretaria 2018

4.1.1. Políticas de contratação

A contratação de docentes para a FMP é feita observando-se os seguintes aspectos:

- Postura ética;
- Formação Acadêmica adequada aos objetivos definidos no PPC's dos cursos;
- Experiência Profissional compatível que, aliada à formação acadêmica, possa contribuir para a formação do egresso com o perfil específico definido no PPC's, nas DCNs de Direito e no Projeto Pedagógico Institucional.

Entende-se como adequação do docente ao Projeto Pedagógico do curso a sua capacidade em contribuir, de forma efetiva, para a orientação dos alunos na construção dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Isso significa, em termos gerais, a contribuição para a formação de profissionais aptos a tomar decisões, fundamentadas em princípios científicos, com atitudes profissionais dentro dos princípios da ética e da responsabilidade social.

Em princípio coloca-se o Mestrado como titulação mínima exigida para o ingresso do docente na FMP. A dificuldade, em algumas áreas, de pessoal titulado com experiência profissional sólida no mercado, permitem, excepcionalmente, a alteração desse critério.

4.1.2. Substituição Eventual

A Faculdade tem previsão no Plano de Carreira da contratação por prazo determinado de professores temporários para eventuais substituições. Os professores contratados em caráter eventual deverão atender aos mesmos aspectos observados para a contratação dos demais docentes do quadro.

4.1.3. Políticas de Plano de Carreira Docente

O Plano de Carreira Docente é o instrumento que regulamenta os procedimentos operacionais da política de pessoal docente da FMP.

As finalidades deste plano são:

- Regular o ingresso, os direitos, vantagens, deveres e responsabilidades do corpo docente;
- Estimular o professor para o exercício eficaz e eficiente das funções que lhe cabem desempenhar;
- Determinar os regimes de trabalho docente e estabelecer a estrutura salarial da Instituição.

O Plano de Carreira da FMP encontra-se protocolado no Ministério do Trabalho e do Emprego.

4.1.4. Políticas de Qualificação Docente e de Capacitação Pedagógica

4.1.4.1. Qualificação docente

Apoio da FMP à qualificação de Docentes

- Em programa de Mestrado e Doutorado:

Todos os docentes da Instituição possuem Mestrado ou Doutorado, sendo que um único docente está em processo de revalidação de título obtido no exterior.

A FMP possui o Programa de Mobilidade Acadêmica que inclui em seus convênios a possibilidade de realização de mestrado, doutorado e principalmente pós-doutorado, aos docentes da Faculdade. A Fmp é conveniada com a Facoltà de Giurisprudenza della Università Degli Studi - Roma TRE, na cidade de Roma, Itália e com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal.

- Na participação de eventos acadêmicos como encontros, conferências e congressos:

Compõe o orçamento, rubrica especial para apoio à participação de docentes, com trabalhos aprovados em encontros, conferências e congressos da área jurídica, nacional ou internacional.

4.1.4.2. Capacitação pedagógica

O corpo docente conta com a intervenção do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, para a formação continuada e acompanhamento da prática docente, nas seguintes propostas:

- **Acolhimento:** Acolhimento, orientação e auxílio aos docentes admitidos para o bom desempenho das suas funções, apresentando a estrutura organizacional, técnica e pedagógica.
- **Capacitação:** Considerando a necessidade de valorização e aprimoramento dos professores, bem como a atenção às constantes mudanças do cenário educacional, o NAP elaborou um projeto contínuo de capacitação docente. As atividades são dispostas no calendário letivo e abrangem temas norteadores a considerar as demandas institucionais, de mercado e estratégias.

A capacitação envolve convidados, palestrantes e a equipe do Núcleo, desenvolvendo cada proposta de intervenção, e ainda, considera assuntos convenientes e sugeridos pelo grupo de professores. A partir da avaliação das atividades, e em planejamento com a equipe diretiva da faculdade, o projeto é potencializado e adequado para novas edições.

- **Atendimento:** Contribuição e orientação aos professores, por solicitação, na organização do planejamento de ensino, na metodologia adotada, na definição dos critérios de avaliação, na escolha dos instrumentos avaliativos e de ensino de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e o calendário acadêmico.

Estas atividades e ações estendem-se também aos professores estrangeiros que realizam atividades na Faculdade em todos os níveis e modalidades de ensino.

Com a finalidade de harmonizar as atividades docentes com as necessidades dos Projetos Pedagógicos de Curso, e, considerando as diversas origens formativas dos docentes, a Instituição, a cada semestre, orienta seus professores nos seguintes aspectos:

Quanto à FMP:

- Missão, Visão, Valores e Diretrizes;
- Objetivos institucionais e o contexto regional; e,
- Políticas institucionais, constantes no PDI e suas aplicações no curso.

Quanto ao Curso:

- Objetivos do curso;
- Perfil do egresso: habilidades e competências gerais e específicas do egresso;
- Contribuição do seu trabalho para o perfil do egresso e os objetivos do curso;
- Plano de Ensino Aprendizagem e Plano de Curso;
- Metodologia de Ensino associada aos objetivos da disciplina ministrada;
- Metodologia de Avaliação associada aos objetivos de aprendizagem e tratamento dos resultados;
- Atuação do NDE e do Colegiado de Curso.

4.1.4.3. Avaliação docente

Os docentes são avaliados semestralmente, através de formulário específico, disponibilizado no ambiente virtual, seguindo a definição dos padrões de qualidade.

São observados os seguintes atributos:

- receptividade e prontidão;
- retorno aos questionamentos discentes;
- a dinamicidade e a qualidade das aulas;

- as informações sobre os critérios das atividades de avaliação;
- apresentação de exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional;
- atualização com relação à interação conteúdo e prática;
- promoção da compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral;
- análise das competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão;
- promoção de ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos;
- exposição de conteúdo em linguagem aderente às características da turma;
- apresentação de exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- elaboração de atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período.

4.1.5. Cronograma de Expansão do Corpo Docente

Não existe, no âmbito deste PDI, previsão de novos cursos de graduação e os cursos de pós-graduação a serem instituídos, utilizarão os mesmos contratados.

4.2. Corpo de Tutores

4.2.1. Política de Contratação

A contratação de tutores estará vinculada à capacidade do futuro tutor em contribuir para a formação do egresso com o perfil definido no projeto pedagógico da pós-graduação *lato sensu*.

Para compor seus quadros, a Instituição buscará, preferencialmente, tutores especialistas, mestres e doutores com formação adequada aos Projetos Pedagógicos dos cursos e experiência profissional na modalidade a distância.

Entende-se como adequação do tutor ao Projeto Pedagógico do curso a sua capacidade em contribuir, de forma efetiva, para a orientação dos alunos na construção dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Isto significa, em termos gerais, a contribuição para a formação de profissionais aptos a tomar decisões, fundamentadas em princípios científicos, com atitudes profissionais dentro dos princípios da ética e da responsabilidade social.

A forma de contratação e os critérios de avaliação de desempenho serão regulamentados, em item específico, pela Instituição, no Plano de Carreira correspondente.

Os tutores serão classificados quanto à atuação em Tutor a Distância e Tutor Presencial:

- **Tutor a Distância**

Definição: O tutor a distância, no exercício da função não docente, participa ativamente da prática pedagógica. É um profissional graduado na área do curso, devidamente capacitado para uso das TICs, que atua a partir da instituição e por meio do ambiente virtual de aprendizagem, medeia o processo pedagógico entre estudantes geograficamente distantes.

Atribuições:

- a) **esclarecer** dúvidas pelos fóruns de discussão na internet, pelo telefone, pela participação em videoconferências;
- b) **promover** espaços de construção coletiva de conhecimento;
- c) **selecionar** material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos;
- d) **assistir ou auxiliar** o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

- **Tutor Presencial**

Definição: O tutor presencial, no exercício da função não docente, participa ativamente da prática pedagógica. É um profissional graduado na área do curso, devidamente capacitado para uso das TICs, que atende aos alunos nos polos, em horários preestabelecidos.

Atribuições:

- a) **auxiliar** os alunos no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação ao âmbito de sua atividade, bem como ao uso das tecnologias disponíveis;
- b) **participar** de momentos presenciais obrigatórios;
- c) **auxiliar ou assistir** o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

4.2.2. Critérios de seleção e contratação

Serão selecionados, dentre os candidatos inscritos, os *currícula* que apresentarem titulação compatível, experiência na área profissional correlata ou na atividade de tutoria e possibilidade de participação em programas específicos de treinamento da FMP.

Após a seleção de *currículum* o candidato à tutoria submeter-se-á à entrevista com o gestor do Núcleo de Educação à Distância.

A contratação é de responsabilidade da Entidade Mantenedora com critérios adequados à legislação trabalhista.

4.2.3. Políticas de plano de carreira do corpo de tutores e regime de trabalho

4.2.3.1. Plano de Carreira do Corpo de Tutores

O corpo de tutores da FMP faz parte do corpo técnico administrativo.

4.2.3.2. Requisitos de titulação

O Corpo de tutores da FMP será constituído de profissionais, preferencialmente, com no mínimo a titulação de especialista;

DEMONSTRATIVO DE TITULAÇÃO		
TÍTULO	N. TIT.	%
Doutor	0	0
Mestre	0	0
Especialista	2	100%
TOTAL	2	100%

Fonte: Secretaria 2018

4.2.4. Políticas de Capacitação e Qualificação do corpo de tutores

A Política de Capacitação e Qualificação de Tutores da FMP tem por objetivo desenvolver e manter a qualidade do corpo de Tutores que atuam na IES e está estruturada em: apoio à qualificação e titulação de tutores; incentivo à participação em eventos científicos, em Pesquisa/Iniciação Científica e Extensão e cursos de aperfeiçoamento e capacitação.

Para ingressar na política de qualificação, o tutor deve apresentar justificativa ao gestor do Núcleo de Educação à Distância e o plano de estudos. O tutor deverá apresentar relatório após o término das atividades.

A política de capacitação/aperfeiçoamento do corpo de tutores da FMP visa agregar o domínio do conhecimento científico específico de sua área e as competências pedagógicas

necessárias ao exercício da tutoria. Para tanto, existe a constante preocupação no sentido implementação de programas de capacitação, com vistas ao melhor desempenho pedagógico na tutoria à distância. Esse programa prevê a capacitação nos seguintes temas:

- operacionalização do projeto pedagógico de curso;
- validação de conteúdos de aprendizagem;
- aplicação de estratégias de aprendizagem e de mediação pedagógica;
- acompanhamento pedagógico das atividades dos estudantes durante o processo formativo;
- utilização de recursos tecnológicos no processo de mediação de aprendizagem;
- domínio das competências comunicacionais;
- domínio das tecnologias digitais empregadas no curso.

4.2.5. Procedimentos de acompanhamento e avaliação do desempenho dos tutores

A Avaliação da atuação dos tutores ficará a critério do Gestor do NEAD e da CPA. Os Instrumentos de avaliação da CPA serão aplicados para cada uma das disciplinas mediadas pelo tutor.

4.2.6. Cronograma de Expansão do Corpo de Tutores

Não existe previsão de expansão do corpo de tutores no âmbito deste PDI.

4.3. Corpo Técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo é constituído pelos colaboradores que atuam nos diversos órgãos institucionais, dando sustentação às atividades demandadas pela Faculdade.

4.3.1. Política de Contratação

A contratação de pessoal técnico-administrativo está vinculada às necessidades explicitadas e aprovadas pela Mantenedora relacionadas ao apoio e à gestão das atividades acadêmicas e administrativas e de acordo com o Plano de Carreira Técnico-administrativo em vigor.

O contrato de trabalho vinculado à CLT, terá as vagas disponíveis preenchidas mediante avaliação da formação e das competências e habilidades definidas para o cargo, bem avaliação psicotécnica coerente com as atividades a serem desenvolvidas.

4.3.2. Recrutamento e Seleção, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

O processo de recrutamento e seleção da FMP dá-se mediante a identificação/mapeamento das solicitações de aumento e/ou reposição do quadro de pessoal, assim como da definição da necessidade de contratar novos recursos humanos e da decisão de quantos e quais cargos serão providos na Instituição.

O Plano de Carreira do corpo técnico-administrativo é destinado a estabelecer critérios para o preenchimento de vagas e a organizar os cargos, tendo por base a gestão de talentos, assegurando a continuidade das ações administrativas e financeiras e a excelência dos serviços prestados pela Instituição. Este documento estabelece as possibilidades de promoção, horizontal e vertical e, o regime de trabalho que está de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, pela qual são regidos todos os contratos. O Plano de Carreira contempla, ainda, as possibilidades e critérios para as promoções e as metodologias que serão utilizadas para a avaliação de desempenho.

O Plano está acessível para o corpo técnico-administrativo, que tem, a partir deste documento, clareza sobre as possibilidades de crescimento e desenvolvimento dentro da FMP.

4.3.3. Políticas de Qualificação

A fim de auxiliar os colaboradores a descobrir e desenvolver seus talentos, gerenciar sua carreira, crescer profissionalmente e se desenvolver como pessoa, a Instituição tem como políticas e práticas de qualificação os processos descritos abaixo:

- **Avaliação de Desempenho:** O processo de Avaliação de Desempenho visa promover o desenvolvimento dos colaboradores da FMP, através da cultura de feedback, subsidiando o levantamento das necessidades de treinamento, para posterior utilização no Programa de Treinamento e Desenvolvimento de Colaboradores, potencializando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.
- **Plano de Carreira:** A FMP criou o Plano de Carreira Administrativo e Plano de Carreira Docentes, aos quais permitem uma possibilidade de carreira de até 20 anos. Lá, estão previstos avanços salariais por tempo de casa e promoções, considerando tempo de casa, formação, experiência e performance. Para ocorrer promoção é necessário que haja vaga no quadro de lotação. Ambos os planos estão disponíveis para acesso na intranet ou na sala dos professores, respectivamente.
- **Programa de Incentivo Educacional:** Programa que visa subsidiar até 80% do valor das mensalidades de cursos superiores e de pós-graduação, com pertinência a as atividades desenvolvidas na FMP. Também ofertamos descontos de até 100%, nos cursos de Graduação em Direito da FMP, bem como nos cursos de Pós Graduação Lato Sensu. No curso de Mestrado o desconto compreende 20% das mensalidades. Os benefícios nos cursos ofertados pela Instituição beneficiam o colaborador e são extensivos aos seus dependentes. Ofertamos, também, o Programa de Incentivo Educacional para Ensinos Fundamental e Médio, para fins de incentivar os colaboradores do Setor Infraestrutura (Serviços Gerais) a retomar seus estudos. Este programa subsidia 100% das mensalidades, até o teto de R\$ 267,50 mensais, sem limite de adesão.

- **Programa de Incentivo Educacional - Idiomas:** Programa que visa subsidiar até 80% do valor das mensalidades de cursos de idiomas que o colaborador optar. O colaborador pode permanecer até um ano no programa, para cada módulo, podendo retornar ao programa, caso tenham vagas. Terá preferência o colaborador que não participou nenhuma vez, caso falem vagas.
- **Programa de Treinamentos:** Após o levantamento de necessidades de treinamento, feito pelas Lideranças e Gestão de Pessoas, seja através de situações diárias ou na avaliação de desempenho, é construído o planejamento dos treinamentos que serão ofertados durante o ano. Estes treinamentos visam desenvolver as competências de postura e desempenho do colaborador. Todas as equipes são incluídas nos treinamentos, conforme a demanda e priorizando as necessidades mais urgentes. Há um treinamento específico para o Setor de Infraestrutura, que acontece de forma continuada. Este ano o tema do treinamento da equipe é a criação de POP's (Procedimentos Operacionais Padrões).
- **Jornada de Integração:** Como o próprio nome sugere, este é um evento que tem o objetivo de integração e, principalmente, o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores. Anualmente, a Instituição promove um dia com atividades vivenciais, que ocorre fora do espaço físico da FMP, normalmente em um hotel resort ou sítio de lazer. Conta com consultoria especializada em desenvolvimento humano para criar a programação. São desenvolvidas atividades de integração, treinamento e muita interação entre os colegas. Este ano, atendendo aos pedidos das equipes, a FMP estabeleceu que a data fosse sem expediente para que todos os seus colaboradores pudessem participar. O Presidente realizou a abertura com uma palestra motivacional e foi possível perceber emoção nas pessoas. A Jornada de Integração é sempre muito esperada e, de fato, integra o grupo de colaboradores como um todo.
- **Acervo de Colaboradores:** O Programa de Incentivo à Leitura visa proporcionar ao colaborador, através da leitura, a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo a sua formação crítica e emancipadora.

Para isso, o programa oferece um acervo de livros e DVD's, para empréstimo exclusivo aos colaboradores, bem como oficinas, saraus, narrações de histórias, recitais de poesia, encontro com autores e ilustradores e leituras orientadas.

4.3.4. Políticas de Benefícios

Como forma de proporcionar as melhores condições, o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, além do bem-estar dos colaboradores, a FMP preocupa-se constantemente em oferecer benefícios diferenciados, conforme descrito abaixo:

- **Vale-Refeição:** cartão Alelo Refeição com o valor de R\$ 24,00 por dia útil, trabalhado no mês, creditados no 1º dia útil de cada mês.
- **Vale-Alimentação** (após 90 dias): cartão Alelo Alimentação, com o valor de R\$ 350,00 mensais, creditados no 1º dia de cada mês.
- **Assistência Médica Familiar** (após 90 dias): Convênio Médico Hospitalar/ Unimed Unimax Global; Extensivo aos seus dependentes; Mensalidade cobrada em folha de pagamento no valor equivalente a 5% do total das mensalidades, conforme faixa etária; Não são cobradas coparticipações nas consultas e exames; Reajuste anual das mensalidades, conforme cláusula contratual da Unimed.
- **Assistência Odontológica** (após 90 dias): Plano Odontológico Uniodonto; Não possui carências e nem custo nos procedimentos; Mensalidade: R\$ 3,59, em folha de pagamento;
- **Seguro de Vida em Grupo Metlife:** tem por objetivo garantir aos beneficiários uma indenização em caso de falecimento por causa acidental ou no caso de sua invalidez, total ou parcial causada por acidente. Não há custo para o colaborador e sua adesão é automática ao ser contratado (a).
- **Plano de Previdência Privada Icatu** (após 90 dias): Recolhimento mensal, equivalente a 10% do salário base do colaborador, para fundo de renda complementar para

aposentadoria; A contribuição do colaborador é de apenas 5% (cinco por cento) sobre o valor do depósito mensal, a ser descontado em folha de pagamento.

- **Seguro Morte e Invalidez Icatu** (após 90 dias): este benefício tem por objetivo garantir aos beneficiários uma indenização pelo falecimento do segurado por causa acidental ou no caso de invalidez total ou parcial causada por acidente com renda vitalícia.
- **Adicional por Tempo de Serviço**: na forma de quadriênio (a cada 4 anos trabalhados), equivalente a 3% (três por cento) sobre o salário base, tendo como teto máximo o limite de 20%.
- **Cartão de Crédito** (após 90 dias): cartão de crédito Good Card, que permite parcelamento de compras em até 3 vezes (conforme disponibilidade de cada estabelecimento) com desconto em folha de pagamento. O limite para compras será de 10% do salário base.
- **Empréstimo Consignado Itaú** (após 90 dias): Limite de até 30% do seu salário base por parcela; Nos casos de rescisão, serão descontados 30% do valor líquido da rescisão para quitação do saldo devedor do empréstimo, conforme legislação do Consignado contratado; O saldo devedor restante se tornará um empréstimo pessoal, devendo ser negociado diretamente com o banco.

BENEFÍCIOS ESPECIAIS:

- **Estacionamento e Bicicletário.**
- **Auxílio-creche** (desde a admissão): para filhos até 6 anos, mediante apresentação de nota fiscal ou recibo, com carimbo CNPJ, à Área Gestão de Pessoas, até o dia 20 de cada mês, para recebimento do benefício em folha de pagamento. Valor de R\$ 300,00 por criança, até o teto de R\$ 600,00.
- **FMP Fitness** (após 90 dias): incentivo à prática de exercícios físicos, compreende reembolso de 80% das mensalidades de atividades físicas praticadas pelos colaboradores, até o teto de 107,00 (sujeito a alteração).

- **Desconto no Curso de Graduação da FMP:** benefício educação de até 100%* de desconto nas mensalidades do Curso de Bacharelado em Direito da FMP.
- **Incentivo Educacional** (após 1 ano): compreende cursos de ensino fundamental, médio, técnico e superior de outras instituições (exceto Direito), com até 80% de reembolso das mensalidades do curso escolhido.
- **Incentivo Educacional – Idiomas** (após 1 ano): incentivo para cursos de idiomas com até 80% de reembolso das mensalidades dos cursos.
- **Folga e Presente de Aniversário de Vida:** direito à dispensa de 01 (um) dia útil, no mês do aniversário de vida (não cumulativa). A utilização será conforme negociação com seu Coordenador/Supervisor/Gestor.
- **Presente pelo Aniversário de FMP:** em reconhecimento ao seu empenho e dedicação, ao completar 5, 10 e 15 anos de FMP, o colaborador recebe uma viagem e uma bonificação em dinheiro, para gastar como quiser.
- **Chá de Bebê:** um lindo chá de bebê para as futuras as mães colaboradoras.
- **Horário Especial de Verão:** redução de carga horaria diária, conforme divulgação anual.
- **Serviço de Assessoria Jurídica:** realizado pelo Escritório Modelo da FMP; Gratuito; Compreende colaboradores e seus respectivos familiares: cônjuge ou companheiro (a), bem como seus filhos; Atenderá questões relacionadas à: direito de família, direito comercial, direito do consumidor, acidentes de trânsito, locações, direito previdenciário, assistência social e Juizado Especial Civil e Criminal.
- **Aconselhamento e Apoio Psicológico:** atendimento com a psicóloga - possui a finalidade de auxiliar colaboradores em suas dificuldades e contribuir para o desenvolvimento da autonomia para lidar melhor com as situações do seu dia a dia; um recurso de aconselhamento profissional e desenvolvimento de carreira; não possui carências e nem custo para o colaborador.

CONVÊNIOS (que garantem descontos e vantagens):

- ACM (Associação Cristã de Moços)
- ESCOLAS DE IDIOMAS
- PANVEL (Após 90 dias)
- RESTAURANTES
- SESC e SINTAE

ESTRUTURA:

Copa/Cozinha – 6º; 9º e 10º andares: com geladeira e micro-ondas.

Cantina – 7º e 12º andares: para lanches e almoço. Está disponível para colaboradores e alunos.

Sala de Descanso – 5º andar: possui sofá e televisão.

Vestiários (com chuveiro) Feminino e Masculino – 11º andar: disponível das 7h30 às 19h30;

Farmacinha/KIT Primeiros Socorros.

Equipe SOS/Área Protegida: possuímos cobertura Área Protegida Unimed, para os casos de necessidades de atendimento de urgência e emergência, assim como uma equipe* capacitada para prestar os atendimentos de primeiros socorros.

Biblioteca - Recanto Literário – 6º andar: acervo literário exclusivo para colaboradores.

FMP GOLD: acesso ilimitado aos conteúdos (cursos e palestras) do FMP GOLD, por meio do ambiente FMP Virtual. Solicite seu login ao NEAD e confira pelo endereço:
www.moodle.fmp.com.br

4.3.5. Composição do Corpo Técnico-administrativo

CARGOS	QUANT.
AUX. SERVIÇOS GERAIS I (Ens. Fund)	5
AUX. SERVIÇOS GERAIS II (Ens. Méd.)	4

AUX. DE SER. GER. E MANUTENÇÃO	1
AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	7
AUXILIAR ADMINISTRATIVO II	8
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I	12
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II	4
TÉCNICO ADMINISTRATIVO I	4
TÉCNICO ADMINISTRATIVO II	5
TÉCNICO ADMINISTRATIVO III	3
ENCARREGADO	8
ASSESSOR	6
COORDENADOR	6
SUPERVISOR	5
GESTOR	3
Diretor Executivo	1
TOTAL	82

4.3.6. Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-administrativo

Não existe previsão de expansão de corpo técnico-administrativo no âmbito deste PDI.

5. CORPO DISCENTE

5.1. Formas de Ingresso

O ingresso do aluno, na FMP, pode ocorrer pelas seguintes formas:

- **Processo Seletivo:** Forma de ingresso por meio de prova de seleção, facultado ao aluno que tenha concluído o Ensino Médio, sendo a classificação feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Edital do Vestibular;
- **Comprovante de realização do ENEM:** Forma de ingresso mediante apresentação da participação no ENEM dos últimos três anos, com média de corte em 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos;
- **Portador de Diploma de Curso Superior:** Forma de ingresso facultada ao graduado em outro curso superior, independente de concurso vestibular, condicionada à existência da vaga no curso pleiteado.
- **Transferência:** Forma de ingresso facultada a alunos regulares de graduação, matriculados em cursos afins, definidos no projeto pedagógico do curso, em Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC, condicionada à existência de vaga e mediante processo seletivo. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da Lei.

Os Processos Seletivos consistem em aplicação de provas sobre os conteúdos do Ensino Médio e redação, ou simplesmente pela nota do Exame Nacional do Ensino Médio ou substituto.

Será ainda considerado:

- Ingresso especial para estrangeiros conveniados com a Mantenedora, convidados de intercâmbio por convênio de reciprocidade, e demais casos especiais legais autorizados pela Mantenedora.
- Transferência *ex officio*, na forma da lei.

5.2. Programas de Apoio ao Aluno

5.2.1. Programa de Apoio Psicopedagógico

A Faculdade dispõe de ações que tornam seu espaço institucional capaz de dar respostas às demandas dos seus discentes contribuindo para que seu itinerário formativo seja um momento de crescimento pessoal, além do crescimento para o exercício profissional. O atendimento ao aluno se consolida a partir de uma política de respeito, acolhimento e integração, estendendo-se aos egressos e aos alunos estrangeiros.

Para que esta política produza efeitos, o discente tem no Núcleo de Apoio Psicopedagógico o acolhimento para suas demandas acadêmicas sob forma de orientação e aconselhamento de matrícula, gestão de carreira, acompanhamento psicopedagógico e psicossocial, ações de prevenção e promoção de saúde e bem estar.

Atendimento Individualizado

Atendimento, intermediação, apoio e orientação aos discentes que necessitam de atendimento psicopedagógico ou psicossocial.

- Aconselhamento de matrícula, quebras de pré-requisito, estudo de currículo para previsão de formatura, regime especial de matrícula;
- Orientação à carreira, apresentação das carreiras jurídicas e preparação para o mercado de trabalho;
- Atendimento aos estudantes com dificuldades de aprendizagem;

- Acompanhamento de desempenho e evasão;
- Acompanhamento e/ou encaminhamento psicossocial.

Atendimento em Grupo:

- Promove encontros semestrais com intervenções nas turmas desde o primeiro ao último semestre, conforme Calendário Acadêmico, para fins de refletir sobre a prática pedagógica, o uso de ferramentas de estudo e para a integração do corpo discente.
- Oferece oficinas para discentes em fase de formação.
- Orienta o estudante no processo de ensino-aprendizagem.
- Orienta nos relacionamentos interpessoais nas relações professor e aluno, aluno e professor e entre os estudantes.

Atendimento através de projetos:

- Projeto Abraço: Acolhimento
- Projetos de nivelamento
- Projeto de Monitoria

5.2.2. Programas de Apoio Financeiro

A Faculdade considera como critérios para a concessão/de bolsas:

- Premiação.
- Apoio aos acadêmicos em situação de carência socioeconômica.
- Atendimento diferenciado aos diplomados na instituição

As bolsas-premiação demonstram apreço pelos resultados de desempenho e podem ser através de apoio parcial ou integral, como, por exemplo:

- Os 1.º e 2.º colocados do processo seletivo recebem desconto de 30% e 20%, respectivamente, nas mensalidades durante o primeiro semestre da Graduação.

- O melhor acadêmico concluinte do ensino médio, indicado pelos colégios conveniados com a FMP recebe desconto de 50% nas mensalidades do primeiro semestre do curso de Graduação.

As bolsas-carência são concedidas aos acadêmicos com carências financeiras através da concessão de descontos de 10 a 30% do valor nas mensalidades, que contribui para a permanência no meio acadêmico e a formação desejada. Os valores destinados à concessão de bolsa de estudo para estudantes representam em torno de 6% do percentual de faturamento.

A bolsa de atendimento diferenciado aos diplomados na instituição é concedida ao melhor acadêmico concluinte da graduação na forma de desconto de 50% nas mensalidades de curso Preparatório para a Carreira do Ministério Público.

Além destas, existem bolsas através de convênios com diversas instituições públicas e associações com a concessão de 5% a 10% de desconto na Graduação em Direito aos membros, servidores e dependentes destas organizações.

5.2.3. Programa de Nivelamento

A Faculdade criou o Laboratório de Ensino, que é um espaço de estudo para estudantes e professores. Para auxiliar os discentes, há, neste Laboratório, monitores que estão em constante interação com os professores para apoiar no processo de aprendizagem dos alunos que apresentam necessidade de acompanhamento para que se apropriem dos conteúdos e possam ter melhor aproveitamento no seu percurso acadêmico.

Além de contribuir com a recuperação e aprofundamento dos conteúdos ministrados em aula, o Laboratório de Ensino qualifica os professores para o uso da tecnologia da comunicação em disciplinas específicas para enriquecimento da metodologia de ensino e coloca material instrucional à disposição do aluno, que contribui para o melhor aproveitamento das aulas.

A partir da avaliação institucional, onde são constatadas as disciplinas que demandam bons conhecimentos do nível de ensino anterior (ensino médio ou equivalente), a Faculdade oferece Oficinas de Português, Línguas e Informática para que os alunos possam suprir suas lacunas de aprendizagem. Além disso, é oferecido apoio nas disciplinas do curso sempre que necessário, tanto de forma individual, como em grupo. Há, através da qualificação docente, a conscientização sobre a importância do professor estar atento aos alunos para que possa indicar, quando necessário, recursos de recuperação para aqueles que não estão conseguindo acompanhar a disciplina.

A FMP criou, em 2011, o Programa de Inovação Tecnológica, em razão da demanda de avanços tecnológicos do mundo globalizado. A adoção das novas tecnologias tem se caracterizado por vários fatores, tais como: facilidade de acesso às informações, flexibilidade de como apresentá-las, suporte teórico armazenado e à disposição, entre outras.

O uso das novas tecnologias se tornou uma realidade em sala de aula permitindo ser apoio à realização de um projeto educacional onde a Instituição lança desafios, propõe objetivos para qualificar a estrutura curricular e enriquecer a formação do seu acadêmico. O primeiro projeto desse programa foi a entrega de materiais especializados em um *tablet* (computador portátil).

Foram desenvolvidos pela Instituição os Programas:

- **FMP DOBLE:** destinados aos acadêmicos do 1º e 2º semestre, que proporciona a visualização, via EaD, de um conjunto de aulas, que são gravadas ao longo do semestre. As aulas consideradas fundamentais ficam disponíveis aos acadêmicos;
- **FMP GOLD:** destinado a todos os alunos da instituição, que proporciona a visualização, via EaD, das atividades de extensão ocorridas, tais como: Palestras, Cursos, Simpósios etc;
- **FMP PLUS:** destinado aos acadêmicos do 3º ao 10º semestre, que proporciona aos alunos a visualização de 42 aulas, a sua escolha, via EAD, dos Cursos Preparatórios as Carreiras Jurídicas oferecidos pela FMP.

O objetivo principal desse programa é permitir que o acadêmico crie seu espaço de aprendizagem, podendo realizar trabalhos, pesquisa, interações, individualmente, em grupo, com a turma e com o professor, na sala de aula, no espaço de convivência ou em qualquer outro lugar.

5.2.4. Programa de Monitoria

A Faculdade tem regulamentado o Programa de Monitoria, com os seguintes objetivos:

- Despertar o interesse dos acadêmicos pelo aprimoramento teórico-prático, mediante o desempenho das atividades de apoio ao ensino jurídico, passíveis de serem contabilizadas como Atividades Complementares, na modalidade de ensino;
- possibilitar a formação diferenciada dos acadêmicos do Curso de Graduação em Direito, por meio da participação em diversas atividades de organização e apoio ao desenvolvimento de disciplinas do curso;
- oportunizar a participação do acadêmico em atividades de apoio à ação docente ou ao processo de ensino e aprendizagem;
- auxiliar o docente na elaboração do material didático-pedagógico;
- disponibilizar um espaço fixo - Laboratório de Ensino - material de apoio para os acadêmicos e acadêmicos-monitores;
- apoiar a ação educativa docente através do Acadêmico-Monitor que receberá orientações dos professores orientadores;
- os Acadêmicos–Monitores farão atendimento individual ou em grupo aos estudantes que tenham interesse no aprimoramento de seus conhecimentos.

Os Monitores são selecionados, em processo específico, para atuarem no Laboratório de Ensino, auxiliando os docentes e recebendo destes elementos para apoio aos alunos com dificuldades pedagógicas. Em contrapartida, os Monitores recebem bolsa de caráter socioeducativo.

Os monitores são acompanhados diretamente pelo NAP nas suas ações.

5.2.5. Política de acompanhamento de egressos

O atendimento aos egressos é parte fundamental do processo acadêmico e o intuito da FMP é manter relacionamento próximo dos alunos formados, para que possa construir seu perfil e, especialmente, apoiá-lo na nova etapa da vida profissional.

O Programa de Acompanhamento ao Egresso é realizado por Coordenador, indicado pelo Diretor da Faculdade, para acompanhar a caminhada profissional dos egressos e verificar as principais dificuldades encontradas, e a partir daí implementar ações e programas, notadamente por meio da manutenção de cadastro profissional atualizado, que contribuem para a sua inserção no mercado de trabalho. A FMP integra os egressos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com destaque para:

- Acompanhamento da caminhada profissional dos egressos com o objetivo de contribuir com sua inserção no mercado de trabalho.
- Integração dos egressos nas oficinas de estudo para preparação ao Exame de Ordem.
- Atendimento individual aos egressos que solicitam assessoria e orientações sobre a carreira jurídica.
- Organização e planejamento do encontro de encerramento e Avaliação Institucional do Curso.
- Levantamento e tabulação de dados e pesquisa institucional com egressos e disponibilização dos resultados para atuação da Faculdade.

- Atendimento a egressos em estado de fragilidade no processo de ensino-aprendizagem ou questões relacionadas à saúde psíquica, social ou familiar.

Os egressos do Curso de Direito têm acesso às aulas do Curso Preparatório, objeto do projeto FMP Plus, e todos os cursos, e atividades gravadas de extensão, objeto do projeto FMP GOLD, que por meio do *Moodle*, disponibiliza videoaulas aos seus alunos e egressos. O modelo de ensino-aprendizagem baseia-se em tecnologia avançada, sendo os conteúdos disponibilizados nessa plataforma. O ambiente virtual de estudos é personalizado e disponível 24 horas.

A FMP realiza, anualmente, uma pesquisa de acompanhamento do egresso. Os resultados são considerados no fomento da reflexão para o curso de graduação e pós-graduação.

A pesquisa com os egressos tem como objetivo:

- traçar o perfil do estudante recém formado na Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público;
- obter indicadores acerca do mercado de trabalho;
- subsidiar a Faculdade de informações que possibilitem promover melhorias em seus cursos, através de atualizações e ou adequações, quando necessárias, das estruturas curriculares dos cursos; e
- oferecer possibilidades de aperfeiçoamento acadêmico de acordo com as necessidades da educação contínua dos egressos.

A Coordenação de Egressos da FMP criou uma página no *facebook* (www.facebook.com/egressos.fmp.1) para publicações diversas, divulgações de cursos para os Egressos e demais atividades.

Os egressos podem ainda participar do Programa de Mobilidade Acadêmica.

5.2.6. Curso Preparatório para o Exame de Ordem

Preparação de oficinas de estudo e outras atividades que estimulem o estudante ao estudo para o exame da OAB, para o ENADE, mas principalmente para a vida num compromisso social. Além disso, há o acompanhamento e a análise dos resultados dos alunos para a qualificação do curso.

5.2.7. Apoio à Participação em Eventos e à Produção Científica

A participação em eventos institucionais é estimulada através da gratuidade dos eventos e do oferecimento de eventos de grande interesse do corpo discente, tais como: Programa Carreiras Jurídicas, Fronteiras Jurídicas, Jornadas Interdisciplinares, Cinema e Direito e Literatura e Direito, que são desenvolvidos em todos os semestres.

Os Salões de Iniciação Científica têm a participação docente e discente, com apresentação de artigos, livros, palestras, etc. mostras de divulgação dos trabalhos desenvolvidos nos Grupos de Pesquisa da Faculdade.

Há apoio financeiro para participação em eventos em outras instituições de ensino ou organizações públicas e privadas que estejam relacionadas com as áreas de conhecimento do curso, com as pesquisas e ou com as extensões institucionais.

Nos Relatórios de Autoavaliação uma das potencialidades constadas é o incentivo e estudantes na participação de concursos e seminários nacionais e internacionais.

5.2.8. Mobilidade Acadêmica

O Programa de Mobilidade Acadêmica tem por finalidade o estabelecimento de parcerias com instituições de educação superior ou centros de pesquisa, nacionais ou estrangeiros, objetivando o intercâmbio de estudantes da graduação e da pós-graduação para a realização de estudos ou de produção científica.

Os objetivos do Programa são:

- Oportunizar a troca de experiências acadêmicas, que contribuam para a melhoria qualitativa dos resultados previstos nas diretrizes norteadoras do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público.
- Propiciar a aquisição e o fortalecimento de competências técnicas e de formação humanista.
- Estimular a vivência de atividades de caráter complementar à formação jurídica.
- Proporcionar a conquista de novas competências pessoais e profissionais, por meio da interação com outras culturas, contextos, cenários e conhecimentos técnicos e científicos.

A Faculdade tem convênio com a Facoltà de Giurisprudenza della Università Degli Studi - Roma TRE, na cidade de Roma, Itália, com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal, e Universidad Catolica de Buenos Aires, da Argentina, possibilitando aos seus alunos da graduação e da pós-graduação realizar estudos que são aproveitados em sua formação acadêmica.

Além dos alunos de graduação e da pós-graduação, podem realizar os intercâmbios os egressos que estejam inseridos no Programa de Acompanhamento de Egressos – PAE.

5.3. Organização Estudantil

Os alunos têm espaço para participação e convivência estudantil no Centro Acadêmico Sophia Sturm (CASS) que, em 2013, teve suas instalações ampliadas, favorecendo o desenvolvimento de suas atividades.

O Centro Acadêmico é parceiro institucional em atividades de responsabilidade social, como, por exemplo, a Semana Acadêmica, que é uma atividade que mobiliza os estudantes para a apresentação de eventos da graduação.

6. PLANO DE METAS E AÇÕES

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior de Ministério Público, no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 adotou como articuladores do seu desenvolvimento dois eixos estratégicos que são:

- Alcançar patamar de excelência em educação jurídica continuada, investindo na preparação profissional, ética e humanista, capaz de viabilizar a resolução de problemas sociais.
- Colaborar, de forma teórica e prática, na melhoria dos indicadores sociais, buscando a efetivação de direitos fundamentais e propondo alternativas em nível de políticas públicas.

Com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos institucionais e enriquecer o itinerário que a Faculdade se propôs, estes dois eixos são mantidos e iluminam os objetivos estratégicos e seus desdobramentos em estratégias, ações, metas e prazos expostos neste título, trazendo novos desafios para os próximos 05 (cinco) anos, tempo de execução deste novo PDI.

6.1. Objetivo Estratégico Expansão, Planejamento e Aperfeiçoamento Institucionais

6.1.1. Estratégia: Novos Cursos

Ação	Meta	Prazo
Criação do Programa de Pós-Graduação: Mestrado	Projeto para um curso	2015
Estudo da viabilidade de implantação do Curso em Direito (Tempo Integral)	Projeto	2017
Estudo da viabilidade da criação e implantação do Doutorado em Direito	Projeto	2019

6.1.2. Estratégia: Oferecimento de Educação a Distância – EaD

Ação	Meta	Prazo
Criação do Projeto de Desenvolvimento de EaD	Um projeto	2015
Obter o Credenciamento para Oferta de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> na modalidade EaD, junto ao MEC	Protocolo no MEC	2015
Concluir e aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> a distância, que acompanhará o pedido de Credenciamento	Um PPC	2015
Reanalisar um diagnóstico das necessidades de infraestrutura para EaD	01 diagnóstico	2015
Aprovar o Plano de Investimento na manutenção e ampliação da infraestrutura de EaD, já existente	01 Plano	2015 e 2016
Definir o catálogo de cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> ofertados a distância	01 Catálogo	2015
Aperfeiçoar a política institucional de formação e aperfeiçoamento de pessoas para atuação em equipes de EaD	01 Projeto	2015
Elaborar os recursos didáticos pedagógicos voltados para educação à distância	01 Projeto	2015
Aprimorar o programa de Inovação Tecnológica, já existente	01 Projeto	2015
Garantir os requisitos, em termos de acervo e acesso aos serviços de biblioteca para a modalidade EaD	01 Projeto	2015
Fortalecer a política estabelecida através da promoção de cursos e outras atividades de formação e capacitação	02 cursos/ano	2016
Implementar os indicadores da Avaliação Institucional na EaD		2016

Promover eventos técnico-científicos em EaD	02 eventos	2016
Aperfeiçoar os processos acadêmicos e administrativos para oferta dos cursos na modalidade EaD, visando qualificar o controle e domínio de todas as etapas envolvidas	01 Projeto/implementação	2016 a 2019
Ampliar os requisitos em termos de acervo e acesso aos serviços de biblioteca para a modalidade EaD	01 projeto/implementação	2016 a 2019
Aprimorar o programa de Inovação Tecnológica, permanentemente	01 projeto	2016
Investir na manutenção e ampliação da infraestrutura de EAD, já existente	01 projeto	2016
Expandir a oferta de cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> EaD, atendendo a demanda de mercado	02 cursos	2017
Elaborar os projetos pedagógicos dos novos cursos de Pós-Graduação EaD	02 PPC	2017
Capacitar, permanentemente, os diferentes atores do processo de EaD	01 projeto/implementação	2017 e 2018
Captar, de forma permanente, novos alunos para a oferta em EaD	01 projeto/implementação	2017 e 2018
Tornar a FMP referência em Pós-Graduação EaD, em âmbito Nacional		2019
Concluir e aprimorar todas as metas anteriores		2019
Oferecimento de disciplinas da graduação em EaD	Até 20% das disciplinas do Currículo	2016
Oferecimento de cursos de extensão em EaD	Dois cursos p/ano	2015
Definição e implantação de recursos para apoio à geração de material instrucional (conteúdos, bibliografia digital, etc) para a EaD	Produção de objetos de Aprendizagem-Aulas Gravadas e Material impresso	2015 a 2019
Estabelecimento no Calendário Acadêmico de data para capacitação em EaD para a	Um curso por semestre	2015 a 2019

comunidade acadêmica		
Oferecimento de espaço interativo no portal da Faculdade para a troca de informações entre alunos, professores, tutores e técnicos sobre o EaD	Uma ferramenta eletrônica	2015 a 2019
Oferecimento de recursos atualizados	Uma plataforma - Moodle	2015 a 2019
Produção de recursos instrucionais impressos e ou eletrônicos de acordo com a proposta pedagógica do curso e ou atividade por equipe multidisciplinar	Produção de um recurso audiovisual	2015
Criação, dentro dos Órgãos Suplementares e de Apoio, previstos no Art. 3º, inc. VII do Regimento da Faculdade, de órgão de apoio para as equipes multidisciplinares e atividades de EaD.	Um órgão (equipe)	2015
Criação e implementação de equipes multidisciplinares para a oferta de cursos em EaD	Uma equipe com pedagogos e profissionais de informática	2015
Implantação de sistema de controle acadêmico para os cursos, disciplinas, eventos realizados em EaD na Secretaria Geral	Implementação da plataforma <i>Moodle</i>	2015
Estímulo à realização de palestras, seminários, cursos em EaD gratuitos para inserção em novas tecnologias e ou redimensionamento destas para futura aplicação na graduação, pós-graduação e extensão	Capacitação de quatro pessoas (duas equipes)	2015 2019
Criação de instrumentos para as atividades em EaD na Autoavaliação Institucional	Três instrumentos	2015 a 2019

6.1.3. Estratégia: Projetos Multidisciplinares com Envolvimento da Sociedade

Ação	Meta	Prazo
------	------	-------

Criação e implementação do Observatório sobre a Violência (infantil, mulheres, idosos, negros, homossexuais, indígenas) e providenciar a articulação desse com instituições externas	Dois projetos de pesquisa	2016
Criação de Grupos Temáticos (no foco do Observatório) envolvendo professores e alunos da graduação e da pós-graduação	Dois projetos de pesquisa	2017
Qualificação da Faculdade de Direito FMP como espaço publicitário de artigos do Observatório da Violência para disseminação dos resultados dos trabalhos do Observatório	Uma Revista Virtual ou impressa	2016
Realização de atividades de Responsabilidade Social nas áreas de conhecimento existentes na Faculdade	Dois programas	2016
Criação de programas permanentes de extensão que contemplem a educação ambiental, a acessibilidade, a diversidade e os hipossuficientes.	01 Programa	2016
Criação de sistemática de avaliação na Autoavaliação Institucional	Fixar a data da Avaliação em Calendário - PAI	2015
Criação de projetos que contemplem o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural em conjunto com entidades comunitárias e ou instituições públicas e privadas.	03 projetos	2016 a 2019
Manutenção de projetos que propiciem o desenvolvimento econômico regional, a melhoria da infraestrutura urbana/local, a melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social em conjunto com entidades comunitárias e ou instituições públicas e privadas	Dois programas	2018

6.1.4. Estratégia: Captação e Manutenção de Alunos

Ação	Meta	Prazo
Captação de alunos junto às escolas (dar palestras nas escolas sobre <i>bullying</i> , violência, diversidade, drogadição, etc – temas do Observatório)	Três candidatos por vaga	2015 a 2019
Mapeamento permanente das dificuldades de aprendizado e criação de projetos para equacionar as dificuldades apresentadas	semestral	2015 a 2019
Oferecimento de disciplinas e atividades em EaD de nivelamento	Oferta de disciplinas da graduação e de cursos de extensão e pós-graduação <i>lato sensu</i>	2015 a 2019
Alteração ou inserção no PPC de disciplinas e atividades em EaD	Alteração do PPC	2015
Regulamentação do oferecimento de atividades de ensino em EaD na graduação	Criação de um documento com Instruções Normativas.	2019
Intensificação do relacionamento com escolas de ensino médio	Cinco escolas anuais (20 escolas)	2015 a 2019
Identificação das disciplinas com maior reprovação e, nestas, identificar causas, para oferecer projetos para diminuir a reprovação.	Formalizar Projeto	2015 a 2019
Qualificação do corpo docente na aplicação do PPI, PPCs e nas inovações tecnológicas.	Formalizar Projeto	2015 a 2019
Atendimento personalizado ao inadimplente, com problemas de frequência e ou com reprovação para a busca de solução conjunta.	Um programa de retenção	2015 a 2019

6.1.5. Estratégia: Espaço para o Planejamento Institucional

Ação	Meta	Prazo
Estabelecimento de encontro da Direção, Coordenações de Curso, NAP para análise conjunta das informações oriundas das avaliações internas e externas e dos principais indicadores institucionais e indicadores setoriais	Um encontro semestral	2015 a 2019
Uniformização dos relatórios setoriais e do Relatório Anual da Direção	Criar roteiro padrão	2016
Apresentações ao corpo docente, discente e técnico-administrativo das melhorias realizadas pautadas na autoavaliação	Um encontro semestral	2015 a 2019
Apresentação para a comunidade acadêmica, em eventos, dos resultados da autoavaliação e das decisões desencadeadas a partir da análise crítica do relatório da autoavaliação.	Um encontro anual	2015 a 2019

6.1.6. Estratégia: Captação de Recursos

Ação	Meta	Prazo
Criação de espaço de negociação para os inadimplentes, recorrendo à terceirização da cobrança somente após esgotada a negociação	Um projeto de negociação	2015 a 2019
Captação de parcerias e serviços qualificados para a realização de ações e atividades que impactam socialmente	02 parcerias	2015 a 2019
Estabelecimento de convênios e parcerias com outras IES, com órgãos públicos, ONGs e empresas privadas para alavancar projetos junto à comunidade	02 parcerias	2015 a 2019

Criação de órgão interno para captação de recursos na área social	Designação e qualificação de coordenador	2015 a 2019
Criação e implementação de projetos multidisciplinares (pesquisa e extensão) para captação de financiamento e ou subsídios governamentais	Criar e solidificar duas linhas de pesquisa	2016
Criação de cursos, de encontros com segmentos sociais, de palestras em horários alternativos para aproveitamento dos horários ociosos das instalações institucionais	Dois eventos por semestre	2015 a 2019
Criação de diretrizes internas para o financiamento dos alunos carentes, incluindo os incentivos governamentais existentes para a educação	Projeto de autofinanciamento	2019

6.1.7. Estratégia: Aperfeiçoamento da Gestão Institucional

Ação	Meta	Prazo
Estabelecimento do calendário de reuniões específicas para planejamento institucional	Três reuniões anuais	2015 a 2019
Criação de relatórios anuais da Diretoria, com ênfase nas ações futuras a partir do realizado no ano	Plano de Ação e Relatório Anual	2015 a 2019
Instituição de reuniões específicas para apreciação de relatórios anuais, relações com MEC (para graduação e pós-graduação), convênios, etc	Três Reuniões Anuais	2015 a 2019
Realização e mapeamento de ações de melhoria realizadas a partir de processos avaliativos internos e externos, disseminando para os diferentes públicos através dos canais de comunicação institucionais	Mapeamento anual	2015 a 2019

Identificação e mapeamento dos principais processos acadêmicos e suas articulações internas e externas	Elaboração dos documentos com mapeamento dos processos administrativo e acadêmico	2015 a 2019
Criação de espaço de socialização dos resultados de viagens técnicas, intercâmbios com subsídio da Faculdade e outras atividades	Elaborar um documento e disponibilizar aos pares	2015 a 2019
Estímulo à disseminação do conhecimento desenvolvido na Faculdade	Participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos (3 viagens anuais)	2015 a 2019
Implementação, acompanhamento e avaliação da realização das estratégias do PDI	Três reuniões anuais	2015 a 2019
Criação de espaço para informações e estudos sobre os egressos da Faculdade, da Graduação e da Pós-Graduação	Implementação do programa	2015
Acompanhamento das ações institucionais para a adaptação de pessoas deficientes e a inclusão digital	Plano anual de acompanhamento	2015
Revisão do PPI, estendendo-o para os demais níveis e modalidades de ensino da Faculdade, qualificação dos professores para apropriação e implementação programada	Revisão PPI	2016
Aperfeiçoamento das políticas de gestão para qualificação e retenção de profissionais para atendimento das atividades institucionais acadêmicas, acadêmico-administrativas e administrativas	Implementação do Plano do RH	2015

6.1.8. Estratégia: Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Infraestrutura

Ação	Meta	Prazo
Aumento e qualificação do acervo digital da biblioteca	Duas bases de dados digitais	2015 a 2019
Aquisição/atualização de softwares para a qualificação institucional	Treinamento das ferramentas disponíveis	2015 a 2019
Criação de laboratório multiusuário que fortaleça as atividades docentes e discentes em todos os níveis e modalidades	Treinamento anual para o uso de multimeios	2015 a 2019
Qualificação do acervo da biblioteca para atendimento aos cursos de pós-graduação em todos os níveis e modalidades em títulos e periódicos	Ampliar o percentual de 3% anual	2015 a 2019
Aquisição de softwares para atendimento de pessoas deficientes	Mapear e atender às diferentes deficiências	2015 a 2019
Customização da Plataforma <i>Moodle</i> de acordo com o projeto de EaD institucional, os PPCs dos cursos e das demais demandas institucionais	Desenvolver o plano de implantação na graduação e na pós-graduação	2015

6.2. Objetivo Estratégico: Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

6.2.1. Estratégia: Desenvolvimento da Graduação

Ação	Meta	Prazo
Estabelecimento da obrigatoriedade de carga horária de professor do mestrado na graduação	Regimento do Mestrado e cláusula contratual específica	2015
Estímulo à participação dos alunos da graduação em eventos da pós-graduação	Uma atividade anual de integração (com apresentação das	2015 a 2019

	monografias)	
Revisão do Projeto Pedagógico do Curso, flexibilizando e incluindo metodologias ativas	01 revisão do PPC	2016
Revisão e aquisição de bibliografia (títulos e periódicos) atualizada com informação ao docente e ao discente	Atualização semestral dos planos de ensino com revisão bibliográfica	2015 a 2019
Qualificação docente para a apropriação do PPC e do PPI	Um seminário anual de atualização	2016 a 2019
Incentivo para o uso orientado de inovações pedagógicas	Uma atividade anual	2015 a 2019
Incentivo ao desenvolvimento de idiomas pelos alunos, através de oficinas e ou oferecimento de disciplinas em outro idioma com matrícula opcional.	Um curso de língua estrangeira anual	2016 a 2019
Realização de intercâmbios, mediante convênio institucional, para alunos e professores	Um anual	2017 e 2018
Estabelecimento no Calendário Acadêmico da Semana de Iniciação Científica (livros, artigos, estudos dos professores e alunos)	Um encontro anual	2016 a 2019

6.2.2. Estratégia: Desenvolvimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Ação	Meta	Prazo
Classificação da revista institucional no Qualis-CAPES	B3	2015
Estabelecimento de meta para produção científica docente e discente	Um artigo científico por semestre	2015 a 2019
Oferecimento de parcerias internacionais para alunos e professores da graduação e da pós-graduação	Integrar o Programa de Mobilidade Acadêmica com a Pós-Graduação das	2015 a 2019

	Instituições já conveniadas nos quatro países	
Criação de parcerias com ONGs para prática jurídica dos alunos nas temáticas do Observatório	Três parcerias	2016
Criação de projetos sociais com apoio de alunos da graduação e da pós-graduação, sob supervisão do Observatório (Ambiental, Diversidade, Inclusão e Idoso)	Dois projetos	2017 a 2019
Oferecimento e articulação de viagens de estudos dos alunos para outros países	Uma viagem anual	2015 a 2019
Captação de parcerias para o Mestrado	10 parcerias	2016 - 2019
Ampliar intercâmbios internacionais de docentes e de discentes da Pós-Graduação	03 parcerias	2016 a 2019
Criação de instrumentos para a atividade na Autoavaliação Institucional	Um instrumento com uma aplicação anual	2015
Criação do Regimento do Programa de Pós-Graduação <i>Stricto-Sensu</i> (nível mestrado)	Um documento	2016

6.2.3. Estratégia: Desenvolvimento da Pós-Graduação *Lato Sensu*

Ação	Meta	Prazo
Manutenção de oferta continuada dos cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> com demanda relevante	Manutenção de três cursos anuais	2015 a 2019
Aperfeiçoamento dos instrumentos voltados para a avaliação da qualidade dos cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	Criação de um formulário eletrônico p/avaliação docente e discente	2015
Fortalecer o vínculo entre Graduação e Pós-Graduação	Integração de atividades.	2015 a 2019

Criação e implementação de Cursos Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>) a partir das linhas de pesquisa Mestrado e do Observatório.	Pelo menos dois novos cursos	2016
---	------------------------------	------

6.2.4. Estratégia: Desenvolvimento da Extensão

Ação	Meta	Prazo
Uniformizar projetos e calendários para todos os anos de forma a estabelecer uma agenda passível de monitoramento	Criação de um formulário	2015
Criação de agenda anual de extensão universitária	Uma agenda	2015 a 2019
Criação de cadastro dos participantes com perfil e áreas de interesse	Ampliação do cadastro para público externo	2015
Articulação da extensão com a graduação e a pós-graduação, que possibilite o oferecimento de eventos, atividades à comunidade com a participação de professores e pesquisadores	Seminário Anual e a oferta de, no mínimo, dois programas de extensão de cunho social	2015 a 2019
Instituição de um grupo de professores para a criação de cursos de extensão com novas experiências pedagógicas com acompanhamento do NAP para futura aplicação no ensino em todos os níveis e modalidades da Faculdade	Um curso anual de extensão universitária de 16 horas	2015 a 2019
Implementação do sistema para o gerenciamento das informações e cadastro da extensão	Relatório e tabulação dos eventos	2015 a 2019
Criação e implementação de atividades em EaD com acompanhamento e avaliação do aproveitamento dos alunos para a qualificação institucional no EaD	Criar um formulário de avaliação	2015

Criação de instrumentos para esta atividade na Autoavaliação Institucional	Um instrumento	2015
Criação de eventos para a comunidade em geral sobre diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural sob o viés jurídico.	Ampliar as atividades de extensão existentes dirigidas a estes temas com um programa de palestras.	2015 a 2019

6.2.5. Estratégia: Desenvolvimento da Pesquisa

Ação	Meta	Prazo
Prospecção de subsídios governamentais e privados para pesquisa na área de conhecimento da faculdade, com pessoa qualificada para esta ação	01 programa por ano	2015 a 2019
Inventário da qualificação dos professores para pesquisa, para a produção docente e para a criação de novos produtos na extensão	Um programa de qualificação e avaliação para dez professores	2015
Estabelecimento de convênio para trazer professores visitantes de outros países (em associação com outras Faculdades e/ou órgão públicos, ONGs, empresas privadas e/ou filantrópicas)	Triannual	2017
Constituição de grupos temáticos nas áreas do Observatório: estímulo e apoio para participação (Ambiental, Diversidade, Inclusão e Idoso)	Quatro grupos	2016
Divulgação da produção docente e discente através de publicações, exposições, oficinas, seminários, palestras com livre acesso da comunidade	Um seminário com oficinas, anais	2015
Divulgação da produção docente e discente através de revista própria com classificação no Qualis-CAPES	Uma revista anual	2016

Divulgação da produção científica da Faculdade em revistas indexadas internacionalmente	Três artigos	2015 a 2019
Intermediação institucional para captação de recursos junto às agências financiadoras, aos órgãos públicos, ONGs, empresas privadas, etc	Um responsável e um projeto	2017
Articulação da Pesquisa e do Observatório e destes com a sociedade em geral	04 convênios c/ ONG ou IES	2015 a 2019
Criação de instrumentos para esta atividade na Autoavaliação Institucional	Um formulário virtual	2015
Criação de Pesquisas que contemplem a diversidade, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural	Um programa de pesquisa envolvendo mais pesquisas (Observatório da Violência.)	2015

6.3. Objetivo Estratégico: Qualificação dos Recursos Humanos

6.3.1. Estratégia: Qualificação do Corpo Docente

Ação	Meta	Prazo
Incentivo à produção científica e à difusão desta	Custeio parcial para participação em eventos científicos e concessão de horas para bolsistas	2015 a 2019
Articulação e intercâmbio com instituições estrangeiras para eventos comuns que possibilitem ao professor da Faculdade apresentar trabalhos no exterior e ao professor estrangeiro apresentar trabalhos na Faculdade	01 Seminário Internacional	2016
Aperfeiçoar o programa de acolhimento com atividades e responsáveis para/pelo professor	01 Programa	2015

estrangeiro		
Qualificação de Professores para EAD	01 programa anual	2015 a 2019
Qualificação de Tutores para EAD	01 programa anual	2015 a 2019
Capacitação docente e dos técnicos para o uso de novas tecnologias	01 Encontro anual	2015 a 2019
Promoção do conhecimento do Plano de Carreira	01 reunião de socialização	2015
Implementação de projeto de sensibilização e qualificação de docentes para atendimento de pessoas deficientes	01 programa de conscientização e formação	2015
Formação Continuada dos professores novos: Acolhimento e acompanhamento	01 programa (NAP)	2015 a 2019

6.3.2. Estratégia: Aperfeiçoamento do Corpo Técnico-Administrativo

Ação	Meta	Prazo
Qualificar funcionários para apoio na realização de projetos na área social	03 funcionários	2015 a 2019
Promoção do conhecimento do Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo	Reunião para Divulgação e encontros de integração para novos funcionários	2015
Qualificação de profissionais de apoio técnicos para o EaD	02 funcionários	2015
Qualificação de profissional para captação de recursos externos	01 Funcionário	2016
Identificação de profissionais para oferecimento de qualificação a curto, médio e longo prazo	Identificação de 2 funcionários para a ampliação do programa de	2015 a 2019

	incentivo	
Capacitação e qualificação de profissional para apoio no uso de novas tecnologias, integrando-o aos docentes que atuarão no uso de novas tecnologias	02 profissionais para orientação docente	2015
Implementação de projeto de sensibilização e qualificação dos técnico-administrativos para atendimento de pessoas deficientes	02 funcionários por ano por setor	2015

6.4. Objetivo Estratégico: Inserção e Desenvolvimento Social

6.4.1. Estratégia: Comunicação e Relação com a Comunidade/Sociedade

Ação	Meta	Prazo
Articulação dos programas institucionais de relacionamento com o público externo e interno	01 documento	2016
Divulgação de projetos, ações e resultados para a comunidade interna e externa	Relatório Anual de divulgação pelo site do planejamento e das ações desenvolvidas	2015 a 2019
Fortalecimento e aperfeiçoamento dos meios de comunicação institucionais para ampliação da interlocução com a comunidade interna e externa	Um jornal mensal impresso com a participação docente	2015 a 2019
Criação de rede de divulgação das pesquisas da Faculdade com ênfase na produção científica própria	Espaço no site para a apresentação da pesquisa e participação em eventos com vinculação ao currículo Lattes.	2016
Articulação dos veículos de comunicação institucional com a produção do Observatório da Violência	Uma publicação anual especial do Observatório	2015 a 2019
Criação de vídeos institucionais, instrucionais e publicitários com linguagem apropriada ao público	Um vídeo	2015 a 2019

destinatário		
Desenvolvimento de eventos para atendimento de necessidades regionais/nacionais	Sarau, Cinema e Direito, Desafios e Carreiras Jurídicas	2015 a 2019
Integração com os veículos de comunicação, através de convites dirigidos de acordo com os eventos oferecidos pela Faculdade	Uma palestra anual	2015 a 2019
Criação de Programa Permanente de Formação Política para a Comunidade	Um programa	2015
Criação de Projetos Integrados da pós-graduação, graduação e extensão para a comunidade	Uma Jornada Acadêmica e ou Iniciação Científica anual	2016
Integração e apoio com/para organizações/instituições públicas e privadas para desenvolvimento de projetos sociais	Um projeto	2016
Incentivo ao exercício de voluntariado: professores, alunos e corpo técnico-administrativo	Um programa	2016
Criação de espaço para o desenvolvimento sustentável com a criação de fóruns internos e externos para a busca de alternativas de desenvolvimento sustentável	Um projeto	2015
Criação de espaço para manifestações culturais com fóruns internos e externos para o desenvolvimento, a preservação e a produção de manifestações culturais e outras significativas para a comunidade regional, nacional	Um projeto	2015
Criação de Seminários Temáticos com extensão a todos eventos (um programa de solidariedade)	Um projeto para doação de alimentos não perecíveis.	2015

6.5. Objetivo Estratégico: Integração do Corpo Discente

6.5.1. Estratégia: Apoio às Atividades Estudantis

Ação	Meta	Prazo
Acolhimento do ingressante e do aluno não regular	Um programa semestral	2015 a 2019
Criação de espaço para manifestação do egresso em todos os níveis e modalidades	Um canal de comunicação	2015
Projeto de internacionalização que contemple o aluno da Faculdade e o aluno que é recepcionado pela Faculdade	Um programa	2015
Cadastro do aluno egresso para oferecimento de atividades da Faculdade e para a participação na autoavaliação institucional	Um programa	2015
Realização de contato com aluno evadido/não matriculado de forma sistematizada, criando relatórios para subsidiar tomadas de decisão	Um programa	2015
Acompanhamento e avaliação da repetência e da reprovação para oferecimento de eventos, cursos, oficinas para a superação da repetência e da reprovação	Um programa	2015
Criação de encontro anual, sistematizado, dos egressos, possibilitando que estes exponham suas experiências de inserção para ingressantes	Um evento anual	2015 a 2019
Ampliação dos espaços para estágios intermediados pela Faculdade	Dois locais por ano	2015 a 2019
Criação de espaço para a inserção de voluntariado para os egressos da Faculdade	Criação do Escritório Modelo	2015
Disponibilização dos <i>currícula vitae</i> fornecidos pelos diplomados para empresas e demais instituições através do <i>site</i> institucional	Criar espaço no site	2015

6.5.2. Estratégia: Apoio às Pessoas com Deficiência

Ação	Meta	Prazo
Criação de mecanismos de acessibilidade às pessoas deficientes da comunidade interna e externa nos eventos e atividades da Faculdade	Adequação dos espaços da instituição	2015 a 2019
Qualificação do quadro funcional para atendimento das pessoas deficientes	Uma atividade anual	2015 a 2019
Acompanhamento para a permanência da pessoa deficiente	Um Projeto	2015
Manutenção de espaço permanente para atendimento de alunos em suas reivindicações	Fortalecimento da ouvidoria e do NAP	2015 a 2019
Políticas institucionais para o apoio às pessoas deficientes	Um Projeto Institucional	2015

6.6. Cronograma de Implantação de novos cursos

6.6.1. Programação de oferta de novos cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia) presencial

A FMP não pretende solicitar a autorização para qualquer outro curso de graduação.

6.6.2. Programação de oferta de novos cursos de Pós-graduação Lato Sensu, na modalidade presencial

A FMP manterá a mesma oferta de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade presencial até o final deste PDI.

6.6.3. Programação de oferta de novos cursos de Pós-graduação Lato Sensu, na modalidade EaD

NOME DO CURSO	CHT	Vagas	Período	Periodicidade
Direito Social do Trabalho e da Seguridade Social	360	100	2019	Modular
Direito da Criança e do Adolescente	360	100	2019	Modular
Direito Digital	360	100	2019	Modular
Direito Desportivo	360	100	2019	Modular
Urbano Ambiental	360	100	2019	Modular
Direito do Consumidor	360	100	2019	Modular
Direito Público	360	100	2019	Modular

6.6.4. Programação de oferta de novos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*

Não está previsto novo curso de Mestrado ou curso de Doutorado no âmbito deste PDI.

6.7. Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas na graduação em Direito

O curso de bacharelado em Direito da FMP, atuando em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, têm como meta formar profissionais na diferentes áreas de Ciências Jurídicas, de forma humanista, crítica e reflexiva, com competência técnica, ética, política, social e educativa, aptos para inserção no mercado de trabalho e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

A formação humanista deverá estar privilegiada na organização curricular por meio de conteúdos que envolvam temas da Educação Ambiental, da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, Direitos Humanos e atividades que promovam a inclusão social e a difusão dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

A Política de Ensino proposta favorece a crítica e a reflexão ao trabalhar a aprendizagem, centrada no aluno, como protagonista principal do processo, tendo o professor como orientador/mediador. As habilidades e as competências, definidas nas DCN

de Direitos, orientam a organização no âmbito do PPC dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais a serem adquiridos pelo aprendiz. As atividades propostas buscam o “Aprender a Aprender”, e, portanto, amparam-se na análise crítica e reflexiva do conhecimento.

A competência técnica ampara-se no rigor científico, na fundamentação conceitual e na compreensão dos princípios éticos e sociais que devem orientar a tomada de qualquer decisão nas atividades profissionais. Nos PPC's, as atividades a serem desenvolvidas devem estar fundamentadas nos princípios acima definidos e claramente relacionadas com as habilidades e competências específicas previstas nas DCN de Direito e nas orientações da OAB.

6.7.1. Orientações para seleção de conteúdos e princípios metodológicos em função do perfil do egresso

Propor um perfil para egressos de um curso significa definir as competências do futuro profissional. É antever aquilo que o aluno será capaz de fazer ao concluir o curso. A adequada compreensão do perfil do egresso permitirá à instituição selecionar os conteúdos a serem trabalhados e as atividades a serem desenvolvidas, de forma que o estudante agregue as habilidades e competências profissionais definidas para o curso e que devem estar claramente explicitadas.

Diversos são os balizadores que as IES e os cursos podem lançar mão para inspirar a proposição das competências profissionais a serem estruturadas pelos processos de aprendizagem, vivenciados durante a formação. As Diretrizes Curriculares Nacionais devem ser consideradas, pois, primeiramente, porque constam no instrumento de avaliação de cursos como um dispositivo legal, ou seja, o Projeto Pedagógico do Curso deve atender ao disposto nas DCNs; segundo, porque o conteúdo das avaliações do ENADE cobra as competências definidas pelas DCNs.

Outros balizadores da definição de competências são as orientações e sugestões que constam nos documentos dos Conselhos Profissionais como, por exemplo, a OAB, para os cursos de Direito, o CONFEA para os cursos de Engenharia, entre outros. Embora as Instituições formadoras sejam autônomas em relação aos Conselhos Profissionais, as proposições e os indicativos, por eles feitos, devem ser analisados, uma vez que é nessa comunidade que o egresso da FMP vai se inserir.

E, há ainda a realidade local e regional, figurando como importante elemento de influência na estruturação das competências. Há de se identificar a especificidade da demanda local e regional para o curso como argumento de originalidade em relação à uniformidade decorrente das DCNs. Da mesma forma, as informações referentes a dados socioeconômicos e culturais oferecem pistas balizadoras de perfis profissionais pretendidos.

Ressalta-se que a aproximação de um curso da realidade local e regional e suas demandas deve ocorrer de modo a não perder a conexão com a universalidade da área do conhecimento.

Na FMP, na explicitação das competências do perfil profissional, são levados em consideração os aspectos a seguir:

- Clareza na formulação das competências, de modo a facilitar o entendimento da proposta;
- Exequibilidade, considerando a duração do curso e as condições institucionais;
- Interdependência e complementaridade entre competências;
- Clara associação com disciplinas e atividades de aprendizagem;
- Possibilidade de acompanhamento e avaliação;
- Factibilidade de observação de vivência pelos alunos.

Importa, ainda, destacar o que entendemos por competência no contexto deste documento.

A competência identificará aquilo que qualquer pessoa necessita responder aos problemas aos quais se depara ao longo da vida. Portanto, a competência consistirá na intervenção eficaz nos diferentes âmbitos da vida mediante ações nas quais se mobilizam, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, componentes atitudinais, procedimentais e conceituais. (ZABALA, A.; ARNAU, L., 2010, p. 37).

Assim, a importância da definição clara das competências do egresso deve-se ao fato de que elas refletem a qualificação profissional que pode ser adquirida ao longo do curso; o efetivo desempenho que o egresso pode atingir no que tange os conhecimentos, comportamentos e atitudes.

Pelo exposto acima o Projeto Pedagógico do Curso, quanto à seleção de conteúdos, contemplará a Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação acadêmica aplicável, atendendo as seguintes premissas:

- Possibilitar a interdisciplinaridade e a flexibilidade dos conteúdos.
- Possibilitar a construção do conhecimento pelo próprio aluno.
- Integrar as disciplinas teóricas com as práticas de maneira gradual, visto que o aluno precisa ter um conhecimento conceitual antecipado à prática.
- Construir os currículos com base na formação integral do ser humano, compreendendo as questões éticas, a dimensão social e a formação específica profissional.
- Integrar as temáticas e abordagens para a construção de processos significativos de aprendizagem;
- Desenvolver os currículos que possuam diferenciais na formação discente, e que contemplem as especificidades locais associadas ao empreendedorismo para o desenvolvimento regional.

6.7.2. Orientações sobre o processo de avaliação do ensino e da aprendizagem em disciplinas

Avaliação de Aprendizagem nas disciplinas obedece ao que estabelece o Regimento Geral no Art 165.

“Art. 165. Considerar-se-á aprovado na disciplina o aluno que tiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas dadas e obtiver nota de aproveitamento igual ou superior àquela constante em ato normativo específico.”

Ao não estabelecer valores numéricos para nota de aproveitamento a FMP assume que os objetivos de aprendizagem definirão os critérios de aprovação podendo ser exigido desempenho integral conforme ato normativo específico definido nos Planos de Ensino – Aprendizagem. A prática de avaliar perpassa todo o processo pedagógico ao iniciá-lo com a coleta das informações indispensáveis para conhecimento da realidade, durante a execução do trabalho, até a sua finalização. Portanto, não pode ser realizada em momentos estanques.

A prática docente, na FMP, deve-se direcionar na busca constante da efetivação da aprendizagem do educando. Essa ação favorece a formação de um tipo de ser humano contextualizado com a realidade atual. O fenômeno educativo é único em cada momento histórico e para cada indivíduo. Ele é pluridimensional, pois assume uma dimensão para cada contexto. Por isso, é preciso construir e reconstruir esse processo a todo tempo.

A reflexão da prática pedagógica constante, como acontece na FMP, provoca uma mudança na ação educativa e pode melhorar as condições do processo ensino-aprendizagem, uma vez que o educador se compromete com o aprendizado do educando. Conclui-se então que, a reflexão da ação pedagógica assim como a busca da fundamentação teórica e prática devem ser uma constante no trabalho do educador, para que o mesmo possa redimensionar a sua atuação na mira da melhoria do processo ensino-aprendizagem.

O processo de ensino-aprendizagem fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, os alunos passam à condição de sujeitos ativos desse processo, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de ensino voltadas à construção de competências vinculadas ao raciocínio e à reflexão crítica. O professor, por outro lado, passa a desempenhar o papel de incentivador, garantindo situações que estimulem a participação do aluno no ato de aprender e de orientador, auxiliando a construção do conhecimento.

6.7.3. Orientações para as Atividades Complementares

São consideradas atividades complementares as atividades de livre escolha dos acadêmicos atendidos os requisitos, com suas respectivas cargas horárias, expressos no Regulamento institucional bem como no Projeto Pedagógico do Curso.

Os estudantes deverão, ao longo dos dez semestres realizar atividades em três áreas quais sejam: pesquisa, ensino e extensão. Os alunos fazem o registro das Atividades Complementares mediante apresentação de documentos referentes, com carga horária explicitada.

As atividades complementares têm a seguintes finalidades:

- Enriquecer o processo ensino-aprendizagem.
- Complementar e sintonizar a proposta do curso às realidades emergentes.
- Ampliar os horizontes do conhecimento, bem como de sua prática para além da sala de aula.
- Abrir perspectivas nos contextos socioeconômico, técnico e cultural da área profissional escolhida.

- Ampliar, essencialmente, o conhecimento teórico/prático do acadêmico.
- Favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais.
- Favorecer e valorizar a iniciativa dos acadêmicos na construção de suas competências.
- Incentivar a iniciativa e o espírito empreendedor dos acadêmicos.
- Favorecer o desenvolvimento da competência de crítica e de iniciação à pesquisa.
- Ter uma ampla Formação Geral.

A FMP, na operacionalização da sua proposta pedagógica oferece ao estudante como atividade complementar, entre outros:

- Cursos de Extensão;
- Grupos de Estudo e Pesquisa;
- Projetos de Extensão;
- Projetos de Iniciação Científica;
- Oficinas;
- Jornadas Jurídicas.

6.7.4. Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O TCC é atividade obrigatória, previsto nas DCNs do curso de Direito, tendo como objetivo aferir o desempenho do estudante durante o curso e oportunizar o exercício da integração do conhecimento interdisciplinar adquirido, visando qualificar sua preparação à atuação concreta como operador de Direito, dentro das inúmeras opções que o mercado de trabalho oferece. Tal objetivo deve ser alcançado através de um trabalho monográfico, desenvolvido sob a orientação de um professor, devendo seu conteúdo harmonizar-se com

o Projeto Pedagógico e com os eixos de formação fundamental, profissional e prático, além das atividades complementares.

6.7.5. Orientações para Estágios

Os Estágios Supervisionados curriculares caracterizam-se por atividades práticas profissionalizantes, exercidas em situações reais de trabalho. Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do Estágio, prevista na matriz curricular do Curso, incluídas as horas destinadas ao planejamento, orientação e avaliação das atividades.

A avaliação do Estágio Supervisionado visa verificar se os objetivos propostos na elaboração do Plano de Estágio foram atingidos pelo acadêmico estagiário. Para tal, são propostos os protocolos de avaliação específicos, constantes do Regulamento de Estágio do curso de Direito.

Ao final do Estágio ou de cada uma de suas etapas, o aluno entregará ao orientador e/ou supervisor uma cópia de relatório circunstanciado, produzido conforme as normas definidas no Regulamento de Estágio do curso.

São critérios de avaliação dos Estágios:

- Domínio de conteúdos conceituais;
- Elaboração de relatórios ou estudo de casos;
- Conduta e postura no decorrer do Estágio (ética, entrosamento no local de trabalho, frequência e pontualidade);
- Cumprimento das normas de Estágio;
- Conduta técnica (iniciativa, atenção, capacidade de síntese, argumentação, habilidade, criatividade, comprometimento, desempenho);
- Responsabilidade frente ao trabalho e aos compromissos assumidos para a concretização do planejamento proposto;
- Avaliação do supervisor ou preceptor;

- Segurança ao ler e escrever;
- Interesse e dedicação; e,
- Dinâmica/criatividade.

6.7.6. Atividades de Pesquisa/iniciação científica e Pós-graduação

A discussão acadêmica propicia reflexões, cria novas definições e dinamiza conceitos que são disseminados em forma de eventos de extensão, publicações e outros meios, ampliando o conhecimento jurídico em diversos segmentos sociais e oportunizando maior qualidade na prestação jurisdicional.

O programa de pós-graduação e pesquisa deve desenvolver ações na perspectiva de atuar na interface da graduação com a pós-graduação, tendo como propósito fomentar diálogos entre os integrantes dos cursos e com isso romper o isolamento entre essas duas esferas, fomentando educação participativa e integrativa.

As pesquisas são de grande importância para a comunidade e devem buscar solução para problemas que afligem a sociedade atual.

Deverão ser estruturadas observando as seguintes linhas

- Efetividade dos Direitos Fundamentais
- Distorções da Globalização e Direito Privado
- Manifestações da Violência e Estrutura Social
- Relações entre o Direito, a cidadania e o acesso à Justiça.

São exemplos de pesquisa em andamento:

- O princípio da proporcionalidade em Direito Penal: a filtragem constitucional das leis penais extralimitadas.
- Direitos Humanos frente aos desafios contemporâneos: efetividade e universalidade.
- A violência intrafamiliar: um fenômeno interdisciplinar.

- Direitos Fundamentais, separação dos Poderes e Democracia.
- Bioética e Biodireito.
- Meio Ambiente e Direito.
- Direito Urbanístico.
- Justiça Restaurativa na Justiça Juvenil de Porto Alegre.
- Judicialização e ativismo judicial.
- A situação das mulheres privadas de liberdade.

6.4. Oportunidades Diferenciadas para Integralização dos Cursos

A flexibilidade curricular se reflete em diferentes perspectivas, mais particularmente na eliminação da rigidez estrutural das matrizes curriculares, mediante a redução dos pré-requisitos, considerando até que ponto eles constituem, de fato, e, em quais casos, um elemento indispensável ao desenvolvimento dos estudos, de forma a não impedir o movimento dinâmico do cumprimento do estabelecido no plano de execução curricular do curso.

A flexibilidade curricular permite que a Instituição acompanhe, de perto, as reais demandas do mercado e da sociedade, estruturando planos de curso vinculados à realidade do mundo do trabalho e, assim, alcançando um adequado perfil profissional de conclusão. Por outro lado, a flexibilidade garante oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos, possibilitando aos alunos a construção de uma trajetória autônoma.

Nesse sentido, as Atividades Complementares, prevista para o curso de bacharelado em Direito, além de constituírem importantes mecanismos a introduzir a flexibilidade, também proporcionam oportunidades diferenciadas, na medida em que permitem o reconhecimento de atividades enriquecedoras e complementadoras do perfil do egresso, realizadas pelos alunos, para a integralização de parcela da carga horária do curso.

Constitui ainda oportunidade diferenciada de integralização o avanço curricular do aluno que detiver, em determinada área do saber, um conhecimento extraordinário que deverá ser comprovado por meio de documentação comprobatória e de uma avaliação que abrangerá todos os conteúdos curriculares da disciplina, requerida e apreciada pela Banca de Avaliação de Aproveitamento Extraordinário de Disciplina, conforme definido no Regimento Geral da FMP.

6.5. Avanços Tecnológicos nos Processos de Ensino-Aprendizagem e AVA

A FMP disponibiliza, para seus docentes e discentes, ferramenta de Tecnologia da Informação que, entre outras facilidades:

- Possibilita que as atividades previstas e programadas pelos docentes sejam disponibilizadas com antecedência, de forma a otimizar os encontros entre docentes e discentes;
- Permite a inclusão de instrumentos diversos de aprendizagem, tais como artigos, links, vídeos, filmes, grupos de discussão;
- Facilita o desenvolvimento da autoaprendizagem;
- Permite o acompanhamento, pela Coordenação de Curso, de todas as atividades programadas e executadas;
- Possibilita atividades de recuperação de estudos e de Nivelamento; e,
- Possibilita o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos docentes.

A Ferramenta é disponibilizada para alunos e professores no site institucional, no ambiente *on-line*. Dentre os recursos disponibilizados podemos citar: atividades de aprendizagem, planos de ensino-aprendizagem, material de aula, avaliação/exercício, entrega de trabalhos, biblioteca virtual, avisos, debate(fórum), blog, documentos institucionais, notícias sobre eventos, entre outros.

6.6. Cumprimento da carga horária nas disciplinas dos cursos

A cada semestre, no planejamento inicial, serão verificadas pelo NDE e Colegiado de Curso as atividades a serem executadas (aulas teóricas, aulas práticas, estágios extracurriculares, TCC, e atividades complementares) e analisada a adequação das ementas e planos de ensino-aprendizagem. Caberá ao NDE realizar a constante adequação do Curso.

As disciplinas serão executadas, observando-se o que estabelece a Resolução CNE/CES n. 3, de 2 de julho de 2007, e envolverá Preleções e Aulas Expositivas (item I do Art. 2º) e Atividades Práticas Supervisionadas (item II do Art. 2º), conforme texto a seguir:

Resolução CNE/CES n. 3 de 02 de julho de 2007:

Art. 1º- *A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.*

§ 1º- *Além do que determina o caput, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.*

§ 2º- *A definição quantitativa em minutos do que consiste a hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.*

Art. 2º- *Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:*

I - preleções e aulas expositivas;

II - atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

6.6.1. Atividades Práticas Supervisionadas

As atividades práticas supervisionadas estarão descritas no plano de ensino-aprendizagem de cada disciplina, com informações da carga horária a ser trabalhada nessa

atividade. Os docentes disponibilizarão para os estudantes as atividades a serem realizadas e a data de entrega. Nesse processo:

- As atividades passadas para os estudantes são acompanhadas e orientadas pelos docentes das disciplinas;
- Os estudantes devem entregar comprovantes das atividades realizadas que podem ser entre outras: relatórios, uma resenha de texto, um trabalho escrito, um projeto, um relato de um filme, etc.
- As atividades valem uma determinada carga horária e pontuação na respectiva disciplina;
- As atividades serão supervisionadas.

7. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Instituído pela lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Por se tratar de uma lei federal, o SINAES representa uma política de Estado para a avaliação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, a orientar as políticas de governo para tal fim. Os princípios fundamentais do SINAES são:

- Responsabilidade social com a qualidade da Educação Superior;
- Reconhecimento da diversidade do sistema;
- Respeito à identidade, à missão e à história das Instituições;
- Globalidade, isto é, compreensão de que a Instituição deve ser avaliada, a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- Continuidade do processo avaliativo.

O SINAES integra modalidades de instrumentos de avaliação, a serem aplicados em diferentes momentos. Uma destas modalidades é a Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies), centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolvem em duas etapas principais:

- Autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de setembro de 2004;
- Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

A finalidade central do processo avaliativo na FMP é promover a realização autônoma do projeto institucional, de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social.

A autoavaliação é um processo global, no qual é analisado internamente o posicionamento atual da instituição, com vistas ao que se propõe a fazer, as metas de realização, e ainda, no que tange sua organização, administração e atitudes. Esse processo avaliativo busca sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro.

Para realizar este trabalho, a FMP conta com a Comissão Própria de Avaliação, formada por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, que tem por atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo MEC. É composta por 3 representantes docentes, 3 representantes discentes, 3 representantes do Corpo Técnico-Administrativo e 3 representantes da sociedade civil organizada.

Buscando tornar significativo o processo de autoavaliação institucional na Faculdade, a comissão continua focando as principais questões relativas a cada uma das dimensões a avaliar e lhe são atribuídas três grandes funções: diagnóstica, formativo-reflexiva e crítica e transformadora.

Concluído o diagnóstico, o processo avaliativo, por implicar julgamento de valor dos fatos e dados diagnosticados, deve garantir a participação da comunidade e a socialização das informações, assumindo funções: formativa e reflexiva.

A partir do diagnóstico e acompanhamento das atividades acontece o (re)planejamento de ações que são democratizadas e os rumos traçados pelo PDI consolidados, tendo em vista os seguintes compromissos:

- Construir e consolidar um padrão de relatório anual de desenvolvimento das atividades estratégicas de gestão da Faculdade.
- Acompanhar o desenvolvimento das proposições do PDI e definir ajustes devidos.
- Zelar pela busca incessante da excelência dos cursos, da pesquisa, da extensão e dos processos acadêmicos e administrativos institucionais.
- Incrementar políticas de aperfeiçoamento e atendimento das dimensões propostas pelo MEC, tendo como horizonte a qualidade de todos os processos institucionais.

7.1. Metodologia, Dimensões e Instrumentos utilizados no Processo de Autoavaliação

A **metodologia** utilizada no processo de autoavaliação segue as orientações gerais do SINAES, que prevê para avaliação interna, três etapas a serem desenvolvidas, a saber: **preparação, sensibilização, desenvolvimento, consolidação da avaliação, devolutivas dos resultados e acompanhamento das melhorias propostas.**

A autoavaliação da FMP é realizada utilizando-se do questionário *on line* como procedimento metodológico e contempla abordagem qualiquantitativa da avaliação.

As questões contidas na autoavaliação são propostas em conformidade com a Lei 10.861/2004 que definiu as dez dimensões institucionais para a avaliação das IES, contempladas no Roteiro de Autoavaliação Institucional, publicação da CONAES/INEP.

A autoavaliação na FMP obedece à seguinte lógica:

- Planejamento das atividades, sensibilização da comunidade para reflexão sobre o processo de autoavaliação pela CPA – Comissão Própria de Avaliação e equipe;
- Envolvimento dos funcionários de todos os setores na construção das dimensões a serem avaliadas;
- Participação ativa dos dirigentes da FMP em relação ao apoio institucional necessário à seriedade do processo;

- Processamento dos dados coletados por equipe especializada em assegurar a validade da informação;
- Utilização dos resultados na implementação de melhorias sinalizadas, sendo estas melhorias transformadas em ações a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional;
- Divulgação dos resultados por meio de ações da Comissão Própria de Avaliação.

Considerando os diversos atores da Instituição, o processo de Autoavaliação envolve:

7.1.1. Avaliação da Instituição pelos Discentes - Quesitos

- Desempenho docente;
- Desempenho do Tutor;
- Atuação do Coordenador;
- Atuação dos gestores da FMP;
- Serviços de Secretaria;
- Ferramentas de TI no processo de ensino – aprendizagem;
- Atividades complementares oferecidas pela instituição;
- Infraestrutura de laboratório;
- Infraestrutura, acervo e serviços da Biblioteca;
- Serviços gerais, limpeza, segurança.

7.1.2. Avaliação do Desempenho dos Alunos nas Atividades de Ensino e de Aprendizagem **Quesitos**

- Disciplinas;
- Estágio;

- Atividades Complementares;
- TCC;
- Participação em eventos;
- Participação em projetos de Pesquisa/Iniciação Científica, e
- Participação em projetos e atividades de Extensão.

7.1.3. Avaliação Docente sobre a Instituição e sobre o Corpo Discente - Quesitos

- Atuação do Coordenador de Curso;
- Participação dos alunos na disciplina e nas diversas atividades referentes ao Curso e à Instituição;
- Serviços de Assessoria Acadêmica e Registro Acadêmico;
- Laboratórios;
- Biblioteca (inclusive acervo);
- Orientação Pedagógica;
- Infraestrutura.

7.1.4. Avaliação Institucional sob a Ótica do Egresso

Para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto geral e ética, é realizada pesquisa no momento da conclusão do curso, quando estão aptos a fornecer informações sobre a satisfação das necessidades, expectativas e desejos em relação à promessa realizada pela Instituição sobre a prestação de serviços contratados. A pesquisa é realizada por questionários *on line*, com abordagem quali-quantitativa.

A análise dos dados e das informações fornecidos pelos egressos e pela comunidade externa serão considerados para a revisão dos planos e programas da Instituição, com vistas à atualização dos cursos, bem como a antecipação de tendências das carreiras profissionais.

7.1.5. Avaliação dos Sistemas e Processos Administrativos

A avaliação dos sistemas e processos administrativos visa à melhoria do atendimento acadêmico, pedagógico e administrativo da Instituição, com estratégias para seu planejamento, operacionalização e viabilização.

No instrumento, tanto dos discentes quanto dos docentes, aferem-se os processos administrativos diretamente envolvidos com estes segmentos do corpo social da FMP.

Aprovado, o PDI passa a ser o documento de referência para a gestão da FMP. Periodicamente, os responsáveis designados para as diversas ações programadas, seguindo o princípio da gestão por resultados, comparecerão frente à CPA, ao Diretor e aos demais órgãos gestores para a avaliação dos resultados alcançados e definição de novas ações.

7.2. Participação da Comunidade Acadêmica, Técnico-administrativos no Processo de Autoavaliação Institucional

Como um processo contínuo, democrático e de caráter participativo a Avaliação Institucional envolve todos os segmentos da Comunidade Acadêmica (docente, discente, técnico-administrativo) e representantes de segmentos da comunidade externa. Todos são responsáveis pela condução do processo, ora participando das discussões, estudos, construção de materiais e instrumentos, ora avaliando e sendo avaliados.

7.3. Resultados das Avaliações

7.3.1. Apuração e Análise dos Dados

Depois de obtidos os dados das dimensões avaliadas, a CPA efetua uma primeira análise e emite relatório analítico sobre a etapa cumprida. Com base nesse relatório, é desenvolvido um fórum de discussão com as partes envolvidas, no aprofundamento da análise, identificando causas, efeitos e propostas de melhorias (quando for o caso), gerando um relatório final da etapa a ser encaminhado à Diretoria, com sugestões de atividades e ajustes a serem implementados.

7.3.2. Utilização dos Resultados das Avaliações

Os relatórios, contendo os resultados e diagnósticos apresentados nas avaliações, servem de referência para a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional, a definição de programas e projetos que embasarão novos procedimentos de gestão administrativa e de ensino-aprendizagem. Também são utilizados na orientação dos Planos de Ensino-aprendizagem e de cursos e discutidos com os parceiros institucionais, objetivando atualizá-los a partir da troca de informações e experiências vivenciadas no mundo do trabalho.

Todos os procedimentos envolvidos no processo de Autoavaliação Institucional são imparciais e tratados com critérios éticos.

7.3.3. Divulgação dos Resultados

Os relatórios de CPA, bem como as ações sugeridas e as ações desenvolvidas, são divulgados à comunidade acadêmica e no site institucional.

O relatório da autoavaliação é informado anualmente ao MEC, na data determinada, e aos gestores acadêmicos através de reuniões para esta finalidade, além da publicação do relatório de avaliação no *site* institucional (<http://www.fmp.com.br/faculdade/a-faculdade-de-direito/avaliacao-institucional/2/>), onde alunos e professores podem acessar os relatórios dos últimos 04 anos. Não menos importante, são os momentos de exposição sobre os resultados através de palestras, cartazes e outros meios que vêm se consolidando

na Instituição demonstrando a assunção da avaliação institucional como espaço de reflexão sobre o cumprimento das finalidades institucionais, à luz de sua Missão.

7.4. Etapas do Processo de Autoavaliação

7.4.1. Planejamento e Preparação Coletiva

O objetivo dessa etapa é planejar a Autoavaliação, estimular e envolver os atores no processo. Esta etapa prevê as seguintes ações:

- Reuniões da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com a função de coordenar e articular o processo de autoavaliação;
- Planejamento da autoavaliação, com a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma;
- Sensibilização da Comunidade Acadêmica, buscando o envolvimento com o processo.

7.4.2. Desenvolvimento do Projeto Proposto

O objetivo desta etapa é a concretização das atividades que foram programadas na proposta de autoavaliação. Esta etapa prevê as seguintes ações:

- Aplicação dos instrumentos de avaliação;
- Definição da metodologia de análise e interpretação de dados;
- Elaboração dos relatórios de avaliação.

7.4.3. Consolidação do Processo e Programação de Redirecionamento

O objetivo desta etapa é o de incorporar os resultados encontrados na avaliação e buscar, por meio destes, a melhoria da qualidade na FMP. As ações previstas nesta etapa são:

- Organização das discussões dos resultados obtidos nos processos avaliativos (inclui ENADE e Exame de Ordem);
- Divulgação para a comunidade dos resultados obtidos;

- Planejamento da aplicação dos resultados, visando ao saneamento das deficiências encontradas.

7.5. Monitoramento e Revisão do PDI

A revisão do PDI será feita anualmente. De posse das análises relativas ao andamento das atividades previstas no Plano de Metas e Ações e subsidiados ainda por sugestões da comunidade (Ouvidoria e CPA), discutem-se a respeito de possíveis revisões ao PDI. Nesse aspecto, as seguintes decisões poderão ser tomadas:

- Modificações no ritmo (cronograma), no grau de expectativas (resultados), no orçamento ou na equipe de desenvolvimento;
- Suspensão de projetos tornados inviáveis, inaplicáveis ou desnecessários;
- Ingresso de ações emergentes ou potencializadas, por meio da formulação de projetos adicionais.

A revisão proposta é submetida à aprovação do Colegiado Superior, para ser divulgada à comunidade.

8. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1. Estratégias e meios para comunicação externa

A Assessoria de Comunicação atua nas áreas de jornalismo, relações públicas e publicidade e propaganda. Produz conteúdo para os diferentes veículos de comunicação da FMP, tais como: *Site*, Blog, Jornal, página no *Facebook* e perfil no *Twitter*. Atua, também, na busca de espaços de mídia espontânea na imprensa (mídias impressa, digital, rádio e TV), sendo que em 2014, a FMP foi citada nos veículos de comunicação (sem custo para a instituição) 225 vezes, 131,81% a mais do que o ano anterior, não se contabilizando neste total eventuais publicações em jornais do interior do RS e de outros estados nem as entrevistas em rádio e TV, sendo relacionada a 110 assuntos. A área de jornalismo realizou, em 2014, o Projeto FMP na Imprensa, distribuindo material dirigido a jornalistas com a intenção de auxiliá-los na elaboração das reportagens. Trata-se do Guia de Fontes Jurídicas no qual relacionamos professores da FMP entre as variadas áreas do Direito. A iniciativa foi muito bem recebida pela imprensa gaúcha e a quantidade de publicações e demandas com solicitações de fontes para entrevistas vêm aumentando. Dentro do Projeto FMP na Imprensa, foi realizado também um workshop dirigido a jornalistas e estudantes de jornalismo com o intuito de qualificá-los para um melhor entendimento sobre o sistema judicial. O evento contou com a participação de 44 pessoas e terá edições anuais.

- **Estratégias e meios para a comunicação interna**

Fruto dos processos avaliativos, previstos no PDI, a FMP construiu e passou a contar com estratégias e meios atualizados de comunicação interna, com a seguinte descrição:

Setor de Endomarketing: Fonte formal de informação Institucional. Atua com o objetivo de garantir o conhecimento de todos os colaboradores com relação ao que acontece internamente, sejam eventos, celebrações, integrações, mudanças, conquistas, novidades e etc. O setor também tem a missão de motivar e engajar os colaboradores, nas ações e

campanhas propostas, além de reforçar os norteadores estratégicos e disseminar a cultura organizacional com a finalidade de fortalecer a parceria entre Instituição e colaborador.

As ferramentas de uso do Endomarketing são:

- **E-mail Institucional** – endomarketing@fmp.com.br: Utilizado para a comunicação formal dos acontecimentos internos. É o meio que atinge a maioria do nosso público interno (Administrativo e Docente), com exceção da equipe de Infraestrutura. Para compensar esse déficit, recorre-se aos outros recursos para diálogo com eles, como por exemplo, aplicativo instantâneo de bate-papo – WhatsApp; cartazes e reuniões com a equipe.
- **Fique Ligado**: Informativo digital, enviado por e-mail, semanalmente, e que contém os principais acontecimentos que já ocorreram ou que estão por vir.
- **WhatsApp Institucional FMP**: Grupo para todos os colaboradores no aplicativo instantâneo de bate-papo. Participar do grupo é opcional e a ferramenta é utilizada como complemento dos anúncios e comunicados enviados por e-mail, além de ser um recurso para diálogos momentâneos.
- **Skype**: Ferramenta corporativa de mensagens instantâneas, implantada recentemente.
- **Você Pediu, FMP Atendeu**: Campanha específica para dar retorno quanto as solicitações ou sugestões feitas pelos colaboradores, através das pesquisas de satisfação ou do Canal Aberto. O material é enviado por e-mail e WhatsApp.
- **Murais**: Espaço físico para reforçar os anúncios, comunicados, ações e campanhas.

Reuniões de Área e Setoriais: Reuniões periódicas entre líder e equipe, para atualizações sobre a Instituição, definições e acompanhamentos específicos da Área/Setor.

Avaliação de Desempenho: Reunião, anual, entre líder e liderado para feedback de desempenho, além de uma espaço aberto para ouvir e falar, fazer avaliação e verificação

sobre as expectativas da Instituição e Líder sobre o profissional, assim como do colaborador com relação a sua liderança e sobre a FMP.

Anúncios nas Confraternizações Mensais e na Festa de Final de Ano: Utiliza-se um espaço nestes eventos para anúncios advindos da Alta Gestão (Presidência e Diretoria) e/ou Gestão de Pessoas. Os temas são variados, de acordo com a necessidade do momento, porém costuma ser um bom recurso de contato com os colaboradores, de maneira mais calorosa e descontraída.

Reuniões “surpresa” para anúncios: Acontecem esporadicamente, com assuntos diversos e comunicação espontânea. Utilizado pela Alta Gestão (Presidência e Diretoria) e/ou Gestão de Pessoas, de acordo com a necessidade.

Café com o Presidente: Um evento em formato de café da manhã, em que o Presidente compartilha as informações da sua gestão como, por exemplo, as metas corporativas, valorizando missão, visão e valores da Instituição.

Vídeo de prestação de contas da Gestão: Ocorre, geralmente, no início do ano, onde o Presidente reúne os colaboradores e apresenta a prestação de contas da gestão, informado os resultados financeiros e os principais itens de evolução da Gestão.

Feed Coffee: Uma iniciativa que está sendo testada há alguns meses, pela Área de Gestão de Pessoas para, futuramente, ser um novo formato de acompanhamento e feedback. Consiste em pequenas reuniões mensais, líder e liderado se encontram para tomar um café e trocar feedback, fazer alinhamentos e acompanhamentos.

Ressaltamos que estes canais de comunicação são usados igualmente como recursos para expor más notícias. Como exemplo, citamos: informações sobre desconto de contribuições do sindicato; anúncio sobre falecimento de familiares dos colaboradores; anúncio de rescisões; anúncios sobre obras/reformas na copa ou banheiro, impossibilitando o uso; etc.

Estimulamos a comunicação transparente e próxima, tanto Instituição para colaborador, quanto colaborador para Instituição. São vários os canais disponíveis para que isso aconteça, também considerando as vias formais e as informais. Elencamos, principalmente, os recursos a seguir:

- **Canal Aberto FMP:** Ferramenta Institucional, online, para que qualquer colaborador possa dar sugestões de melhorias, ideias inovadoras ou elogios à FMP. O recurso possibilita que as demandas reportadas sejam anônimas ou identificadas, para que se tenha um retorno direto. É possível acessá-la na Instituição, através dos *totens*, de casa ou em qualquer lugar que possua internet. Através do Canal Aberto recebemos solicitações diversas, que podem ser atendidas ou não. Todas são avaliadas pela Gestão de Pessoas, que encaminha para o Setor envolvido para providências, quando necessário.
- **Pesquisa de Satisfação:** Após os eventos realizados para colaboradores, na FMP, disponibilizamos uma pesquisa de satisfação, para que os colaboradores possam opinar sobre a qualidade do evento e fazer sugestões de melhoria. Os resultados são encaminhados para a Alta Gestão e Lideranças das Áreas envolvidas.
- **Reuniões de Área e Setoriais:** Estas reuniões funcionam como um momento de fala e escuta entre líder e equipe, um espaço aberto para dar voz aos colaboradores. Além disto, nesta ocasião também são colhidas questões para o evento Café com Presidente.
- **Avaliação de Desempenho:** Espaço aberto para ouvir e falar entre colaborador e liderança.
- **Café com o Presidente:** evento de aproximação entre Presidência e colaboradores, para perguntas e respostas.
- **Pesquisa de Clima GPTW:** Desde 2016, a FMP participa da pesquisa, e o conteúdo levantado através dela é muito rico. Os profissionais sentem-se seguros e à vontade para expor sua opinião, seja positiva ou negativa.

- **Gestão de Pessoas:** Os colaboradores sentem-se à vontade para recorrer à Área para dar ideias, fazer solicitações e sugestões. Acreditamos que o contato próximo estimula o vínculo forte e um bom clima interno. Muito dos itens que foram expostos nesses encontros já foram atendidos, como: Plano de Saúde estendido aos familiares, Convênio Farmácia, FMP Fitness (reembolso de 80% do investimento em práticas de atividades físicas), Programa de Incentivo Educacional Ensino Fundamental e Médio, bem como melhoria dos eventos de confraternizações.
- **Líderes:** Os Gestores, Supervisores e Coordenadores também tem a missão de ser um canal para ouvir os colaboradores. Acreditamos que o vínculo entre os profissionais com sua liderança é essencial para a comunicação transparente e para o bom clima interno, exercendo essa função de forma natural, humana e direta, propiciando que seja visto com esse papel.

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA

A Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público está situada no centro histórico de Porto Alegre, em edifício comercial ocupando 8 andares, sendo 2 dos andares em processo de reforma dentro do plano de expansão da faculdade. A parte administrativa está localizada no 5º, 6º e 9º andares. Nos demais andares encontram-se as salas de aula, salas de professores, sala de professores em tempo integral, auditório, laboratórios de informática, núcleo de prática jurídica, escritório modelo, sala de ouvidoria, sala para CPA e NDE, salas de estudos em grupo e individuais, estúdio de gravação para o NEAD e biblioteca.

9.1. Infraestrutura Geral

Desde o ano de 2012, a Faculdade conta com o setor de Logística, cuja finalidade é coordenar a infraestrutura e a aquisição de materiais para viabilizar o atendimento das atividades acadêmicas, tais como cursos, confraternizações, eventos, recepção aos vestibulandos, recepção aos calouros, reuniões, feiras escolares, formaturas, reuniões dos colegiados, coquetéis, compra de passagens, hospedagem e traslados de todos os eventos da Faculdade através de recursos de apoio a eventos, recursos operacionais, infraestrutura, serviço de recepção, dentre outras demandas.

A infraestrutura física atual da FMP para atendimento de suas atividades é a seguinte:

Ambientes	Quantidade
Salas de aula	16
Auditórios	02
Salas de estudos	08
Sala de descanso para técnico-administrativos	01
Sala de pesquisa e monitoria	01

Sala para Prática Jurídica	01
Ambientes de convivência com cantina	02
Laboratório de informática	01
Sala para os professores, equipada com frigobar, máquina de café e computadores conectados na rede	01
Salas para reuniões	02
Banheiros	14
Sala para a Coordenação de Curso de Graduação, Pós-Graduação, Núcleo de EaD e Núcleo de Prática Jurídica	01
Sala Direção da Faculdade	01
Sala Presidência da FMP	01
Sala para o Núcleo de Apoio Psicopedagógico	01
Sala Secretaria Geral	01
Salas para Atendimento ao Aluno	04
Sala para o setor Financeiro	01
Sala para o setor de Tecnologia da Informação	01
Ambientes setores Administrativos (capac. 16 pessoas)	04 ilhas
Ambientes setores Administrativos	02
Recepções	02
Depósito de materiais	07
Arquivos para documentos	01
Sala para CPA e NDE	1
Núcleo de Prática Jurídica – Escritório Modelo	1
Biblioteca	01
Salas de estudos em grupo	03
Sala de estudo individual (25 cabines)	01
Ouvidoria	01
Salas Docentes em Tempo Integral	04

Estúdio de Corte e Edição	01
Salas de gravação de Vídeo-Aulas	02

9.2. Laboratórios

A Faculdade conta com Laboratórios que atendem aos cursos de graduação e pós-graduação, com o objetivo de dinamizar e qualificar as práticas acadêmicas.

A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação), plano de atualização e normas de segurança.

Laboratório de Iniciação Científica (LIC)

Destinado às atividades de iniciação à pesquisa, este laboratório seleciona semestralmente, através de Edital, estudantes para desenvolverem a iniciação à pesquisa. O LIC tem como a finalidade promover e incentivar a cultura de investigação e pesquisa científica dos estudantes de graduação, por intermédio da organização e acompanhamento acadêmico de atividades de pesquisa individuais, e outras iniciativas de estímulo à produção científica. O trabalho é realizado nas linhas de pesquisa definidas pela instituição, acompanhada por um professor, considerando o interesse e área de atuação acadêmica e de pesquisa docente, quando for o caso.

Os encontros para desenvolvimento das atividades de pesquisa são organizados pelos docentes responsáveis e cadastrados pelo edital, podendo ser presencial ou virtual. As salas de atendimento, pesquisa e estudos, estão equipadas com mobiliário adequado (cadeiras, mesas, armário de apoio), televisão e computadores.

O LIC apresentou, em 2017, o envolvimento de 62 alunos no primeiro semestre e 42 no segundo semestre. O objetivo da instituição é envolver um número maior de acadêmicos

nas atividades de pesquisa, para que, além de incentivar a pesquisa e o desenvolvimento acadêmico, a produção científica consistente seja o resultado dessa atividade, culminando com o aumento dos grupos de pesquisa e apresentações no salão de iniciação científica.

Laboratório de Ensino

O Laboratório de Ensino é uma inovação na Faculdade. Dentre suas finalidades, destaca-se o espaço de estudo para estudantes apoiado por monitores e professores. A criação deste Laboratório tem sua origem na Avaliação Institucional, que constatou problemas de aprendizagem nos dois primeiros semestres do curso. A partir desta constatação, foi elaborado o Projeto de Laboratório de Ensino que oferece apoio didático pedagógico para superação de deficiências de aprendizagem, além do atendimento dos alunos que necessitam de atendimento especial, através de professores e profissionais qualificados.

O Programa da Inovação Tecnológica institucional acrescentou novas atividades para o Laboratório de Ensino, que apoia, também, professores no uso da tecnologia da comunicação em disciplinas específicas, bem como na criação de um Banco de Dados e na inclusão da tecnologia móvel em atividades específicas do programa de ensino, favorecendo o uso da tecnologia móvel (*tablet*) que possibilita a atualização semestral de arquivos e programas que são disponibilizados aos estudantes.

Os monitores que atuam no Laboratório de Ensino são selecionados, através de Edital, pelos professores mediante entrevista com apoio do NAP. Para candidatar-se à monitoria o estudante deve comprovar bom rendimento escolar. Os monitores selecionados recebem créditos em contrapartida às atividades realizadas junto aos professores e ao Laboratório de Ensino. Além do estudo é um local de preparo de materiais como apoio à ação educativa e oferecimento de atividades de nivelamento, com apoio docente e monitorias. O Laboratório de Ensino ocorre na sala de multiuso, dividindo-a com a CPA e o NDE, contando, ainda, com duas salas menores de apoio que possibilitam acesso direto à

Biblioteca, para a consulta de matérias referentes às disciplinas e aos livros da bibliografia básica.

Laboratório de Informática

A proposta do Laboratório de Informática é oferecer aos professores e acadêmicos infraestrutura e suporte de informática para pesquisa e práticas no contexto das disciplinas da matriz curricular da instituição.

O Laboratório de Informática é de natureza instrumental, destinando-se, prioritariamente, ao desenvolvimento de atividades curriculares a todos os alunos. Está equipado com computadores e softwares necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, ligados em rede com acesso à Internet, usada como forma de maximizar o acesso à informação para fins de pesquisa acadêmica e uso de correio eletrônico (e-mail) para envio e recebimento de trabalhos acadêmicos. Os equipamentos do laboratório estão à disposição dos acadêmicos exclusivamente para fins de ensino e aprendizagem.

Localizado no 7º andar do prédio, em área de 49 m², conta com equipamentos de informática atualizados, com serviço de manutenção e segurança, além de infraestrutura adequada para o atendimento aos alunos, apresentando:

- 23 classes de estudo com cadeiras;
- 24 computadores desktop com Processador i3, 4GB RAM, HD 500 GB, teclados e mouses
- 23 monitores;
- 1 impressora PB;
- 1 mesa estação de trabalho com 1 cadeira;
- 2 armários;
- 1 mesa de professor;
- 1 lousa Branca.

9.3. Estrutura de Tecnologia de Informação

A infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) está adequada ao atendimento das demandas da Instituição, destacando-se os seguintes recursos: Salas de Aula com Computador com acesso a Internet, *Data Show*, Sonorização, Climatização, conjunto de tomadas elétricas, acesso a Internet, oferecida aos acadêmicos através de rede Wi-Fi.

A instituição também oferece Salas de Atendimento, usadas pelos Monitores do Laboratório de Ensino, proporcionando espaços para a qualificação das atividades de ensino com tecnologia adequada às demandas, além de gabinetes e salas para o desenvolvimento de pesquisas, atendimento de alunos e monitoria.

A Instituição possui cobertura de rede Wi-Fi em todas as suas dependências, que possibilita aos acadêmicos, além do acesso a Internet, o acesso ao Sistema de Gestão Acadêmica, através do Portal do Aluno. O Portal oferece serviços, tais como: consulta e alteração de dados cadastrais, 2ª via de boletos, emissão de comprovantes, matrícula e rematrícula e verificação de pré-requisitos e conflitos de horários, horário das aulas, conteúdos e programas das aulas, frequência, boletim e histórico escolar, *download* de materiais, agenda, avisos, protocolo, etc.

Foi reestruturado a partir de 2014 e início de 2015, a área de EaD da instituição, com a implantação/adequação de duas salas de aula, específicas para este fim. Também foi implantado um novo Servidor dedicado para a Plataforma Moodle, bem como dois servidores de *Streaming* de Vídeo, uma Sala de Controle e Corte.

A partir de 2014, entrou em operação na sua totalidade o Novo *Data Center* da FMP, conforme abaixo:

- 04 Servidores Principais, IBM 3540, Dual Processador XEON, Quadicore, 32 GB e 40 GB de Memória RAM;
- 02 Servidores HP Proliante, XEON, Quadicore, 16 GB RAM;
- 02 Servidores Dell, XEON, Quadicore, 16 GB RAM;
- 01 Storage IBM com capacidade de 14 TeraB;
- Sistema de Gestão Acadêmica GVCollege;

- Sistema de Ensino a Distância Moodle com Sistema Operacional Linux;
- 22 Servidores Virtualizados com Sistema Operacional VMWare / Windows.
- 01 No-Break de 6 kVA e 01 No-Break de 3 KVA

Em 2016, foi totalmente reestruturada a Rede Lógica da Instituição, com a substituição da Switch Principal e os principais Switchs departamentais, com velocidade GigaBit, além de um BackBone em GigaBit. A Rede Wi-Fi foi reestruturada com a substituição de 13 *Access Point* e implantação de Switch/Sistema de Gerenciamento Wi-Fi, foi implantado novo Firewall, Sistema Anti-Virus e Anti-Spam.

Para o atendimento das novas demandas em termos de TIC, foi necessária uma ampliação dos Links de Internet, conforme descrito abaixo:

- Link de 70 Mb Dedicado via fibra (FullDuplex) Rede Administrativa e Portais;
- Link de 50 Mb Dedicado via radio (FullDuplex)
- Link de 120Mb (ADSL) Backup EAD

Obs.: Os referidos Links estão configurados em LoadBalance, proporcionando aumento de performance e segurança da rede.

Atualmente a Faculdade conta com:

- Um total 173 microcomputadores, além de notebooks, com sistema operacional Windows, todos devidamente licenciados;
- 20 impressoras;
- Sistemas operacionais das estações de trabalho Microsoft Windows 7 Professional e Windows 10 Professional, servidores Windows Server 2012 e LINUX e VMWare para Servidores;
- Bancos de dados da Microsoft SQL Server e MYSQL (livre).
- Suíte de Trabalho Microsoft Office versão 2013.
- Na Assessoria de Comunicação Social são utilizadas as suíte Adobe Creative Cloud, além de um conjunto de ferramentas livres.

Em 2018 a instituição optou por contratar 5 servidores Windows Server 2014 R2 na nuvem hospedados na empresa Primus Soluções em Tecnologia da Informação Ltda, migrando os principais servidores que estavam em operação local. A computação nas nuvens ou Cloud Computing, é o conceito de transferir a responsabilidade de processamento e armazenamento a um datacenter, disponibilizando as aplicações e sistemas na internet para serem acessadas de qualquer lugar. O cliente passa a utilizar uma estrutura redundante, com equipamentos e soluções de alta qualidade, monitorada e gerenciada 24h por dia. Essa solução proporciona segurança, disponibilidade, desempenho e também reduz custos.

9.4. Tecnologias de informação e Comunicação no Processo Ensino-Aprendizagem / TICs

Em função da crescente integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aos processos de comunicação e educação, torna-se necessária a concepção de novas formas de organização e oferta do ensino. A adoção destas novas tecnologias tem se caracterizado por vários fatores, tais como: facilidade de acesso às informações, flexibilidade de como apresentá-las, suporte teórico armazenado e à disposição, entre outras. O uso dessas novas tecnologias se tornou uma realidade em sala de aula permitindo ser apoio à realização de um projeto educacional onde a FMP lança desafios, propõe objetivos para qualificar a estrutura curricular e enriquecer a formação do seu acadêmico.

A Faculdade oferece atualização permanente dos professores para a incorporação das novas tecnologias e para a disponibilização de material de apoio (indicação de leitura digital, comunicação com os alunos, etc.).

Importante ressaltar que há monitores para apoiar os professores na criação de Banco de Dados e a inclusão da tecnologia móvel em atividades específicas do programa de ensino.

Esta tecnologia deu início ao Programa da Inovação Tecnológica, que discute a socialização das informações e a construção do conhecimento a partir das inovações

tecnológicas. A Faculdade, semestralmente, disponibiliza e atualiza os arquivos e programas de uso dos estudantes e dos professores através de recursos tecnológicos oferecidos.

Foram desenvolvidos pela Instituição os Programas:

- *FMP DOBLE*: destinados aos acadêmicos do 1º e 2º semestre, que proporciona a visualização, via EaD, de um conjunto de aulas, que são gravadas ao longo do semestre. As aulas consideradas fundamentais ficam disponíveis aos acadêmicos. Com isso, os ingressantes têm a oportunidade de rever as principais aulas de seus semestres, gratuitamente, por meio da tecnologia da informação, solidificando seu conhecimento e o apreço pelo curso;
- *FMP GOLD*: destinado a todos os alunos da instituição, proporciona a visualização, via EaD, das atividades de extensão ocorridas, tais como: Palestras, Cursos, Simpósios, etc. Estas atividades são gravadas e disponibilizadas gratuitamente durante todo o curso, para acesso ilimitado pelos acadêmicos em horários extraclasse;
- *FMP PLUS*: destinado aos acadêmicos do 3º ao 10º semestre, proporciona aos alunos a visualização de 42 aulas, a sua escolha, via EAD, dos Cursos Preparatórios às Carreiras Jurídicas oferecidos pela FMP. Trata-se de relevante instrumento de reforço e nivelamento aos acadêmicos, que podem rever conteúdos, elidir dúvidas, fixar e revisar conhecimentos.

A FMP utiliza o *moodle*, como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que além de propiciar hospedagem e fácil compartilhamento de praticamente todos os tipos predominantes de mídias, proporciona também elementos facilitadores de atividades síncronas e assíncronas, incluindo-se espaços para chat e fórum, wikis, calendários personalizáveis, exercícios de autocorreção, espaços para atividades escritas, criação de blogs e diários de bordo diversos, bem como de controle de atividades realizadas no ambiente e de entregas de trabalhos.

9.5. Biblioteca

A Biblioteca da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público foi fundada em agosto de 2002 pela Mantenedora, que a cedeu para a Faculdade por ocasião do seu credenciamento.

A Biblioteca é importante órgão de apoio acadêmico aos docentes, acadêmicos, visitantes, colaboradores da instituição, bem como aos membros da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

A Biblioteca foi ampliada recentemente e conta com um espaço aconchegante, com mesas para leituras no próprio acervo, acomodando dois leitores em cada mesa. Ao todo são 08 mesas com acesso à cadeirantes, inclusive.

Possui uma ampla sala para estudo individual com 25 estações de estudos, equipadas para uso de notebooks. Esta sala é bem reservada e muito utilizada em época de provas e trabalhos, devido ao silêncio que ela proporciona. Além destes locais destinados aos leitores, também temos um espaço amplo e adequado para o acervo e o atendimento dos usuários.

A atualização do acervo acontece periodicamente, com aquisição de novos exemplares semestralmente. Salienta-se que, além da quantidade, o acervo é de expressiva qualidade.

Como a biblioteca foi um setor planejado na reforma do andar, ela está condizente com as necessidades dos usuários de um centro de informação. A iluminação foi projetada conforme a distribuição das estantes; as janelas próximas às estantes têm cortinas blecaute. A ventilação é distribuída por ar-condicional central e também com dois splits no acervo e um na sala de estudo individual. A acústica é boa na maioria da Biblioteca, exceto nas primeiras 4 mesas de leitura que fica no acervo próximo ao balcão de atendimento, uma vez que nosso acervo é de acesso aberto.

A missão da Biblioteca é promover o acesso, a disseminação e o uso da informação como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a evolução e a construção do conhecimento, de forma ágil e qualificada, visando a melhor formação do profissional.

Suas finalidades fundamentais são:

1. Contribuir para a consecução dos objetivos das atividades acadêmicas e administrativas;
2. preservar as publicações institucionais da Faculdade, em especial quanto à normatização e produção impressa e audiovisual da Graduação, Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa;
3. organizar as informações fornecidas aos usuários, atendendo as suas solicitações e necessidades informacionais específicas.

Compete à Biblioteca reunir, organizar, conservar, divulgar e manter atualizado o seu acervo nos diferentes campos do conhecimento, necessários para as atividades de ensino, de pesquisa, da extensão e das relações com a comunidade externa.

9.5.1. Acervo

O acervo da Biblioteca conta com um total de 8.268 títulos distribuídos em 16.724 exemplares, entre livros, folhetos, trabalhos de conclusão de curso da graduação e pós-graduação, periódicos, DVDs, CD-ROM e Processos. Também é feita a catalogação dos artigos dos periódicos de assinatura corrente e de alguns periódicos permutados, totalizando 9.024 analíticas de periódicos e 316 analíticas de capítulos de livros.

Quanto a distribuição dos títulos e exemplares conforme a classificação do CNPq/CAPES.

Existe uma Política de Desenvolvimento de Coleções, no qual é realizado periodicamente um desbastamento do acervo. A atualização é realizada semestralmente, conforme a necessidade do público alvo e das solicitações específicas dos docentes. A Política prevê a renovação das bases de dados já disponíveis para acesso a comunidade acadêmica e o aumento da disponibilização do material em formato digital, tais como e-book's, TCC-Graduação, Pós-Graduação e Dissertações.

A Biblioteca da Faculdade apresenta excelente número de periódicos, que enriquecem e atualizam o aprendizado de seus usuários, conforme o número de acadêmicos, o que pode ser constatado na tabela a seguir:

	Títulos		Exemplares
	Nacionais	Estrangeiros	
Publicações da FMP	2		24
Assinaturas	17		830
Permutas	36	3	396
Doações	49		441
TOTAL	100		1.691

9.5.2. Espaço físico

O espaço físico de 318,51 m² é distribuído harmoniosamente entre o acervo, o qual conta com 08 mesas e 02 acentos cada, uma sala de estudo individual que comporta 27 estações de estudos, além de 3 salas de estudos em grupo que permite até 6 acadêmicos por vez. O horário de atendimento da Biblioteca é amplo, pensando em melhor atender os discentes em suas necessidades de uso, abrindo de segunda à sexta-feira das 7h30min às 22h30min e aos sábados das 8h às 16h.

O mobiliário é moderno, funcional e adequado às suas finalidades.

9.5.3. Políticas de atualização e expansão do acervo

A política de atualização e expansão do acervo bibliográfico, adotada pela instituição é baseada nas necessidades dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão mantidos pela faculdade, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente e discente com base nos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos e as recomendações dos padrões de qualidade das comissões de ensino do MEC. A aquisição do

material bibliográfico se dá de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da faculdade. A Política prevê a aquisição de uma base de dados até 2016 e o aumento da disponibilização do material em formato digital (e-book's e TCC-Graduação e Pós-Graduação).

As principais diretrizes são:

- a) manter o crescimento equilibrado do acervo da Biblioteca;
- b) estabelecer critérios para seleção de materiais de informação;
- c) identificar os materiais de informação adequados às necessidades acadêmicas;
- d) traçar prioridades para aquisição de materiais de informação;
- e) estipular critérios para atualização de títulos existentes;
- f) determinar critérios para o desbastamento do acervo;
- g) assegurar a manutenção de medidas preventivas de conservação do acervo;
- h) estipular diretrizes para avaliação da coleção

9.5.4. Funcionamento e serviços prestados

Funcionamento:

O horário de atendimento da Biblioteca é de segunda à sexta-feira das 7h30min às 22h30min e aos sábados das 8h às 16h.

Serviços prestados:

A Biblioteca conta com pessoal qualificado, gerenciados por Bibliotecária, que presta atendimento ao público, além de manter o acervo em condições ideais para consulta.

Está informatizada, com acesso via internet para consulta e reserva, além da gestão do acervo e outros serviços necessários para atendimento de suas finalidades.

A Biblioteca presta os seguintes serviços aos seus públicos:

1. Serviço de Referência: atender aos usuários e orientar na consulta à Base de Dados Pergamum e acervo, orientar em pesquisas em bases externas de acesso livre e organização do acervo.
2. Orientações às Normas da ABNT: a cada início do semestre é ministrada duas aulas explicativas sobre as normas da ABNT, uma para a disciplina de TCC I e outra para TCC II. Também são realizados atendimentos pessoais presenciais, por e-mail e telefone.
3. Serviço de Empréstimo: realizar empréstimo, devoluções e controle de reservas dos materiais, averiguar as condições físicas dos materiais, zelando pelo patrimônio do setor.
4. Empréstimos entre Bibliotecas: realizar empréstimo de materiais com outras bibliotecas, conforme solicitação prévia.
5. Serviço de Intercâmbio (comutação, permuta e doação): intercâmbio de informações entre a Biblioteca da Faculdade e outras Instituições, cobrança dos valores operacionais deste serviço.
6. Editoração da Revista da FMP: controlar o recebimento de artigos a serem submetidos à avaliação às cegas, contatar os avaliadores da Revista, bem como com os autores e Corpo Editorial, designação dos artigos recebidos aos avaliadores e controle de suas avaliações.

9.5.5. Informatização

A Biblioteca possui o software Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas, que permite o acesso remoto ao catálogo online, no qual podem ser realizadas as pesquisas do material disponível no acervo, renovações e reservas de materiais, bem como o controle das datas dos empréstimos, débitos, históricos de empréstimos e áreas de interesses. O catálogo também permite uma interface de repositório digital, uma vez que, os e-books e os trabalhos de conclusão de curso são disponibilizados para downloads.

O Pergamum é bem desenvolvido e atende plenamente todas as necessidades de uma biblioteca informatizada, pois além de permitir o empréstimo, devoluções, renovações, reservas, pesquisas e catalogação de todo o acervo via sistema, ele também possui diferentes módulos de serviços, permitindo a geração de relatórios e estatísticas, o controle dos cadastros dos usuários e o registro de diferentes tipos de serviços prestados, tais como as orientações às Normas da ABNT e agendamento do uso das salas de estudos em grupo.

Também possui acesso à três bases de dados online, onde é possível se conectar utilizando os computadores ligados à rede da FMP e via Portal do Aluno pela internet. São elas: Revista dos Tribunais Online – Base de Dados RT Online, Heinonline e a LTR Digital – O maior acervo jurídico trabalhista do país.

9.5.6. Acessos

Para os usuários é concedido, na Biblioteca, terminais para pesquisa informatizada ao Catálogo Online do Pergamum.

O acervo possui assinaturas de Plataformas Digitais Especializadas de periódicos científicos e e-books. As consultas aos dados informatizados serão feitas, observando-se os seguintes critérios:

- * O acesso à pesquisa especializada nas plataformas é franqueado somente aos acadêmicos, docentes, colaboradores administrativos e demais estudantes da Fundação;
- * A pesquisa ao catálogo online do Pergamum é remoto e não é restrito, sendo permitido o acesso aberto a todos.

9.5.7. Serviço de Empréstimo e consulta

A Biblioteca é franqueada aos usuários para consulta local e empréstimo domiciliar. Parágrafo Único – O usuário é responsável pela guarda e conservação do material emprestado, e sua responsabilidade somente cessa mediante a restituição deste à Biblioteca, nas mesmas condições de recebimento.

Os empréstimos de obras da Biblioteca dependem do prévio cadastramento automático do usuário e sua senha pessoal junto à Biblioteca. O cadastro dos usuários para o empréstimo domiciliar é atualizado diariamente por meio da importação de dados dos estudantes matriculados no software utilizado pelo gerenciamento administrativo e educacional da Faculdade.

Para efetuar qualquer movimentação (empréstimo, reserva e renovação) é obrigatório que o usuário identifique-se pelo número de matrícula ou nome, juntamente com a senha pessoal.

O empréstimo é pessoal e intransferível. O usuário é responsável pela guarda e conservação da(s) obra(s) emprestada(s) em seu nome. O serviço de empréstimo ao usuário será efetuado até 10 (dez) minutos antes do final do expediente na Biblioteca. O material do acervo disponível para empréstimo domiciliar pode ser retirado apenas por usuários da comunidade da Escola Superior do Ministério Público e pelos membros da Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Não fazem parte da coleção destinada ao empréstimo domiciliar:

- I. obras raras;
- II. obras de referência, tais como dicionários, entre outros;
- III. autos findos;
- IV. materiais de consulta local, sinalizado pela tarja amarela na lombada;
- V. normas técnicas da ABNT;
- VI. material permanente, utilizado como subsídio técnico biblioteconômico e/ou administrativo.

Os prazos e as quantidades de materiais emprestados por categoria de usuário estão no regulamento, podendo ser alterada pelo Bibliotecário em conjunto com a Direção da Faculdade, e divulgados no site da Biblioteca, no portal do aluno, bem como serem afixados em local visível na própria Biblioteca.

9.6 Cronograma de Expansão das Instalações Físicas

PROVISÃO PARA EXPANSÃO DE INFRAESTRUTURA

Descrição	2017	2018	2019
Aquisição de espaço físico no prédio da FMP			
Ampliação da Biblioteca			
Ampliação do Auditório			
Construção de 4 salas de aula			
Construção do novo centro de convivência dos estudantes			
Ampliação do Núcleo de Prática Jurídica			

10. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

No encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva é possível perceber na Instituição o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação, o que favorece a problematização acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos. Pensando, pois, na educação inclusiva e considerando seus pressupostos legais e conceituais, a instituição:

- Procura identificar as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
- Organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
- Reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e
- Promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a Instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

A Instituição busca efetivar as ações de acessibilidade pela via da responsabilidade social expressa na Lei do SINAES e do reconhecimento da diversidade não apenas do sistema, mas também dos alunos. Tem procurado observar os principais dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior, resguardadas as seguintes legislações:

- Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208: Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V);
- LDB 9.394/96, cap. IV;
- Aviso Circular nº 277/96;
- Decreto nº 3.956/01;
- Lei nº 10.436/02;
- Portaria nº 2.678/02;
- Portaria nº 3.284/03;
- ABNT NBR 9.050/04; Decreto nº 5.296/04;
- Programa Acessibilidade ao Ensino Superior/2005;
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006);
- Plano de Desenvolvimento da Educação/2007; e
- Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.

A Instituição busca oferecer infraestrutura planejada para pessoas com deficiência, com vistas a atender o que dispõe a Portaria Ministerial N° 3.284 de 7 de novembro de 2003, D.O.U. de 11 de novembro de 2003.

Uma das preocupações da FMP é oferecer aos alunos uma educação que seja inclusiva em sua essência, ou seja, busca disponibilizar a todos os seus discentes condições adequadas de exercerem o direito de acesso a uma educação de qualidade. Conscientes desses aspectos, especial atenção é dada às pessoas com deficiência, tanto no que se refere

à infraestrutura adequada, quanto na preocupação em oferecer uma educação diferenciada àqueles que dela necessitam.

Desta forma, as instalações da FMP vêm sendo adaptadas para assegurar às pessoas com deficiência, na medida de suas demandas, condições de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e de instalações em seus ambientes.

A FMP tem uma preocupação em melhor atender as pessoas com deficiência e atualmente conta com os seguintes itens:

- Condição de acesso às pessoas com deficiência: O prédio onde funciona a FMP possui rampa de acesso adequada, elevador com dispositivos em braile e aviso sonoro, piso e mapa tátil e mobiliário adaptado.
- Há banheiros especiais que possuem a porta larga e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeirantes, com barras de apoio nas paredes do banheiro, vasos sanitários específicos e demais dispositivos normatizados;
- Há banheiro familiar com fraldário.

Neste contexto, busca-se facilitar a relação discente-docente, proporcionando a aproximação e conhecimento de elementos específicos da comunicação entre as pessoas com deficiência e as pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

No que se refere ainda a alunos portadores de deficiência visual, a IES assume o compromisso formal, caso venha a ter alunos com esse tipo de deficiência, de:

- Manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

Quanto aos estudantes portadores de deficiência auditiva, a IES assume o compromisso formal, caso venha ter alunos com esse tipo de deficiência, de:

- Propiciar, sempre que necessário intérprete de língua de sinais;
- Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.
- Disponibilizar, quando necessário, no atendimento ao art. 14, § 1º, inciso VIII do Decreto nº 5626/2005 recurso didático especializado como o DosVox.

Mantém ainda as seguintes recomendações para o trato com alunos portadores de deficiência auditiva:

- falar de forma clara, espontânea e em tom normal para o aluno surdo, pois desta forma o estudante não perderia o campo visual de fala do orador;
- atentar para alternativas diferenciadas no estabelecimento da comunicação, tais como: valorizar a expressão facial e corporal, articular corretamente as palavras, usar vocabulário compreensível (para a maioria dos alunos surdos que têm dificuldades na língua portuguesa) bem como materiais e recursos visuais variados (mapas, gráficos, tabelas, legenda, etc.), exigir intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) se assim se fizer necessário e solicitado, etc.;
- fixar em murais os recados e avisos sobre trabalhos, provas, aulas práticas, laboratoriais, mudanças de horários de atividades programadas;
- deixar à disposição material para fotocopiar ou indicar referências bibliográficas completas (livro, autor e editora);
- cuidar quanto à verificação e preferência de legendas, nas programações com vídeo;

- observar se o espaço físico apresenta dificuldades como: muita luminosidade com reflexão solar ou pouca luminosidade, excesso de barulho externo e/ou interno ao ambiente, salas e/ou auditórios muito amplos, interferindo com a inflexão do próprio som da fala do professor, distância entre a mês/púlpito do professor e os alunos.

Observado o disposto acima, a FMP visando a identificar os estudantes portadores de deficiências – especialmente os ingressantes – e a eles oferecer condições de acessibilidade e de participação no processo de ensino-aprendizagem durante todo o período de sua permanência na Instituição, estabeleceu os seguintes procedimentos:

- **No ato da inscrição para o processo seletivo** – levantamento das eventuais necessidades especiais para realização das provas;
- **No ato da matrícula** – o atendimento presencial permite que as demandas especiais sejam explicitadas com detalhamento;
- **No decorrer do curso** – oferecimento de condições de acessibilidade aos estudantes que, posteriormente ao seu ingresso na Instituição, venham a apresentar deficiências ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente ou que tenham suas demandas alteradas. Há diálogo constante.
- **No decorrer do curso - Acessibilidade Metodológica** - promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

No que se refere a alunos portadores de Transtorno do Espectro Autista, a IES assume o compromisso formal, caso venha ter um aluno com esse tipo de deficiência, de cumprir as exigências da legislação vigente, quanto ao Ensino Superior.

De forma geral, o atendimento aos estudantes que apresentam dificuldades específicas de aprendizagem se pauta na construção de ações adequadas às características

dos alunos, buscando fazer com que atinjam os objetivos traçados para o ensino de graduação, nas mais diversas áreas.

Ao se identificar a necessidade de apoio, o aluno da instituição – na maioria dos casos, disléxico ou disortográfico – é encaminhado ao setor de apoio psicopedagógico, que, por meio de atendimento individual, realiza o diagnóstico e o acompanhamento do mesmo, além de orientar os docentes sobre as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas, uma vez que esses alunos, muitas vezes, apresentam dificuldades persistentes na aprendizagem que não podem ser atendidas por meio de instruções oferecidas para a maioria dos discentes.

A estratégia de acompanhamento dos alunos, nesses casos, é traçada com vistas à promoção de práticas inclusivas eficazes.

Em relação ao atendimento às pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, do ponto de vista da acessibilidade arquitetônica e da eliminação de barreiras físicas e disponibilização de equipamentos, a instituição apresenta:

- Quanto aos acessos: todos os acessos permitem fácil locomoção até a entrada principal das edificações, sem quaisquer obstáculos e devidamente sinalizados, em conformidade com a ABNT – NBR 9.050/2004;
- Quanto às circulações internas: todas as rotas internas a qualquer ponto das edificações são acessíveis, em qualquer pavimento, por meio de rampas ou elevadores. As circulações disponibilizam sinalizações quanto à localização de instalações sanitárias adaptadas, rampas, escadas, telefones, salas de aulas e saídas;
- Quanto às rampas: todas as rampas obedecem os parâmetros técnicos estabelecidos na ABNT – NBR 9050/2004. As inclinações seguem o índice estabelecido e suas larguras coincidem ou ultrapassam as previstas na norma. Todos os corrimãos foram confeccionados em material, dimensões e critérios executivos normatizados;
- Quanto às instalações sanitárias: todos os prédios dispõem de pelo menos um sanitário feminino e um masculino, por pavimento, acessíveis a pessoas com deficiência. Estão adaptadas com barras de apoio nos boxes e os lavatórios dispõem de papeleiras e saboneteiras dentro da faixa de alcance normatizada;

- Quanto ao estacionamento: oito vagas próximas às entradas das edificações, em obediência a Lei nº 10.098/2000, estão disponíveis, devidamente demarcadas com simbologia internacional, no piso e em sinalizações verticais. As vagas reservadas estão dispostas de maneira a evitar que a pessoa com deficiência tenha que circular, indevidamente, entre veículos, conforme ABNT – NBR 9050/2004;
- Quanto aos auditórios: as entradas do auditório principal e dos mini auditórios seguem os padrões técnicos. Há reserva de espaços para pessoas em cadeiras de rodas, definidos com base no item específico da Nota Técnica. No Auditório principal, o acesso interno ao palco, desde a plateia, tem solução plana, com largura adequada. As instalações sanitárias seguem os padrões de acessibilidade recomendada;
- Quanto a sinalização geral: em todas as áreas adaptadas para adequada acessibilidade, há sinalizações direcionais e indicativas, conforme a ABNT – NBR 9050/2004.

Em relação ao atendimento de alunos com deficiência visual ou auditiva, a IES está aparelhada para garantir as condições de acesso durante todo o período em que o interessado estiver matriculado na Instituição. Com relação aos deficientes auditivos e visuais, a Instituição disponibiliza, em seu quadro de pessoal, sempre que necessário, intérprete de LIBRAS e assessoria de especialista em Braile. Sobre esse ponto, desde 2006, a instituição tem sob contrato funcionários para serviços de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, além de oferecer cursos de treinamento em LIBRAS com o objetivo de treinar seu pessoal técnico-administrativo para atendimento a pessoas com deficiência.

A Instituição proporciona atendimento especial às pessoas com deficiência, desde a sua inscrição no vestibular. No ato da inscrição, são feitos levantamento das eventuais necessidades especiais para realização das provas, quando, então, são oferecidos os seguintes atendimentos, com suporte técnico em sala especial:

- Para pessoa com deficiência visual total: prova em braile;
- Para pessoa com deficiência visual séria, parcialmente corrigida pelo uso de lentes: prova ampliada com tamanho de letra correspondente ao corpo 24 ou, quando necessário, com oferta de auxílio de um leitor;
- Para pessoa com mobilidade reduzida: salas de fácil acesso;
- Para participante incapaz de efetuar marcação do cartão-resposta: auxílio para transcrição da parte objetiva da prova e da redação;
- Para pessoa com deficiência auditiva: auxílio de pessoa com domínio na Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- O atendimento especial, também pode ser requisitado por gestantes, lactantes, pacientes em pós-operatório ou com um eventual problema clínico, inclusive hospitalizados, que devem declarar, no ato da inscrição, o tipo de atendimento especial que necessitam para realizar a prova.

Para além da peculiaridade do vestibular, de forma permanente, o Atendimento Especial garante as condições necessárias para a melhor adaptação da pessoa com deficiência ao ambiente de estudo e trabalho, em função do nível de recursos de adaptação requerido. Há, por exemplo, casos de desenvolvimento de mobiliário diferenciado para determinados casos particulares.

11. DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

11.1. Situação Patrimonial e Econômico-Financeira

O equilíbrio financeiro é fator decisivo para a manutenção e crescimento da FMP, em todos os aspectos, especialmente na qualificação acadêmica, no aprimoramento do corpo docente e administrativo, na modernização de ferramentas tecnológicas e na oferta de infraestrutura adequada.

Os Balanços e Demonstrativos de Resultados de Exercícios demonstram que há equilíbrio financeiro entre receitas e despesas, cujas principais entradas referem-se a receitas educacionais. As principais despesas estão relacionadas a recursos humanos e custeio. É importante ressaltar que a Faculdade não tem passivo trabalhista e endividamento bancário.

11.2. Políticas para Alocação de Recursos e Planos de Investimento

Os resultados positivos em 2013 e 2014 demonstram para o próximo quinquênio, a necessidade de continuar buscando equilíbrio econômico-financeiro e de ampliar fontes de recursos com serviços, somada às mensalidades, que constituem a maior parte da receita. Medidas são tomadas procurando-se equacionar soluções para aprimorar o necessário equilíbrio econômico e financeiro. No plano acadêmico continuará o controle da formação de turmas de graduação e de pós-graduação. De maneira geral, serão mantidos os investimentos necessários para garantir a qualidade. Paralelamente, os estudos de readequação e modernização serão desenvolvidos em várias áreas, como, recursos humanos, gestão da operação técnico-administrativa, investimento em tecnologia e infraestrutura.

11.3. Previsão Orçamentária e Cronograma de Implantação do PDI

Os investimentos estão alocados, especialmente, nos quesitos que dão sustentação à qualificação permanente da formação acadêmica - corpo docente, biblioteca, pesquisa e extensão, atualização de ferramentas tecnológicas e implementação de novos projetos que contribuam na formação profissional e humana dos discentes.

Por outro lado, projetos de intercâmbio, execução de eventos com renomados juristas, pesquisa em parceria com instituições brasileiras e internacionais, marcam o plano de investimentos no período 2015-2019.

Considerando a necessidade de expansão e de organização de um ambiente estritamente acadêmico, bem como a projeção no PDI 2015-2019 de uma despesa média elevada no item alugueis, a administração superior traçou como meta de investimento a busca de instalações próprias exclusivas para abrigar o complexo educacional e de serviços da FMP.

**TABELA V – PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
DE 2015 a 2019**

Receitas	2015	2016	2017	2018	2019
(+)Anuidade/Mensalidade	R\$ 16.328.603,00	R\$ 17.634.100,00	R\$ 19.044.828,00	R\$ 20.377.965,00	R\$ 21.804.422,00
(-) Bolsas	R\$ 1.054.900,00	R\$ 1.234.387,00	R\$ 1.237.913,00	R\$ 1.324.567,00	R\$ 1.417.287,00
(+) Diversos					
(+) Financiamentos					
(-) Inadimplência	R\$ 486.063,00	R\$ 573.989,00	R\$ 534.207,00	R\$ 571.602,00	R\$ 611.614,00
(+) Serviços					
(+) Taxas					
Total Receitas	R\$ 14.787.640,00	R\$ 15.825.724,00	R\$ 17.272.708,00	R\$ 18.481.796,00	R\$ 19.775.521,00
(-) Acervo Bibliográfico	R\$ 110.000,00	R\$ 121.000,00	R\$ 133.100,00	R\$ 140.600,00	R\$ 148.316,00
(-) Aluguel	R\$ 555.696,00	R\$ 720.000,00	R\$ 952.200,00	R\$ 1.018.854,00	R\$ 1.090.173,00
(-)Despesas Administrativa	R\$ 1.134.300,00	R\$ 1.270.416,00	R\$ 1.372.049,00	R\$ 1.509.253,00	R\$ 1.629.993,00

(-) Encargos	R\$ 492.128,00	R\$ 565.947,00	R\$ 622.541,00	R\$ 672.345,00	R\$ 726.132,00
(-) Equipamentos	R\$ 243.297,00	R\$ 304.121,00	R\$ 319.327,00	R\$ 335.293,00	R\$ 296.625,00
(-) Eventos	R\$ 142.120,00	R\$ 50.963,00	R\$ 53.500,00	R\$ 60.380,00	R\$ 66.420,00
(-) Investimento (compra de Imóvel)	-	-			
(-) Manutenção	R\$ 57.235,00	R\$ 65.820,00	R\$ 85.566,00	R\$ 89.845,00	R\$ 98.829,00
(-) Mobiliário	R\$ 125.300,00	R\$ 93.800,00	R\$ 103.180,00	R\$ 65.000,00	R\$ 74.750,00
(-) Pagamento Pessoal Administrativo	R\$ 1.976.497,00	R\$ 2.174.146,00	R\$ 2.326.336,00	R\$ 2.489.179,00	R\$ 2.688.313,00
(-) Pagamento Professores	R\$ 4.933.380,00	R\$ 5.383.000,00	R\$ 5.759.810,00	R\$ 6.162.996,00	R\$ 6.594.405,00
(-) Pesquisa e Extensão	R\$ 157.459,00	R\$ 219.502,00	R\$ 234.867,00	R\$ 253.656,00	R\$ 273.948,00
(-) Treinamento	R\$ 44.306,00	R\$ 48.737,00	R\$ 60.921,00	R\$ 63.967,00	R\$ 70.363,00
Total Despesas	R\$ 9.971.718,00	R\$ 11.017.452,00	R\$ 12.023.397,00	R\$ 12.861.368,00	R\$ 13.758.267,00
Total Geral	R\$ 4.815.922,00	R\$ 4.808.272,00	R\$ 5.249.311,00	R\$ 5.620.428,00	R\$ 6.017.254,00

12. OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Instituição está credenciada a ofertar cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade EaD, através da Portaria nº 191, de 3 de fevereiro de 2017.

12.1. Abrangência geográfica

O fortalecimento e a expansão do ensino, bem como da pesquisa, sustentam a busca da concretização da missão da Faculdade. Aperfeiçoa, também, a comunidade em geral, que busca na extensão atualização qualificada. A FMP conta com 723 acadêmicos formados, e o programa de acompanhamento dos egressos prevê o acompanhamento das suas trilhas profissionais, verificando as principais dificuldades encontradas e implementando ações e programas que possam contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho. Assim, considerando o número expressivo de egressos e as demandas para acesso a especialização, a FMP busca evoluir e atender as demandas dos acadêmicos e da modernidade em otimizar tempo e proporcionar diferentes modalidades para qualificação.

Sublinhe-se que, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, funcionam oitenta e seis (86) Cursos de Direito, espalhados pelos 281.748 km² de sua área, somando 63.703 egressos do curso de Bacharelado em Direito, entre os anos de 2010 e 2016. Tais números, por si só, demonstram a existência de público alvo que **justifique que a sua realização na modalidade EaD** ocorra na própria sede da FMP, pois atenderá todos aqueles estudantes espalhados pelo território Rio-grandense, em local central da capital.

12.2. Relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI

- **Plano de expansão de Polos**

A FMP é uma instituição credenciada para atuar na modalidade de EaD desde fevereiro de 2017 (Portaria MEC 191/2017). Como a FMP é credenciada para oferta de EAD em cursos de pós-graduação lato sensu, e não há previsão de oferta de curso de graduação, não se prevê a necessidade de criação de polos. Para a pós-graduação lato-sensu a principal

atuação da instituição é em sua sede, pois conforme prevê o Art. 15 do decreto 9.057 de 25 de maio de 2017 *“Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na modalidade à distância poderão ter as atividades presenciais realizadas em locais distintos da sede ou dos polos de educação à distância”*. Na sede da FMP são realizadas todas as atividades administrativas e pedagógicas dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu à distância. Nesse espaço, há uma estrutura de apoio e suporte aos processos de EaD, que inclui o Núcleo de Educação a Distância (NEAD), com 3 estúdios para produção de audiovisuais: videoaulas, webconferência; estações de trabalho para coordenação e assessoria pedagógica, produção de materiais didáticos, incluindo revisão, diagramação e design instrucional, monitoria e tutoria. Integra esse setor uma equipe multidisciplinar com professores, coordenação pedagógica, tutores e pessoal técnico-administrativo. Há, na IES, o Setor de Tecnologia de Informação, que atua em colaboração aos projetos em EaD, dando todo suporte tecnológico para a execução dos cursos na plataforma virtual, no acesso à rede de internet, servidores, sistemas de conferência on-line e laboratório de Informática. Considerando que a Resolução Nº1 de 6 de abril de 2018 do CNE não prevê mais atividades presenciais nos cursos lato sensu a abrangência da oferta passa a ser nacional, acolhendo alunos de todas as localidades do país.

- **Plano de expansão de tutores**

O plano de expansão do quadro de tutores da FMP está atrelado ao atendimento do planejamento da expansão e das demandas efetivamente existentes para a pós-graduação à distância.

- **Plano de expansão de recursos tecnológicos**

Os recursos tecnológicos já foram dimensionados para uma demanda superior à previsão de vagas ofertadas e a IES mantém constante observação sobre a qualidade do serviço prestado, estando preparada para possível expansão assim que necessário.

12.3. Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados

A infraestrutura física, tecnológica e de pessoal existente está dimensionada para os cursos já existentes e capacitada para atender a maiores solicitações, sob demanda na razão de 1GB de memória para cada 50 usuários simultâneos, do ponto de vista tecnológico. Com relação a estrutura física e de pessoal, há disponibilidade de espaço para contemplar as ampliações, bem como a introdução de novos colaboradores.

12.4. Descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos.

Na FMP o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é o *moodle* que, além de propiciar hospedagem e fácil compartilhamento de praticamente todos os tipos predominantes de mídias, proporciona também elementos facilitadores de atividades síncronas e assíncronas, incluindo-se espaços para chat e fórum, wikis, calendários personalizáveis, exercícios de autocorreção, espaços para atividades escritas, criação de blogs e diários de bordo diversos, bem como de controle de atividades realizadas no ambiente e de entregas de trabalhos.

Os cursos de pós-graduação *Lato-Sensu* são estruturados de forma modular. Estão previstas atividades de ambientação e acolhimento para o aluno. Com duração de 360 horas, são 6 módulos de 60 horas. Cada módulo, com duração de uma semana, tem 6 unidades de estudo que correspondem a 10h. As particularidades de cada curso definidas nos Projetos Pedagógicos são atendidas com o privilegiamento na escolha dos recursos a serem utilizados, tanto síncronos como assíncronos.

O material didático é multimidiático guiado por metodologias problematizadoras. Desse modo, cada módulo se organiza a partir de **disparadores do pensamento** que contextualizem na atualidade a relevância e/ou a problemática que a unidade irá desenvolver, provocando o aluno para a problematização teórico-prática dos conteúdos; a partir daí há explicitação dos principais conceitos envolvidos na questão com apresentação de posições teóricas referentes ao conteúdo, apresentadas de forma simplificada e aprofundada. Para cada unidade são previstas **atividades de aplicação dos conceitos** que retomam os conceitos em uma relação prática de resolução do que é problemático. Essas atividades podem ser fórum de discussão, exercícios, diários, entre outros.

Cada unidade de estudo apresenta um roteiro que é o mapa de aprendizagem que direciona os alunos para os objetivos estabelecidos. Para o aluno de EAD é imprescindível dar o direcionamento e fornecer os componentes (textos, artigos, capítulos de livros, pequenos vídeos, atividades de fixação e avaliação) para promover o processo de aprendizagem. É importante ressaltar que a utilização de diferentes materiais auxilia os alunos na compreensão de conteúdos, já que é sabido que as pessoas aprendem de formas diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

SANT'ANNA, Verônica Cumplido de. Ampliando horizontes - um novo olhar, uma nova abordagem psicopedagógica. In: VASCONCELLOS, Ana Celina; FREIRE, Paulo

MASETTO, Marcos Tarciso. **Professor universitário**: um profissional da educação na atividade docente. In: MASETTO, Marcos Tarciso (org.). *Docência na universidade*. Campinas, Papirus, 1998.

MEYER JUNIOR, V. Planejamento Universitário: ato racional, político ou simbólico – um estudo de universidades brasileiras. *Alcance*. v.12, n. 3, p. 373-389, 2005.

OLIVEIRA, D.P.R. (2012) *Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias, práticas*. 30ª ed. São Paulo: Atlas.

[2] SILVA, Tomaz Tadeu . **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

SEMESP, Sindicato das Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado São Paulo. *Mapa do Ensino Superior de São Paulo*. São Paulo, 2012.

Link:

http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/publicacoes/mapa_do_ensino_superior_sp_2012.pdf. Acesso em 25 de março de 2013.

Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular

FÓRUM: DA PROPOSTA À AÇÃO

Resultados das cartas aprovadas nas quatro edições do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (2008-2011)

http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/forum2012/proposta_acao.pdf

Nordeste: mercado mais promissor para o crescimento das instituições de ensino superior.

Por Juliana Duarte.

Revista da FIEC

http://www.fiec.org.br/portaiv2/sites/revista/hoM.ephp?st=interna&conteudo_id=20711

Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições

Alexandre de Paula Franco

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS. N.º 4 | JULHO–DEZEMBRO DE 2008 | PP. 53–63

www.jpe.ufpr.br/n4.pdf

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR -EDITAL N. 1, DE 22 DE JANEIRO DE 2009.

Regulamenta os procedimentos do "regime de migração de sistemas"

<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/97>.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.